



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**NILTON ANTONIO TORRES**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR**

Presidente Prudente - SP  
2021



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**NILTON ANTONIO TORRES**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi.

Presidente Prudente - SP  
2021

370 Torres, Nilton Antônio  
T693e Educação profissional técnica em administração de nível médio: contribuições para o ingresso no ensino superior. / Nilton Antônio Torres – Presidente Prudente, 2021.  
121 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2021.

Bibliografia.  
Orientador: Prof. Dr. Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi.

1. Educação Profissional. 2. Formação Profissional Superior . 3. Ensino Superior. I. Título.

**NILTON ANTONIO TORRES**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação..  
Área de concentração: Educação.

Presidente Prudente, 23 de fevereiro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi  
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste  
Presidente Prudente-SP

---

Profa. Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen  
Instituição: Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)  
Presidente Prudente

---

Prof. Dr. Enio Freire de Paula  
Instituição: Instituto Federal de São Paulo (IFESP)  
Presidente Eptácio

## DEDICATÓRIA

Primeiramente, a Deus, por estar sempre em minha vida, presente em todos os momentos, orientando-me e me dando forças em todos os momentos, mesmo quando acho que não vou conseguir e mostrando as alegrias em minha vida.

*In memoria* de meu pai José Feliciano Torres, que não viveu para ver este momento de alegria, mas está sempre presente em meu coração, pelo ensinamento de vida.

A minha família, em especial a minha mãe Maria do Socorro, por me apoiar em todas as decisões e estar sempre presente em minha vida.

A minha esposa Francielle por me incentivar e apoiar, se não fosse por você não daria este passo importante, obrigado por me apoiar em todos os momentos, ouvindo minhas lamentações, minhas noites em claro, muitas vezes meu mau humor, compreender minhas angústias e aflições e, em cada passo, estar ao meu lado. A você, todo meu amor, carinho e admiração.

Ao meu filho do coração Davi, chegou enquanto realizava este trabalho, bagunçando minha vida, mas trazendo uma alegria sem igual.

A todos os estudantes que contribuíram para o resultado deste trabalho, meu eterno agradecimento, assim como secretárias e demais funcionários da escola, sem vocês este trabalho não seria possível.

A todos os professores que contribuem e lutam por uma educação melhor, com amor e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Cristiano, que em nossas conversas e ao propor este grande desafio, esteve sempre presente, escutando e me orientado em minhas ideias, compartilhando seus valorosos conhecimentos. Ao senhor, gratidão e admiração.

Aos professores Claudemir e Helena, diretor e coordenadora da ETEC, respectivamente, foram meus professores no ensino técnico e hoje continuam sendo meus professores na vida, gratidão a vocês por me fazerem entender o real sentido de ser professor.

Aos meus professores do Mestrado, por trazer conhecimentos sempre relevantes e necessários para a vida acadêmica, em especial, à Professora Elisa Tomoe Moriya Schlünzen por me ensinar muito além da vida acadêmica, mas o verdadeiro sentido de ser professor. À senhora, minha eterna gratidão e admiração.

Aos funcionários da universidade pelo atendimento sempre cordial e a alegria, em especial, à Ina, secretária da Pós-graduação, pela paciência e alegria contagiante e amor ao seu ofício.

Às bancas de qualificação e defesa compostas por: Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi, Dr. Enio Freire de Paula e Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, Grato pelas contribuições e observações pontuais que muito contribuíram para elaboração deste trabalho.

De forma especial, a todos os egressos que participaram deste trabalho assim como secretários e funcionários da instituição e professores da ETEC que abriram seus espaços e me auxiliaram no que foi preciso para realização deste trabalho meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas de sala e caminhada neste processo de aprendizagem da pós graduação, pelos momentos de alegrias e angústias, trocas de experiências e motivações em sala e nas nossas conversas e cafés nos corredores da universidade. Em especial aos amigos Érica, João, Lurdinei que se mantiveram presentes até o fim desta jornada.

Enfim, a todos que, direta e indiretamente, acompanharam-me nessa caminhada.

*“Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade”.*

(Eliezer Pacheco)

## RESUMO

### **Educação profissional técnica em administração de nível médio: contribuições para o ingresso no ensino superior**

O presente estudo insere-se no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas em Educação, processos formativos e diversidade. Partindo da inquietação sobre o destino dos egressos da educação técnica de nível médio e posterior avanço em seus estudos a nível superior, tornou-se necessário investigar as contribuições desta modalidade de ensino e evidenciar as principais colaborações a seus egressos para prosseguirem seus estudos a nível superior. A pesquisa teve como objetivo principal analisar as implicações da trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes do curso denominado “Técnico em Administração” para a formação cidadã e para o prosseguimento dos estudos em nível superior. Considerando a abordagem da investigação adotada para este estudo, os seguintes aspectos foram contemplados: a análise bibliográfica; análise documental; questionário de pesquisa realizado por meio de questionário eletrônico elaborado e enviado pela plataforma Google Forms aos egressos via meios digitais como e-mail e mensageiros (WhatsApp), adotando uma metodologia quanti-quali de análise de dados e posterior verificação dos dados ordenados em tabelas e comparadas as estatísticas oficiais. Como resultado, foi possível observar as contribuições do ensino técnico de nível médio, curso técnico em administração, foco desta pesquisa, o qual contribui no progresso de seus discentes para o nível superior, destacando o papel do professor apontado pelos pesquisados como relevante para avançar seus estudos para o nível superior. Com base nesta reflexão final, esta pesquisa não se encerra aqui, pois tenho como proposta realizar novos estudos sobre as didáticas e resultados da formação continuada do professor que contribuem para o egresso do ensino técnico a prosseguir seus estudos no ensino superior e sua formação cidadã.

Palavras-chave: Educação Profissional. Técnico em Administração. Ingresso Ensino Superior. Ensino Médio.



## **ABSTRACT**

### **Technical professional education in administration: contributions to enter higher education**

This study is part of the Post Graduate Program in Education of the Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), in Research Line 01: Public Policies in Education, training processes and diversity. Starting from the concern about the fate of graduates of high school technical education and further advancement in their studies at higher education, it became necessary to investigate the contributions of this teaching modality and evidences the main collaborations to its graduates to continue their studies at the higher level (college/university). The research had as main objective: to analyze the implications of the academic trajectory, and profile of students in the technical course in administration for training citizen and for the pursuit of studies at a higher level. Considering the approach of the investigation adopted for this study, the following aspects were contemplated: the bibliographic analysis; document analysis; research questionnaire conducted through electronic questionnaire sent by the Google Forms platform to graduates by means such as e-mail and messengers (WhatsApp) where adopting a quali/quantitative methodology of data analysis and subsequent verification of the data ordered in tables and compared to official statistics. From there, it is evident the contributions of teaching technical level, technical course in administration, focus of this research, contribute to the progress of their students at a higher level, the role of the teacher must be highlighted, it was pointed out by the respondents as relevant to advance their studies to a higher level. Based on this final reflection, my research does not end here, I aim to carry out further studies on the didactics and results of on-the-job training of the teachers who contribute to the egress of technical education to continue their studies and their citizenship education.

**Keywords:** Professional education. Technician in Administration. High Education Admission. Technical education.

## LISTA DE SIGLAS

ABCA -	Acadêmica Brasileira de Ciências da Administração
Angrad -	Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
ANPAD -	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração
Anped -	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
BDTD -	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC -	Base Nacional Comum Curricular
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES/MEC -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação
CEET/SP -	Centro Educacional Tecnológico de São Paulo
CEET/OS -	Centro de Educação Tecnologia Paula Souza
CFA -	Conselho Federal de Administração
CNCT -	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CPS -	Centro Paulo Souza
CRA -	Conselho Regional de Administração
DASP -	Departamento Administrativo do Serviço Público
EaD -	Educação a Distância
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
Enem -	Exame Nacional do Ensino Médio
EPNM -	Educação Profissional de Nível Médio
EPT -	Educação Profissional Técnica
EPTNM -	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
ESAN -	Escola Superior de Administração de Negócios
ETECs -	Escolas Técnicas Estaduais
Fatecs -	Faculdades de Tecnologia
FCEA -	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
Fonead -	Fórum Nacional de Ensino de Administração
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB -	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC -	Ministério da Educação
MTB -	Ministério do Trabalho
TEM -	Ministério do Trabalho e Emprego
MOPP -	Movimentação Operacional de Produtos Perigosos
OCDE -	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs -	Organizações não Governamentais
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SENAC -	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI -	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR -	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT -	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC -	Serviço Social do Comércio
SESCOOP -	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sest Senat -	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sistec -	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SM -	Salários Mínimos
TCC -	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
USP -	Universidade de São Paulo
UNIDERP -	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantitativo de produção encontradas de acordo com os descritores.....	22
Tabela 2 -	Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentam curso técnico de nível médio, por sexo e instituição de realização do curso .....	53
Tabela 3 -	Estudantes, por curso frequentado e rede de ensino .....	54
Tabela 4 -	Total de formandos curso técnico em Administração .....	73
Tabela 5 -	População residente no Brasil, por sexo e grupo de idade .....	75
Tabela 6-	Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 59 anos, por sexo e grupo de idade .....	76
Tabela 7 -	Pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram escola, por sexo e curso mais elevado que frequentou.....	76
Tabela 8 -	Pessoas que frequentaram ensino superior, por sexo e tipo de ensino superior.....	77
Tabela 9 -	Idade dos respondentes.....	77
Tabela 10 -	Pessoas de 14 anos ou mais que frequentam curso técnico de nível médio, por sexo e instituição de realização do curso .....	78
Tabela 11 -	Estado civil dos respondentes .....	78
Tabela 12 -	Número de filhos dos respondentes .....	79
Tabela 13 -	Renda familiar dos respondentes .....	80
Tabela 14 -	Rotina durante o curso técnico dos respondentes .....	80
Tabela 15 -	Estudantes de 15 anos ou mais de idade, a nível Brasil por sexo e situação de ocupação.....	81
Tabela 16 -	Impacto das atividades profissionais no decorrer do Curso Técnico .....	81
Tabela 17 -	Grau de interesse dos respondentes pelo Curso Técnico .....	83
Tabela 18 -	Os 05 maiores Cursos de Graduação em Relação ao Número de Ingressantes (Classificação Cine Brasil) – Brasil – 2019 .....	84
Tabela 19 -	Tempo após o término do Ensino Técnico ingressou no Ensino Superior.....	84
Tabela 20 -	Forma de custeio para frequentar o Ensino Superior .....	86
Tabela 21 -	Renda Familiar comparada com ingresso no curso Superior .....	87

Tabela 22 -	O curso Técnico influenciou na decisão para ingressar no Ensino Superior.....	88
Tabela 23 -	Fatores considerados pelos estudantes que influenciaram no ingresso do Ensino Superior .....	90
Tabela 24 -	O que os egressos respondentes fazem atualmente.....	96
Tabela 25 -	Número de Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino e por Grau Acadêmico no Brasil entre 2009-2019 .....	97
Tabela 26 -	Relação do sentimento de sobrecarga do egresso no Curso Técnico comparado com ingresso no Curso Superior .....	98
Tabela 27 -	Comparação sobre Egresso com anotação do professor no Curso Técnico e com ingresso no Curso Superior.....	99

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas de acordo com o tema da pesquisa .....	23
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa de localização de Etecs e Fatecs por Região administrativa .	56
Figura 2 –	Concluintes 2019-2 .....	72
Figura 3 –	Gráfico de Representação da mostra por gênero .....	74
Figura 4 –	Gráfico de anotações de professores em Ata de Conselho de Classe .....	83
Figura 5 –	Gráfico de Alunos que pretendem ou não ingressar no Ensino Superior .....	85
Figura 6 –	Gráfico de Influência das palestras para o ingresso no Curso Superior .....	91
Figura 7 –	Gráfico de Influência da didática das aulas para o ingresso no Curso Superior .....	92
Figura 8 –	Gráfico de Influência das aulas práticas para o ingresso no Curso Superior .....	93
Figura 9 –	Gráfico de Influência das visitas técnicas para o ingresso no Curso Superior .....	94
Figura 10 –	Influência do método de ensino para o ingresso no Curso Superior .....	95
Figura 11 –	Gráfico de Influência dos professores para o ingresso no Curso Superior .....	95
Figura 12 –	Gráfico de Forma (presencial ou a distância) do curso de Ensino Superior dos egressos .....	96

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Pergunta da Pesquisa .....</b>	<b>25</b>
<b>2.2</b>	<b>Objetivos .....</b>	<b>27</b>
2.2.1	Objetivo Geral.....	27
2.2.2	Objetivos Específicos .....	27
<b>2.3</b>	<b>Organização das seções.....</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE O ENSINO MÉDIO TÉCNICO E AS LEGISLAÇÕES PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>História e Desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2</b>	<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).....</b>	<b>39</b>
<b>3.3</b>	<b>Reforma do Ensino Médio .....</b>	<b>48</b>
<b>3.4</b>	<b>Trajetória Histórica do Centro Paula Souza (CPS) .....</b>	<b>54</b>
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>65</b>
<b>4.1</b>	<b>Delineamento da Pesquisa .....</b>	<b>65</b>
<b>4.2</b>	<b>Participantes da Pesquisa .....</b>	<b>68</b>
<b>4.3</b>	<b>Técnica da triangulação na coleta de dados.....</b>	<b>70</b>
<b>4.4</b>	<b>Local da realização e participantes da pesquisa.....</b>	<b>71</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>73</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA ETEC.....</b>	<b>111</b>
	<b>ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>119</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O nosso caminhar, muitas vezes, é formado pelas pessoas que encontramos ao longo desta caminhada, que de modo geral, sempre contribuem para nosso crescimento, às vezes, de forma positiva, outras de modo negativo, mas que influenciam em nosso crescimento. Neste sentido, esta pesquisa é resultado de muitos encontros e desencontros, de uma longa caminhada, que apresentarei ao leitor para que conheça melhor o processo percorrido até aqui para chegar ao tema da pesquisa.

A minha vida estudantil foi realizada em escola pública, da qual guardo com muito carinho professores que me ajudaram, como a Tia Dalva e a D. Selma. Estas professoras ajudaram muito em minha caminhada nos anos de 1984 a 1986, quando cursava os primeiros anos de escolarização, o que corresponde ao atual Ensino Fundamental. As nossas conversas nos corredores ao longo da minha vida estudantil me ensinaram muito para além da sala de aula: ensinaram-me para a vida.

Venho de família pobre, sendo filho de pai motorista e semianalfabeto e mãe do lar. Estudei desde a quinta série do Ensino fundamental no período noturno para poder conciliar trabalho e escola. Trabalhei, inicialmente, em área rural e, posteriormente, ao chegar à idade mínima, isto é, aos onze anos de idade, pude ingressar na Fundação denominada Guarda Mirim<sup>1</sup>, para ajudar nos gastos domésticos.

Naquela época, o meu pai tinha problemas de saúde e, por muitas vezes, em decorrência disto, passamos por necessidades. No ano de 1996, aos 43 anos de idade, o meu pai faleceu. A partir deste momento eu passei a assumir as responsabilidades de casa, uma vez que minha mãe teve sérios problemas psicológicos devido ao falecimento do meu pai. Além disso, eu tinha uma irmã, nesta época, com nove anos de idade, que eu precisava ajudar em sua instrução.

Em meu primeiro emprego obtido por meio da Fundação Guarda Mirim, fui direcionado para a área administrativa pela qual me apaixonei e sentia que era a profissão que eu desejava seguir.

---

<sup>1</sup> Esta fundação é uma instituição sem fins lucrativos criada na década de 1960, cujo objetivo era colocar menores aprendizes no mundo do trabalho,

No período de escolarização, de modo geral, nunca fui um dos melhores alunos da turma, mas não “dava trabalho”. No ensino médio, estudei em escola pública e tive alguns problemas, fato que me levou a abandonar o “primeiro colegial”<sup>2</sup> e optar por um curso junto ao Sistema “S”, que estava voltado para o mundo do trabalho. O curso me trouxe grandes frutos profissionais por um longo período. No decorrer deste curso, por indicação de amigos, realizei o ensino médio juntamente com o ensino técnico em contabilidade. Entretanto, o mesmo era pago, e, naquele momento, eu não dispunha do valor necessário.

No entanto, em nossa caminhada, temos sempre algumas pessoas que nos ajudam e, uma delas, pela qual guardo grande estima, foi o Sr. Eduardo G. Lebrão, que ao saber de minha situação, conseguiu uma bolsa de estudos junto à instituição e pude, então, cursar o Ensino Médio e, ao final de três anos, obtive o meu segundo grau e o Ensino Técnico em Contabilidade.

Após realizar alguns cursos temporários, tais como: escrita fiscal, datilografia e técnico em administração rural, realizei também vestibulares para instituições públicas, os quais não obtive sucesso. Contudo, tive, novamente, a ajuda do Sr. Roberto G. Viafora e, assim, pude ingressar em minha tão sonhada faculdade, iniciando os meus estudos nos anos 2.000 no curso de Administração.

Com a graduação, o bacharelado em Administração de Empresas, portas de trabalho se abriram para mim, o que me possibilitou realizar um curso de especialização em Auditoria e Perícia contábil em uma instituição pública. Esta especialização ajudou muito em meu crescimento profissional e pessoal.

Com as mudanças na legislação, resolvi voltar aos bancos escolares e, no ano de 2008, realizei a minha segunda graduação, agora em Ciências Contábeis. Saliento, portanto, que a minha formação inicial teve, como principal razão, a identificação de um trabalho que tive no setor/área.

Além dessa identificação, durante a minha graduação, percebi bastante facilidade nas matérias que envolviam cálculos, mas também àquelas relacionadas à gestão de pessoas, comportamento humano e comunicação empresarial. Dessa forma, atuar nestas áreas levou-me à oportunidade de desenvolver projetos junto à universidade, tais como: projetos de interação, de treinamento a menores aprendizes e desempregados junto a fundações e Ongs locais, tais como a

---

<sup>2</sup> Atual 1º Ano do Ensino Médio.

Fundação Mirim<sup>3</sup> de Presidente Prudente; Casa do Menor; Secretaria de Emprego e Trabalho. Os projetos tinham como intuito oferecer treinamentos para as pessoas necessitadas e desempregadas, estavam voltados à recolocação ou ingresso destas no mundo do trabalho. Os treinamentos ofertados aos desempregados com o auxílio dos colegas de sala, oferecendo capacitações e tirando-lhes dúvidas de como montar currículo e se portar no momento de entrevista de emprego, fizeram nascer em mim uma nova profissão e uma nova paixão: lecionar.

Essa nova paixão pôde ser concretizada em 2009 quando fui convidado a trabalhar como tutor presencial em uma universidade a distância, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), atualmente, denominada Universidade Anhanguera UNIDERP. As atividades com esta instituição se encerraram em 2015, momento em que iniciei os trabalhos no curso de Administração e Gestão. A princípio, estes trabalhos funcionavam em sistema misto, com duas horas-aula na modalidade presencial e duas horas-aula na modalidade a distância, via satélite. Nessa oportunidade, consegui colocar em prática as minhas habilidades adquiridas na universidade e nos anos de experiência profissional.

No ano de 2010, fui convidado a realizar um pequeno minicurso na unidade do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest Senat<sup>4</sup>) com o propósito de treinar jovens da região de Presidente Prudente<sup>5</sup> para o mundo do trabalho, o que se prolongou e onde permaneci por dez anos trabalhando com ensino profissionalizante. Ademais, todos que realizavam esses cursos profissionais como: Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP), Transporte Escolar, Transporte Coletivo e Transporte Emergência, já trabalhavam e, por isso, havia a cobrança por técnicas que pudessem melhorar os seus trabalhos diários.

No início de 2012, surgiu a oportunidade de lecionar em uma escola técnica na cidade de Martinópolis (cidade próxima a Presidente Prudente, também localizada no interior do estado de São Paulo/Brasil), na área de Administração.

Em meados de 2014, surgiu a oportunidade de lecionar em uma faculdade presencial, a Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE), trabalhando nos cursos

---

<sup>3</sup> Atual denominação da instituição Guarda-mirim

<sup>4</sup> SEST SENAT: Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, atua na formação e na qualificação de profissionais do transporte para o mercado de trabalho.

<sup>5</sup> Município do Interior do Estado de São Paulo/Brasil.

de graduação em Administração e Ciências Contábeis, aos quais permaneço vinculado até a presente data.

No ano de 2018, com o desejo de melhorar a minha formação enquanto docente e possuir maior titulação, comecei a me preparar para ingressar no Programa de Pós-Graduação, no Mestrado em Educação, com o intuito de participar do processo seletivo no final daquele mesmo ano. Desse modo, adquiri informações de profissionais já formados na unidade e comecei a idealizar e elaborar o meu projeto de pesquisa. Além disso, cursei duas disciplinas: Prática docente e Novas tecnologias, na qualidade de aluno especial, buscando melhor formação sobre temas vinculados a área da Educação.

No decorrer deste período em que estava estudando, constatei que no ano de 2017 veio à tona a reforma nacional do Ensino Médio, aprovada pelo ex-presidente Michel Temer, que entre outras medidas a serem abordadas no decorrer deste texto, promove o modelo de educação baseado em um ensino híbrido. Este por sua vez permanecia entre o ensino técnico e regular, o que me fez indagar sobre o foco da aprendizagem voltada ao preparo para o mundo do trabalho e aquela voltada para a preparação para o vestibular e, conseqüentemente, os progressos dos educandos em nível superior.

Assim, pensei em pesquisar mais sobre este tema, participei do processo seletivo para o mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (PPGE/Unoeste) e fui aprovado.

Neste sentido, as principais motivações que me levaram a desenvolver um trabalho direcionado tanto para a educação técnica de nível médio como para resultados estatísticos foram:

- a) o percurso que jovens concluintes dessa etapa realizam para prosseguirem seus estudos no Ensino Superior;
- b) a contribuição da instituição de ensino nesse direcionamento (tais aspectos estão diretamente ligados à minha atuação profissional).

Após apresentar a relevância pessoal e profissional desta pesquisa, a seguir apresento a relevância política, educacional e científica do estudo.

## 2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Ao final de 2014, o Brasil passava por vários problemas de ordem política, sobretudo com o início do processo de golpe ao qual culminou, em meados de 2016, o *Impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, assumindo seu vice-presidente, Michel Temer. Nesse período de estagnação econômica, em que o país assistia a manifestações a favor e contra o processo e, ao final deste, economicamente, o país se encontrava em uma recessão. Entre suas consequências surgiu um contingente de 12,2 milhões de desempregados, conforme explicitado por (SARINGER, 2019).

Entre as justificativas para o desemprego estava a baixa qualificação do trabalhador brasileiro, apontada como principal problema para a recolocação junto ao mundo do trabalho. Assim, pesquisadores e estudiosos como Mascaro (*apud* SINGAL, 2009) preconizavam sobre a importância de que era necessário atitudes como mostrar caminhos e direções para a conquista de um emprego. Por outro lado, encontra-se o desemprego, situação recorrente no sistema capitalista, que varia de acordo com o ciclo econômico. Enfim, o aprimoramento de qualificações de profissionais e o desenvolvimento de competências, são ferramentas que auxiliam a obtenção de um emprego.

Outra alegação além dos desempregados com relação ao número de jovens entre 15 a 29 anos que não estudam e nem trabalham, chamados pelos meios de comunicação popular como geração “nem-nem”, uma vez que não trabalham e não estudam. Segundo Kuenzer (2020) o número de pessoas entre 15 e 29 anos que não trabalham, não estudam e não se qualificam profissionalmente, cresceu 5,9% de 2016 para 2017, o que equivale a mais de 619 mil pessoas. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, existem 46,9 milhões de pessoas entre 15 a 29 anos de idade, destas 22,1% não estavam nem estudando e nem trabalhando, 25,6% só trabalham. Essas informações mostram que a crítica da maioria dos empresários recai sobre o atual sistema de educação e, como uma saída a essa situação, o ensino técnico profissionalizante retorna.

No imaginário popular, tem-se a visão de que os mais altos níveis de escolaridade se associam sempre a melhores empregos e a profissões mais requisitadas. Assim para Manfredi (2016, p.19) “as relações entre trabalho, emprego, escola e profissão são muito mais complexas do que se pode imaginar”.

No atual cenário sabemos que isto nem sempre é uma realidade, uma vez que as mudanças nas tecnologias e nas profissões fazem com que muitas delas desapareçam com o tempo e sejam sucumbidas pelas inovações tecnológicas.

Neste sentido, Schwartzman (2016) aponta que, em outros tempos, a educação profissional era vista como uma possibilidade de outra classe para estudantes que não conseguiam entrar em escolas secundárias. Atualmente, é buscada por muitos alunos como opção valorativa, tanto em razão das oportunidades imediatas, quanto pela experiência que proporciona para ingresso no mundo do trabalho.

Apesar do choque de pensamentos, surge a medida provisória 746/2016 conhecida popularmente como “reforma do ensino médio”,<sup>6</sup> cujo objetivo foi a reformulação do ensino médio, implementada no governo do presidente Michel Temer, entre as alterações, intensificam escolas em tempo integral, a escolha de percursos na formação dos jovens, dando a opção pela escola técnica. Neste cenário, surgem alguns apoiadores à medida provisória 746/2016 (BRASIL, 2016), outros a rejeitam, sob críticas. Assim, com a alteração proposta pela nova medida, comparando-as com o texto anterior da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as alterações chamadas de reforma do ensino médio, com as mudanças efetivadas pela aprovação da lei n. 13.415/2017<sup>7</sup>, a educação técnica de nível médio e as escolas de tempo integral passam a ser uma realidade.

Assim, diante destas novas definições e refletindo sob as críticas gerais e sobre se o ensino médio técnico possibilita a seus egressos uma educação em seu mais amplo sentido da definição da palavra educação segundo a qual Singer (1996, p.05) define “a educação em geral e a escolar em particular como processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicos da democracia”, ou seja, forma cidadãos pensantes e críticos, com interesses voltados a seguir seus estudos no nível superior ou apenas forma pessoas para o ingresso no mundo do trabalho?

Com o propósito de apurar a relevância e estudos realizados anteriormente para a delimitação do problema de pesquisa, além de situar a presente dissertação, foi feito um levantamento bibliográfico em Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre os anos de 2017 a 2019, que contemplariam a área de

---

<sup>6</sup> A Lei nº 13.415/2017.(BRASIL, 2017).

<sup>7</sup> Lei que sancionou, em 16 de fevereiro de 2017, a medida provisória 746/2016.

investigação sobre o ensino médio de nível técnico com foco no ingresso no ensino superior.

Para a realização do levantamento de trabalhos científicos (artigos, dissertações e teses), realizou-se uma investigação nas seguintes plataformas, respectivamente: - Google Acadêmico; BDTD; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC). Para tanto, foram usados os seguintes descritores: "egresso ensino médio técnico" and "ingresso ensino nível superior". Os resultados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo de produção encontradas de acordo com os descritores.

Descritores	Plataformas de pesquisas			TOTAL
	Google Acadêmico	BDTD	CAPES/MEC	
"Ensino médio e técnico" AND "ingresso nível superior"	0	0	0	0
"Ensino médio e técnico ingresso nível superior"	2	0	0	2
"Egresso ensino médio técnico" AND "ingresso ensino nível superior"	0	0	0	0
"Ensino médio" AND "profissionalizante"	83	87	66	236
"Ingresso ensino superior"	0	1	10	11
"Egressos de escola pública" AND "Ingresso no"	103	3	1	107

<b>ensino superior"</b>				
<b>"Egressos de escola técnica" AND "Ingresso no ensino superior"</b>	0	0	2	2
<b>"Técnico em administração" AND "profissionalizante"</b>	3	1	2	7
<b>Total</b>	191	92	81	364

Fonte: O autor

Na somatória das três bases de dados foram encontrados 364 trabalhos. Em vista desse número de trabalhos, foi necessário filtrar os que mais se aproximavam com o tema da pesquisa proposta. Primeiramente, realizou-se a leitura dos títulos que foram listados pelas pesquisas, separando os que se assemelhavam ao tema da dissertação. Procedeu-se então a leitura desses resumos e das considerações finais/conclusões, e que, de acordo com as palavras chaves “ensino médio” and “profissionalizante” pudesse oferecer maior quantidade de resultado em pesquisas, verificou-se que cinco dissertações/teses/artigos tinham ligação com o trabalho a ser desenvolvido. Para tanto, realizou-se a análise detalhada desses trabalhos conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas de acordo com o tema da pesquisa.

<b>Ano de Publicação ou Defesa</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Resultado</b>
Vanilza Valentim Dos Santos; Nerli Nonato Ribeiro Mori Educação (Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil), 01 January 2020, Vol.45, pp.1-24	Educação Profissional: a trajetória de alunos com dificuldades escolares.	O objetivo geral foi delimitado na análise do percurso e das perspectivas dos alunos do 1º e do 4º ano, matriculados no curso técnico profissionalizante em escolas da rede federal de ensino denominadas Institutos Federais, considerando a relação entre educação escolar e formação profissional	A realização do estudo proporcionou uma reflexão a respeito das motivações na escolha pelo ensino técnico e sobre as dificuldades e os obstáculos encontrados pelos alunos, assim contribuindo com um novo olhar com relação à educação e à formação profissional.



<p>Carvalho, Rita Oliveira de Dissertação defendida em 2019 pela Universidade Estadual do Ceará</p>	<p>Os Estágios Nas Escolas Profissionalizantes De Ensino Médio Integrado À Educação Profissional: A Formação Do Jovem Pobre.</p>	<p>Avaliar a função social dos estágios desenvolvidos nas EEEP articulados à premissa do ideário da empregabilidade.</p>	<p>Concluimos, portanto, que as diretrizes do Programa de Estágio Supervisionado desenvolvido nas EEEP atendem aos interesses do capital em crise estrutural, promovendo a lógica da empregabilidade e empreendedorismo, critérios que passaram a nortear a formação da classe trabalhadora para inserção no mercado de trabalho.</p>
<p>Fioretti, Karina Aparecida Dissertação defendida em 2019 pela Universidade de São Paulo.</p>	<p>A formação no ensino profissionalizante no segmento do agronegócio: um estudo de caso na ETEC agrícola de Santa Rita do Passa Quatro.</p>	<p>Analisar as expectativas dos estudantes em relação à sua formação ao longo do curso, se as competências e habilidades adquiridas foram de encontro aos seus anseios, tendo em vista o que pretendem seguir no mercado de trabalho.</p>	<p>Constatou-se, que a formação oferecida pelos planos de curso da instituição, foi de encontro com as expectativas dos estudantes e, por meio das entrevistas, os mesmos transcreveram e afirmaram oralmente que os conhecimentos compartilhados no curso foram de acordo com suas expectativas e, em alguns casos, disseram que foi até além do que esperavam.</p>
<p>Oliveira, Caíque Diogo de Dissertação defendida em 2019 pela Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba</p>	<p>Jovens estudantes do ensino médio integrado no Instituto Federal de Salto: experiências do presente e projetos de futuro</p>	<p>Compreender os sentidos que as/os jovens estudantes do ensino médio integrado do IFSP campus Salto atribuem à experiência escolar no ensino médio integrado e seus projetos de futuro para depois de concluírem a educação básica, dando visibilidade às assimetrias de gênero, e ainda, quando pertinentes, às desigualdades de cor/raça.</p>	<p>o estudo aponta que algumas das premissas de profissionalização dos jovens via “flexibilização” dos currículos escolares que embasaram a Reforma do ensino médio proposta pela Lei 13.415/2017, não se aplicam aquilo que foi constatado junto aos adolescentes dessa pesquisa, pois, as/os participantes da pesquisa afirmaram que tanto as disciplinas da base comum como as disciplinas profissionalizantes tendem, em geral, aumentar o interesse dos estudantes em continuar os estudos e auxiliar na elaboração dos projetos de futuro dos alunos. Mais especificamente nos projetos de futuro, percebemos que, em geral, a expectativa dessas/desses jovens é de cursar o ensino superior após o fim do ensino médio, contudo uma análise generalizada aponta que a divisão sexual do trabalho presente na sociedade moderna se manifesta no campo de possibilidades</p>

			desses/dessas jovens investigadas, pois, enquanto os alunos estão em busca de carreiras correlatas aos cursos técnicos, as alunas possuem maior variedade de profissões em suas respostas.
Moura, Janete Marcia Morais Oliveira; Albuquerque, Jose de Lima Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (UEM), 2018, Vol.40(2) [Periódico revisado por pares]	Educação a distância ensino profissionalizante: um olhar sobre o acompanhamento do egresso	Investigar o acompanhamento dos egressos como instrumento de gestão educacional para avaliação da formação profissional, egressos dos cursos técnicos de Segurança no Trabalho, Meio Ambiente e Eventos oferecidos na modalidade EAD pelo Instituto Federal de Educação.	Os resultados revelaram que não há um acompanhamento sistemático dos egressos que viabilize a instituição apropriar-se de indicadores acerca da efetividade dos cursos; e que a gestão do egresso é imprescindível por viabilizar o <i>feedback</i> da formação oferecida, dos indicadores de inserção profissional e para uma célere e permanente comunicação entre instituição formadora, egressos e mercado de trabalho.

Fonte: O autor.

Ao analisar os resultados obtidos no Quadro 1, observou-se que todos os trabalhos, apesar de certa semelhança nas conclusões, uma vez demonstrado um desejo dos egressos em prosseguirem seus estudos a nível superior, não teriam relação com a investigação do trabalho proposto especificamente, uma vez que o objetivo deste trabalho é a investigação das contribuições do ensino técnico de nível médio em administração na formação cidadã e ingresso no ensino superior, uma vez que o objetivo do estudo diante do que foi apresentado, evidencia compreender o perfil e contribuições do egresso do curso técnico de nível médio eixo de gestão de negócios, suas motivações e contribuições para o egresso destes educandos a nível superior ou ainda as contribuições que a modalidade de Educação Profissional Técnica (EPT), para o auxílio deste quanto ao ingresso no ensino superior. Assim, ainda permanece a seguinte pergunta norteadora da pesquisa que se deseja desenvolver.

## 2.1 Pergunta da Pesquisa

A educação profissional e técnica de nível médio está adequada à legislação indicada na Lei n. 9.394/96 LDB “Lei de Diretrizes e Bases” cuja modalidade tem a

intenção de contribuir com a educação dos futuros egressos em prosseguirem seus estudos a nível superior?

Diante deste questionamento e de acordo com a vivência do pesquisador, definiram-se os objetivos gerais e específicos que delineiam essa pesquisa, nos quais o pesquisador alicerçará sua pesquisa visando a compreender o motivo em que o ensino médio técnico contribui para a formação cidadã de seus egressos e auxilia no ingresso ou prosseguimento de seus estudos a nível superior.

## **2.2 Objetivos**

### **2.2.1 Objetivo Geral**

Analisar as implicações da trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes do curso técnico em Administração em nível médio para a formação cidadã e para o prosseguimento dos estudos no Ensino Superior.

### **2.2.2 Objetivos Específicos**

- Levantar as políticas e demandas educacionais sobre educação profissional, técnica em administração e formação cidadã;
- Identificar as percepções dos estudantes no que se refere aos processos de ensino como formação cidadã, consciente de seus direitos e obrigações;
- Verificar e descrever as contribuições e os desafios da articulação entre instituições e estudantes que levem a despertar um anseio à formação no Ensino Superior.

Assim, após apresentar a trajetória pessoal e profissional, a relevância social, educacional e científica da pesquisa, definindo os objetivos, descrevo como a dissertação está organizada.

## **2.3 Organização das seções**

Para a melhor compreensão da pesquisa, as seções estão organizadas da seguinte forma:

- Na introdução deste trabalho foi apresentado o caminhar do pesquisador, a justificativa e relevância da pesquisa, assim como a pergunta e os objetivos geral e específicos.

- Na seção II, apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa, apontando a relação entre o ensino médio técnico e as legislações para ingresso no ensino superior, realizando o levantamento histórico e bibliográfico pertinente ao tema.

- A seção III apresenta os Procedimentos Metodológicos, onde será realizado o delineamento da pesquisa.

- A seção IV apresenta a Análise e Discussão dos Resultados, abordando os resultados obtidos durante a execução do trabalho de campo, contraponto com a legislação e a teoria apresentada na seção II.

A finalização da dissertação será apresentada nas considerações finais e perspectivas futuras, para que este trabalho sobre educação técnica de ensino médio possa contribuir para a construção do conhecimento para gestores e professores do curso técnico em Administração em nível médio. Diante do exposto, abrem-se as possibilidades para proporcionar aos demais educadores a demonstração de uma estratégia gerencial diferenciada que pode ser adotada no contexto de uma sala de aula para os demais estudantes.

### **3 RELAÇÃO ENTRE O ENSINO MÉDIO TÉCNICO E AS LEGISLAÇÕES PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR**

Esta seção tem o objetivo de apresentar ao leitor, as principais transformações que o estudo da educação técnica no Brasil passou e passa, apontando pontos importantes de sua história. Para tanto, inicia-se com breve passagem pelo contexto histórico desde a chegada dos portugueses e o sistema escravista, possibilitando uma melhor contextualização do leitor sobre o processo vivenciado pela educação técnica no Brasil e com foco maior a partir da década de 1910, período do governo Nilo Peçanha com importantes alterações na educação profissional e tecnológica, iniciando a transformação de sua forma de ensino para os moldes que hoje conhecemos, a qual será demonstrada no decorrer deste trabalho.

#### **3.1 História e Desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil**

Inicialmente, a educação durante o período colonial foi marcada pela imposição dos padres jesuítas e portugueses sobre os índios e posteriormente aos africanos. Esses dois povos foram submetidos e inseridos a uma cultura hierárquica tradicional e autoritária que obrigavam a eles um processo de trabalho pesado e qualquer educação que desenvolvessem saberes prático ou teórico.

Este período do Brasil Colonial ficou conhecido pela educação catolicista, onde o estudo era direcionado à fé católica, deixando de lado a intenção de formação integral do cidadão que deveria ser direcioná-lo a uma função teórica *versus* prática.

Como bem ressalta Cunha (2005a), o preconceito em relação ao trabalho manual é de outrora, uma vez que as atividades realizadas pelos escravos fossem índios, fossem africanos, por meio do trabalho forçado, contaminava as demais atividades.

Neste contexto, podemos analisar que os brancos e livres se privilegiavam da sua autonomia hierárquica para estabelecer e separar atividades destinadas a cada etnia, sendo que eles sempre ficaram com os saberes profissionais a frente das outras classes, destinada a pouco esforço físico o que gerava uma diferença social econômica e intelectual. Muitas vezes, os trabalhos manuais se davam para escravos, mestiços e brancos pobres, impossibilitados de ocupar outras tarefas.

Nesses casos, as corporações de ofícios faziam normas rigorosas, impedindo ou pelos menos desincentivando o emprego de escravos em certos ofícios. Portanto, procurava-se “branquear” esses ofícios, dificultando o acesso de negros e mulatos ao seu exercício.

Nesse período, o Brasil era altamente explorado em razão de suas riquezas naturais, quando ainda era colônia de Portugal, isso se deu por meio da fragilidade da cultura do nosso povo.

De acordo com Manfredi (2016), durante os dois primeiros séculos de colonização portuguesa, a base da economia brasileira era a agroindústria açucareira organizada em *plantation*, sistema que utilizava o trabalho escravo da população nativa de índios e dos negros vindos da África e de alguns poucos trabalhadores livres, empregados em tarefas de direção e/ou que requeriam maior qualificação técnica.

Dentro dessas instalações, prevaleciam as práticas educativas informais e, de acordo com Cunha (2005b), tanto escravos quanto homens livres aprendiam seus ofícios no próprio ambiente de trabalho sem qualquer padrão ou regulamentação. Cabe dizer que os denominados aprendizes não se tratavam de crianças ou adolescente, mas sim daqueles que possuíam disposição para aprenderem, considerando:

- a) termos técnicos como força, atenção e habilidade;
- b) termos sociais como lealdade ao senhor, ao capital e aos instrumentos de trabalho.

Com as mudanças que vieram a ocorrer durante a descoberta de riquezas no Brasil, na região das Minas Gerais, e a falta de mão de obra capacitada, houve uma relação de transformação na educação com a formação de um novo grupo de trabalhadores que tinha uma educação e formação para novos trabalhos que surgiram, cujas vagas deveriam ser ocupadas por homens brancos, para trabalho que seria direcionado aos engenhos e casas da moeda.

De acordo com Cunha (2005b), o crescimento da indústria açucareira e da extração de minérios na região mineira, durante o início da colonização, gerou núcleos urbanos que abrigavam a burocracia do Estado, entre outras atividades de serviço e de comércio. Ainda segundo o autor, foi criado um mercado consumidor por essa população urbana, com as mais distintas finalidades relacionadas a utensílios domésticos e a produtos artesanais. Essa situação gerou a necessidade

de trabalhos especializados por meio de artesãos como carpinteiros, pedreiros, sapateiros, ferreiros, entre outros. Além desse público, concentravam-se nos núcleos urbanos colégios jesuítas, cujos quadros de trabalho eram próprios para o desenvolvimento de atividades internas.

Nesse mesmo período, aconteceram várias mudanças direcionadas à educação técnica, entre elas a formação especializada para ao qual a demanda era enorme para suprir as necessidades que surgiu durante o crescimento populacional das cidades. Com isso, era dada uma formação para todos que fossem encontrados sem afazeres pelas ruas coagindo a uma formação voltada ao trabalho manual sem condições de escolha. E para grandes ofícios eram destinados somente os filhos de burgueses ou oficiais privilegiados pela sua classe social. Portanto, se propagou por um longo período uma educação para classes mais baixas, mantendo um distanciamento educacional para uma formação integral. O sistema empregado nessa época já continha característica do fordismo<sup>8</sup>.

Segundo Matos (2012), a educação profissional no Brasil se originou pelos níveis mais baixos, com características assistencialistas e preparo para o trabalho. Nas primeiras décadas do período imperial, diante da falta de mão de obra em vários setores, o país foi impulsionado a implantar uma aprendizagem de maneira compulsória, ensinando ofícios aos menores das classes mais pobres e excluídos da sociedade, como os abandonados e os órfãos. Estabeleceu-se, dessa forma, outro tipo de ensino, separado do secundário e do superior, que visava à formação da força de trabalho, dos artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

Desde modo, a sociedade humana vivenciou inúmeras mudanças marcadas por um período de escravidão e degradação humana, sem nenhuma formação intelectual e crítica para a classe mais baixa que já era a grande maioria neste período. E os que usufruíam de uma educação elitizada eram os filhos de família hierarquizada pelo poder aquisitivo ou pelo sobrenome que carregava. Logo se notava diferença entre a educação intelectual que era aplicada para a minoria, à qual eram destinados somente afazeres práticos do cotidiano e que envolvesse trabalho físico.

Em virtude do que vinha ocorrendo em Portugal, o Rei D. João III adota novas medidas e resolve modificar a estrutura de ensino que era destinado para

---

<sup>8</sup> Sistema de produção industrial criado por Henry Ford, caracterizado pela linha de montagem.

população brasileira da época se distanciando da educação aplicada pelos padres jesuítas e solicitando uma educação voltada para a formação profissional de trabalhadores no setor de ferrovias, entre outros que surgiam com a necessidade local das novas construções ou embarcações para o transporte ou moradia.

Sobre essa ideia, segundo Cunha (2005b), na organização da companhia de Jesus, havia sacerdotes dedicados ao trabalho religioso e os irmãos coadjuvantes incumbidos das mais diversas funções – cozinheiros, roupeiros, despenseiros, porteiros. Na Europa, os jesuítas contratavam serviços de um irmão coadjutor para ofícios mecânicos para os colégios e para as residências. Todavia, no Brasil, em razão da escassez de mãos de obra, irmãos oficiais foram trazidos para praticarem suas funções e para ensinarem seus ofícios aos homens livres e aos escravos. Esses irmãos oficiais traziam ensinamentos da Europa e os reproduziam nas oficinas no Brasil, dando preferência a crianças e a adolescentes, cujas tarefas eram atribuídas para fortalecer a produção.

Diante do exposto, é possível notar que a formação envolvia vários cunhos religiosos e políticos que se mantinham pela classificação e separação para especializações que propositalmente destinava cursos que envolviam a classe hierarquizada a um tipo de aprendizagem e a classe subordinada a outro tipo de atividade. Isso mostra novamente que o ensino médio técnico apresenta impressões do contexto que era entregue àquela formação.

Manfredi (2016) salienta que é importante lembrar o grande papel do sistema jesuítico de educação que foi desempenhado durante o Período Colonial, em que a historiografia oficial aponta a catequese da população nativa como a principal obra educacional da igreja. Para Brandão (2006, p. 23), “a educação forma a personalidade do indivíduo e o prepara para viver a cultura”. Segundo o autor, é por meio da educação que a formação da cultura atua no indivíduo. A cultura é descrita, mostrando com o indivíduo a assimila e como ela se constitui. Além disso, “a educação é, ao mesmo tempo, uma instituição que o indivíduo encontra e o meio que ele tem para encontrar todas as instituições”. (BRANDÃO, 2006, p. 23.)

Apesar de toda educação ofertada no período colonial, fica claro o descaso que foi vivenciado com a população nativa que se encontrava em sua cultural íntegra e com seus ensinamentos próprios, mas é necessário ressaltar a importância dessa educação, que foi aplicada na população nativa da época, mesmo como uma



educação com princípios da igreja. Assim sendo, manteve-se uma relação de educação para os mais humildes e necessitados.

Conforme Ellis *et al.* (1995), a constituição imperial de 11 de dezembro de 1823 determinava:

- a) a criação de escolas em todas as vilas e lugarejos das cidades;
- b) a criação de escolas para meninas nas cidades mais populosas;
- c) a garantia de educação gratuita a todos os cidadãos.

Nesse período, havia grande descaso com os menos favorecidos pela então elite brasileira deste período, que considerava ser desnecessário educar pessoas que serviam apenas como trabalhadores braçais em suas terras. Assim devo salientar que a prioridade do governo foi destinar à elite o ensino superior enquanto à população menos favorecida o ensino básico.

Em seu texto sobre a educação formal, Enguita (1989, p. 112) cita

[...] ensinassem a ler e a escrever pessoas que não necessitavam mais que aprender a desenhar e a manejar o buril e a serra, mas que não querem continuar fazendo-o [...]. O bem da sociedade exige que o conhecimento do povo não se estenda além de suas ocupações.

Com toda certeza, o sistema educacional procurou diferenciar o ensino secundário do superior, pelo motivo de traçar um ensino manufaturado para novas necessidades das cidades que vinham surgindo ao longo desse período. Assim, por meio das esferas estatais, com as associações civis, surge uma educação a esses afazeres com um estudo totalmente direcionado e seguindo suas necessidades, muito pouco era ensinado sobre a aplicação de conteúdos que envolvem o senso crítico ou seu desenvolvimento intelectual.

Nos tempos mais remotos na história das civilizações humanas, o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades. (MANFREDI, 2016, p. 20)

Assim, enquanto na classe dominante os filhos são educados de forma mais erudita e oficial, as classes camponesa e operária são deslocadas para o trabalho e a educação popular.

Entende-se que sempre houve um posicionamento educacional diferente para a sociedade e seus grupos, uma vez que a educação popular tinha um objetivo

direto na formação do indivíduo para o mundo do trabalho com mais desenvolvimento crítico para sua formação integral.

Por outro lado, no século XIX surgiu a necessidade da mão de obra qualificada para plantações de café e para indústrias da capital, uma vez que não havia profissional especializado para este trabalho. Com a escassez, foi preciso buscar alternativas de mão de obra qualificada e especializada que já vinha surgindo com companhia de Leôncio de Carvalho, que visava uma educação voltada à qualificação na escola, com o ensino técnico para atender as demandas da mão de obra especializada. Assim, logo veio a surgir a primeira Sociedade Propagadora de Instrução Popular.

Os aprendizes, cujo modelo de aprendizagem correspondia ao âmbito militar. Nesses espaços, crianças e jovens em situação de mendicância eram destinadas para receber instruções sobre leitura, escrita, aritmética, escultura e desenho. Além disso, aprendiam alguns ofícios como alfaiataria, encadernação, tipografia, sapataria, entre outros. Ao concluir sua aprendizagem, o estudante permanecia por mais três anos para formar um patrimônio que lhe seria entregue no final do triênio (MANFREDI, 2016).

Dessa forma, como ocorreu na capital, foi criado o Liceu de Arte e Ofício em 1873. Essa instituição apresentava como mantenedora a Sociedade Propagadora da Instrução Popular (LOPES; VEIGA; DE FARIA, 2007). Sobretudo é preciso ressaltar a relevância do Liceu de Artes de São Paulo que foi um grande momento e uma referência na história, deste modo merece destaque entre as questões da instituição do curso primário gratuito e logo após através da realização de cursos de profissões.

Conforme Lopes, Veiga e De Faria (2007), trata-se de atividades gratuitas e cursos ofertadas no período noturno com aulas em que era ofertado todo material necessário para propiciar um ensino de qualidade aos estudantes e condições para atuarem no comércio, na lavoura e nas indústrias. Para sua manutenção, contava com o apoio do poder público, por meio de doações e subsídios.

Com conteúdo diverso em seu currículo, o Liceu de Artes pôde oferecer uma formação desnatada em diversas áreas profissionais, com a intenção de atender toda necessidade de cafeicultores e o governo paulistano. Eles traçaram inúmeras estratégias para alcançar altos índices para buscar seus cursos com solicitações em todo o Brasil.

Tanto quanto as necessidades iam surgindo por profissionais qualificados, o Brasil também sofria transformações sociais, econômicas e tudo se dava por meio da abolição da escravatura que causou uma mudança na expansão econômica com a imigração da população europeia para lavouras e indústrias gerando um processo de urbanização.

Diante desse processo, da primeira República proclamada em 1889 e a Revolução de 1930, todo processo educacional foi reformulado, alterando o que já era existente no ensino. Neste sentido, as instituições passaram por modificações em sua rede de aprendizagem e a partir desse momento elas começam a atender como escolas com formação integral do indivíduo. Claro que para ocorrer essas mudanças, foi necessário que houvesse uma junção entre o governo, a Igreja Católica, toda a sociedade de elite e os trabalhadores rurais que criaram uma associação sindical para orientar todas as necessidades que pudesse surgir.

Manfredi (2016) ainda ressalta que, dessa vez, os destinatários não seriam só apenas as classes baixas mais quem estivesse nos setores urbanos, teria a chance de se tornar trabalhador e assalariado.

Com as mudanças que ocorreu no mundo e na Europa, o Brasil começa a expressar seu interesse pela educação profissional. Em 1889, no Estado do Rio de Janeiro, deu-se início ao primeiro memorial que explanava as reivindicações para a classe trabalhadora como garantia de assegurar uma aprendizagem prática e teórica. Essa seria custeada pelo governo para uma formação de futuros profissionais. Mesmo o governo não assegurando essas medidas, ela serviu para o início da elaboração de um documento que determinou que menores não poderiam mais trabalhar em fábricas e que seria destinado a eles um orfanato que prestaria toda assistência social e educacional com cursos obrigatórios que se dividiria para analfabetos e outros cursos para aqueles que já possuíssem saberes.

Somente a partir do século XX começa a surgir uma nova concepção sobre o ensino técnico-profissional, o grande momento para essa instituição foi o Decreto 7.566, de 1909, que estabelece a rede federal de escolas industriais, com suas dezenove escolas de aprendizes e artífices espalhadas por quase todo o território nacional.

Por meio desse decreto, o Presidente Nilo Peçanha, começa a entender sobre a necessidade de uma formação técnica e profissional para as novas demandas que estavam surgindo por meio da expansão econômica que ocorria no

Brasil. Assim, para dar conta do aumento da produtividade nas indústrias brasileiras, seria preciso pensar em trabalhadores que estivessem com uma formação qualificada para trabalhar. Conforme a legislação vigente da época, a admissão dos estudantes obedecia aos seguintes critérios: encontrar-se na idade entre 10 e 13 anos e na condição de desprovido de renda (SANTOS *apud* SANTOS FILHO; SANCHEZ GAMBOA, 2009).

Desse modo, temos uma distinção, cada vez mais clara, entre o ensino técnico, que prepara para o exercício de uma profissão e permite o prosseguimento de estudos e o ensino profissional, com conteúdos específicos e restritivos, orientado para o exercício de um ofício.

Diante dessa nova configuração de ensino, voltada exclusivamente para uma preparação profissional, as escolas passam a não compreender o verdadeiro motivo e começam a transferir para uma função social com a finalidade de solucionar problemas de desordem que fugia do objetivo central, a formação cidadã completa e optam apenas por uma formação profissional e técnica. Esse fato, podemos chamar de retrocesso educacional, uma vez que estes jovens abandonados, os órfãos, desvalidos, eram encaminhados para o ensino profissional com o intuito de apreenderem algum ofício e a instrução primária, e não uma formação cidadã completa.

Neste momento, a EPT cumpre apenas uma perspectiva assistencialista, (MOURA, 2007 p.10) “com o objetivo de amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, ou seja, de atender aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes.”

Visto que, em 1910, o Estado de São Paulo começa a se situar com relevância sobre as escolas públicas para profissionais, dá-se início ao ensino com um objetivo de formação qualificada aos estudantes que frequentassem a nova rede de ensino, modificando as preocupações mais nitidamente assistenciais para uma preparação de operários para um exercício de sua profissão, inicialmente aprendizes artífices e do ensino agrícola, assim evidenciando um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país.

Bertogna (2009) enfatiza que após a Revolução de 1930, do então governo provisório de Getúlio Vargas, mudou-se o cenário econômico do Brasil, alavancando toda economia com uma nova capital e o progresso industrial que gerava emprego a

cada minuto. A demanda só aumentava e a necessidade de mão de obra qualificada para setor de produção era cada vez mais exigida. Assim, no ano de 1930, foi criado o Ministério da Educação (MEC), após Getúlio Vargas chegar ao poder. Vale esclarecer que inicialmente foi chamado de Ministério da Educação e Saúde Pública, uma instituição que desenvolvia atividades de outros ministérios como saúde, educação, esporte e meio ambiente (BRASIL, 2012).

Em virtude de tudo que ocorre no processo educacional no Brasil, percebe-se que foi uma longa trajetória para alcançar um ensino profissional e técnico. Com as demandas e o crescimento populacional e urbano nas cidades devido às ferrovias, começou-se a enxergar as necessidades de se criar escolas especializadas como o Centro Ferroviário de ensino, que tinha a função de oferecer cursos para profissionais e estudantes que trabalhassem ou tivessem interesse em executar as tarefas nessa área. Para que esta rede de ensino funcionasse, foi necessária a parceria entre o Governo e os Profissionais de Sorocaba. Com inúmeras necessidades, o sistema de ensino começa a enxergar essa nova demanda por profissionais qualificados para a indústria, recém-modernizada, o que leva ao surgimento quase uma década depois do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Criado nos anos de 1940<sup>9</sup>, no final do Estado Novo, conhecido como a Era Vargas, que tinha como o lema “o nacional desenvolvimentista”, ou seja, o modelo de substituição de importações para uma expansão da indústria nacional.

Assim, o ano de 1942 foi marcado por fatos importantes, conforme Frigotto (2007), pela “integração das escolas de ensino industrial no sistema nacional de ensino médio, mediante a Lei Orgânica do Ensino industrial”. Esse conjunto de decretos ficou conhecido como a Reforma Capanema, em razão do nome do ministro atual da Educação, Gustavo Capanema. Entre os principais decretos, segundo Moura (2007, p. 11), temos:

Decreto nº. 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº. 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº. 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº. 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº.9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-Lei nº.12 4.048/1942 – cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S.

---

<sup>9</sup> O Senai foi Criado pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e o Sesi pelo Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946.

Com esse novo cenário econômico no Brasil, as escolas profissionalizantes alcançam visibilidade, entre elas uma das escolas é o SENAI que se destacou nessa configuração para atender o ensino técnico. No auge dos setores industriais, o Estado de São Paulo começa a entender toda sua necessidade para novas demandas industriais e ressaltar a importância de uma formação técnica e qualificada, principalmente, na área automobilística.

Visto que todas essas mudanças nas escolas técnicas seriam necessárias para atender às necessidades das indústrias, o governo começa a discutir novos parâmetros do sistema educacional e técnico. De acordo com a bibliografia pesquisada, somente em 1961, a educação passa a ser ofertada para todos, sem nenhuma distinção de classe social e econômica, por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no Brasil. Com isso, o sistema de ensino passa por mudanças inclusive o ensino técnico como afirmado a seguir:

Art 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos: a) indústria; b) agrícola; c) comercial. Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 48 Para fins de validade nacional, os diplomas do curso técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginasial, com duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos. 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário. 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

Art.50 os estabelecimentos de ensino industrial poderão, além dos cursos referidos no artigo anterior, manter cursos de aprendizagem, básicos ou técnicos, bem como cursos de artesanato e de mestria, vedado. – Parágrafo único, Serão permitido, em estabelecimentos isolados, o funcionamento dos cursos referidos neste artigo.

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores e seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino. 1º os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos (BRASIL, 1961).

Apesar das garantias legais trazidas pela LDB (BRASIL,1961), a realidade era um pouco diferente, faltando estrutura física e humana para iniciar tal processo, o qual gerou resultados a médio/longo prazo. Portanto, com os avanços na educação, surge interesse de se criar instituições públicas voltadas para a qualificação e cursos técnicos para suprir de imediato as indústrias. Para alcançar

essa demanda, começam a planejar as novas instituições com características e aos moldes semelhantes a algumas escolas já existentes na época como o SENAI.

O SENAI se tornaria futuramente parte de uma rede de educação profissional paraestatal, organizada em setores, entre eles, o setor industrial. Vale destacar que no setor do Comércio e Serviço, surgiram: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Social do Comércio (SESC), sendo criados posteriormente, na década de 1990, outros setores como o agrícola, de transporte, de Pequenas e Médias Empresas e Cooperativas, todos com o intuito de promover a qualificação e o bem-estar do trabalhador de determinado setor.

Em 1960, o governador Abreu Sodré promulgou um decreto destinado à educação tecnológica do 1º e 2º graus transcendendo até o ensino superior. Dessa forma, a primeira escola a surgir com moldes de escola técnica foi o Centro Paulo Souza (CPS), para abranger todo estado paulista com intenção de suprir as demandas das indústrias.

De acordo com Bertogna (2009), os anos de 1950 a 1960 foram marcados pela expansão automobilista na capital e ao seu entorno. Com inúmeras mudanças na sociedade e na estrutura educacional, começa-se a repensar sobre a LDB, uma vez que parágrafos estariam ultrapassados e seria necessário reformulá-la para atingir um ensino de qualidade quanto à formação profissional. Mas somente em 1971 o congresso aprova a Lei nº 5.692.

[...] fazia-se necessária uma reestruturação que dotasse o ensino, em todos os níveis, de maior racionalidade, constituindo-se em fator de desenvolvimento individual e social, através da constituição de um sistema educacional que diminuísse a demanda pelo ensino superior e substituísse o caráter acadêmico pela formação profissional já que no segundo grau. Para tanto surge a Lei Nº 5.692/71 em cuja exposição de motivos assinada pelo Ministro da Educação expressa-se a nova concepção: "...também na educação a palavra de ordem terá de ser a racionalização dos investimentos, para que ela própria venha a constituir o investimento nobre, por excelência, sobre o qual há de assentar-se o processo de desenvolvimento" (BERTOGNA, 2009)

Conforme as mudanças ocorriam no Estado de São Paulo devido à expansão econômica, a mão de obra qualificada era solicitada nas escolas de formação, começando a surgir instituições com cursos profissionalizantes, tendo a intenção de suprir essa carência do mundo do trabalho. Nesse sentido, as instituições procuravam atender às demandas da época, surgindo assim no final dos anos 1960, por meio da parceria entre as indústrias e o governo, a escola técnica

CPS. A instituição tem como objetivo atender aos diversos estudantes matriculados em idades diferentes com propósito do Ensino Médio ao Superior.

Com tantas mudanças ocorrendo no ensino técnico, faltava uma emenda para garantir o ensino técnico de qualidade. A partir desse momento, a LDBEN nº 9.394/96 tem a finalidade de atender ao ensino técnico com uma educação de qualidade e formação integral e certificada pelo Governo Federal. (BRASIL, 1996).

Sobre esta LDBEN e sua importância para o ensino técnico, veremos com mais detalhe na próxima subseção.

### **3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**

A LDBEN<sup>10</sup>, de 1996, é fruto de um processo de discussão oriundo da reconstrução de um país que saía de um período ditatorial e tentava reconstruir o Estado de Direito, de onde emergiram anos antes (1988a), a nossa Carta Magna, e os embates na sociedade educacional e civil organizada sobre um pensamento e um plano geral e único para uma Educação livre em todos os níveis, seguindo um plano geral, uma vez que esta lei obrigava as instituições públicas e privadas a ajustarem as novas diretrizes, motivo pelo qual ocorreram anos antes a sua promulgação uma série de disputas e embates, conforme veremos com um pouco mais de detalhe a seguir.

Com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, os artigos 209 e 210 estabelecem:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (BRASIL, 1988a)

Desta forma, foi iniciado com a apresentação por meio do projeto lei nº 1.258/88 (BRASIL,), do então deputado Octávio Elísio, a primeira versão do projeto de lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, sua proposta era considerada sintética ao que diz respeito ao ensino de 2º grau, pois em seu currículo continha apenas estudo da língua portuguesa, ciências e matemática, e uma maior relação

---

<sup>10</sup> Lei Nº 9.394/96 e Decreto Federal nº 2.208/97



com trabalho produtivo, uma vez que defendia a implantação de oficinas práticas organizadas com setor e unidades produtivas, o que gerou em dezembro do mesmo ano uma emenda substitutiva, com apresentação de novo projeto. A emenda deixa claro que a educação de 2º grau deveria, segundo Schwartzman (2016, p. 107) “propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo”, assim voltando a estreitar sua relação entre a formação destinada ao ensino profissionalizante, e sua justificativa seria o estudo apresentado por Demerval Saviani na XI Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (Anped), que ocorrera em Abril daquele mesmo ano, na cidade de Porto Alegre, o que levou a novas alterações em sua proposta.

Na terceira versão de sua proposta, realizada em março de 1989, mantém-se a proposta pedagógica, entretanto, detalham-se os dispositivos referentes ao ensino médio, de modo a conter duas modalidades, sendo:

- a primeira geral, voltada para os estudos;
- a segunda profissionalizante, dedicada ao aprofundamento da formação técnica.

Assim estabelecia-se uma duração mínima de três anos, mantendo a obrigatoriedade de que as escolas ofertassem laboratórios e oficinas para trabalhos práticos. Já na quarta versão apresentada, mantinham-se seus fundamentos, além de explicitar a palavra “formação politécnica”, assegurando a formação básica comum e propondo ampliar para quatro anos ou 3.200 horas a formação geral. Desta forma, previa-se que o ensino técnico deveria contemplar os conteúdos científicos e tecnológicos específicos às habilidades oferecidas.

Essa proposta foi examinada pela comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do deputado Jorge Hage, com amplo processo de discussão parlamentar e com a sociedade civil organizada, com a participação de nomes relevantes como afirmou o relator. Desse modo, faz-se necessário citar as principais participações e os principais nomes para demonstrar a importância deste tema, segundo consta em Brasil (1988b, p. 296–297):

Demerval Saviani, Acácia Kuenzer, da UFPR, Gaudêncio Frigotto e Vanilda Paiva UFRJ Maria Umbelina Salgado, do CNPq, Silva Velho, do Ministério do Trabalho, Silke Weber, da UFPE, entre outros nomes relevantes no

campo da pesquisa, assim como ouvintes técnicos da SESG/MEC e professores, dirigente e alunos de escolas Técnicas e outras de 2º Grau.

A discussão geral, apresentada pelos pesquisadores, defende a escola unitária e politécnica se contrapondo à chamada organização dualista do ensino secundário, com um caminhar distinto entre ensino geral e ensino técnico profissional e com trajetórias distintas e segundo seus críticos não se refletem e reproduzem diferenças de classes sociais. E entre dois polos extremos (educação puramente geral ou educação totalmente profissional) esse embate teórico prossegue nas discussões do projeto de lei até sua transformação em norma jurídica.

Na perspectiva do Ministério do Trabalho, o qual promoveu amplo debate sobre a educação nacional, orientados a partir de um diagnóstico crítico das atuais condições e carências da educação escolar em geral e do ensino profissional, o relatório apresentado demonstrava qual era a situação do tema naquele momento.

No ensino médio, embora o fluxo dos alunos seja melhor, o total de matrículas corresponde a apenas 30% dos jovens de 15 a 19 anos. O percentual dos jovens brasileiros que concluem o 2º grau e chegam à Universidade ainda é bastante baixo, comparado aos dos países de industrialização recente. Entre 1984 e 1987, na Coréia, Taiwan e Japão, as matrículas no ensino superior representam, respectivamente, 3,6%, 2% e 2% da população total, enquanto no Brasil, ainda hoje, está em torno de 1%, o mesmo percentual apontado nas estatísticas educacionais dos anos 60. (SALM; FOGAÇA, [2019], p. 9).

Esses parâmetros norteavam as deficiências qualitativas e quantitativas para um plano voltado para uma linha de qualificação do trabalhador, voltado para o desenvolvimento econômico e tecnológico, voltado para uma política-estratégia para a geração de trabalho e renda, com a qualificação da mão de obra, bolsa qualificação e suspensão do contrato de trabalho. Assim, segundo Manfredi (2016), estas propostas do Ministério do Trabalho (MTB)<sup>11</sup>, baseavam-se na descentralização das atividades, na conjunção dos recursos públicos, provados e externos, e na articulação de um conjunto variado de entidades, desde sindicatos e ONGs<sup>12</sup> e até as estruturas já existentes como o sistema S.

---

<sup>11</sup> Órgão extinto com a edição da Lei Nº 13.844, de 18 de Junho de 2019. As funções do antigo Ministério foram atribuídas aos Ministérios da Economia, da Cidadania e da Justiça.

<sup>12</sup> ONGs – Organizações não Governamentais

Por outro lado, no âmbito do MEC, surgiu uma proposta um pouco mais abrangente de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, alicerçada, e assim tomando como modelo países capitalistas, de modo que sua justificativa seria que o Brasil necessitava investir na formação e no desenvolvimento humanos para ingressar no patamar de países já desenvolvidos, tornando-se detentor de tecnologia de ponta, não apenas importador ou consumidor de tal tecnologia.

De acordo com Manfredi (2016 p.78), o documento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), órgão administrativo, ligado ao MTB, responsável pela regulamentação e pela fiscalização das relações de trabalho no Brasil. efetiva que a Educação Profissional no Brasil é composta por várias entidades, sendo as seguintes:

- a) no segmento do ensino médio, incluindo redes federal, municipal e privada;
- b) sistema S, incluindo os serviços nacionais de aprendizagem – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).
- c) universidades públicas e privadas com ofertas de cursos, sejam de graduação, e/ou de pós-graduação;
- d) escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores;
- e) por escolas e fundações mantidas por grupos empresariais;
- f) ensino profissional livre concentrado em centros urbanos e pioneiros na formação a distância (via correio).

Desse modo, pode-se perceber que ao longo dos anos a educação profissional passa por uma evolução e torna-se uma das referências em educação no Brasil por formar profissionais que são introduzidos ao mundo do trabalho. A sociedade hoje exige profissionais cada vez mais qualificados e o objetivo das escolas técnicas é fornecer conhecimentos para que os ingressantes possam ser inseridos no contexto social, econômico e profissional.

Com inúmeras mudanças no ensino profissionalizante, percebe-se que o ensino passou por várias alterações, o que alavancou e se distanciou do ensino para formação de manufaturada e foi ganhando outra configuração de formação com característica muito diferente do início. Dando uma formação de qualidade integral

aos estudantes que procuravam formação tecnológica e científica para o mundo do trabalho.

Sobre a preparação para o mercado, Pacheco (2012) assevera que a preparação para o trabalho não corresponde à preparação para o emprego, mas à formação em todos os aspectos para a compreensão deste universo e inserção crítica na sociedade, incluindo atividades produtivas em um mundo de veloz transformação tecnológica com a abertura dos países à chamada globalização e a uma internacionalização dos produtos. Assim como garantir ao trabalhador as habilidades e conhecimentos necessários capazes de competir e entender as mudanças mundiais, sendo estas tecnológicas, nas fábricas, nos veículos ou na área científica.

Ao pensarmos a educação técnica, devemos pensar nas relações de aprendizagem assim como o novo modelo de produção e suas exigências para o atual mercado profissional, o qual exige uma mão de obra qualificada e pensante sobre a sua realidade e suas tarefas. Cabe, portanto, as ideias críticas e humanas, ou seja, não voltada para o trabalho, ou seja, como afirma Singer (1996), uma “educação em geral e a escolar em particular como processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicas da democracia”.

De modo geral, o ensino profissionalizante ganhou novos contornos na LDBEN nº 9.394/96, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, uma vez que a referida lei admitia o ensino médio, atendida a formação geral oferecendo uma educação básica unitária comum a todos os cidadãos, concomitantemente pudesse oferecer qualquer espécie de formação profissional específica, para tarefas imediatas no mercado de trabalho, a duração do curso técnico seria de três anos ou 2.400 horas, acrescida de estágio supervisionado de um ano, e assim admitia que o ensino médio, atendida a formação geral do educando, preparasse para o exercício de profissões técnicas. A preparação geral para o trabalho e a habilitação profissional poderiam ser realizadas na própria escola ou em instituições especializadas em educação profissional.

Quanto à operacionalização das novas normas da educação técnica de nível médio, que estabeleceu três níveis de educação profissional: básico, destinado à formação independente de escolarização anterior; técnica, dedicado a uma habilitação profissional para matriculados ou egressos do ensino médio; e

tecnológica, corresponde a cursos superiores na área tecnológica, aplicado a egressos dos ensinos médio e técnico.

Os cursos teriam diretrizes curriculares nacionais definidas pelo conselho Nacional de Educação e poderiam ser organizados em módulos, cada um deles oferecendo certificado de qualificação profissional. Em virtude de tantas mudanças no ensino profissionalizante, sua operacionalização e normas foram realizadas pelo Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997) e assim fez-se necessário um capítulo dentro da LDBEN que assegurasse a importância do ensino técnico para o universo do trabalho, aprofundasse os conhecimentos e garantisse ensino de qualidade integralmente com certificado com validade em todo território nacional.

Conforme todas as mudanças de perfil do educando, a grade comum do ensino profissionalizante necessitou de alteração, assim, em 2005, houve outra reforma para que pudesse constituir uma solidez no ensino técnico com o sistema industrial. A reforma tinha a intenção de articular a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio, configurado com a matrícula única para cada estudante. Além disso, a nomenclatura dos cursos e dos Programas de Educação Profissional passa de Educação Profissional de Nível Médio (EPNM) para Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM).

Nesse processo de elaboração da nova LDB 9.394/96, ressurgiu o conflito da dualidade. De um lado, a defesa da formação profissional integrada ao Ensino Médio nos seus mais variados aspectos humanísticos e científico-tecnológicos. Do outro, o ensino técnico defendendo a recuperação da relação entre conhecimento e prática do trabalho, o que denotaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo produtivo. Dessa forma, seu objetivo deveria ser o de proporcionar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas e não a simples mecanização de técnicas produtivas. Portanto, não se deveria propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos (FRIGOTTO *et al.*, 2005, p. 35).

Ainda segundo os autores, cabe esclarecer o que seria o ensino politécnico, em sua concepção se relaciona com “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno”. De acordo com Saviani (2003),

De início, talvez pudesse contribuir retomando a concepção básica de Politécnica. Considero fundamental que isto esteja suficientemente claro para que possamos tomar as medidas mais práticas relativas à organização curricular. A noção de Politécnica deriva, basicamente, da problemática do trabalho. Nosso ponto de referência é a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral. Toda a educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, portanto, do entendimento e da realidade do trabalho (SAVIANI, 2003).

Ao considerar o modo de produção, suas cobranças e exigências no mundo corporativo, é possível pensar no modelo de produção fordista, em que toda mão de obra era realizada mecanicamente. No entanto, o setor industrial já demandava novas habilidades devido aos avanços e salto científico-tecnológico, como a eletricidade, a mecânica e tantos outros campos da ciência e da técnica. Neste sentido, há um salto qualitativo de novos elementos da ciência que modificam a forma de atuar no sistema produtivo. Seu desenvolvimento ocorreu em determinada estrutura social envolvendo materiais, ideologias, formas de comunicação, formação de trabalhadores, relações de trabalho etc.

Para Frigotto (1987, p.25),

A formação integrada, assumida como princípio educacional, implica superar o pragmatismo que reduz a educação a sua funcionalidade e incluir outras práticas formativas, a exemplo da introdução de elementos de metodologia científica, de ética, de economia e dos direitos do trabalho no ensino da filosofia, do desenvolvimento do trabalho em equipe, de projetos, da generalização da iniciação científica na prática formativa. O que exige a implementação de políticas públicas de concessão de bolsas de iniciação científica também para o nível médio.

Nessa contenda, foram realizadas inúmeras audiências públicas, e discussões, uma vez que muitos descontentes e os movimentos sociais resistiram à separação entre educação básica e profissional. Assim, outras críticas ao Decreto 2.208/97 e ao dualismo resultaram em diversos documentos e discussões. Entre eles, podemos citar as participações nas conferências Nacionais de Educação organizadas pelo Movimento de Defesa da Educação Pública e os eventos promovidos pelas Comissões de Educação da Câmara de Deputados e do Senado. (PACHECO, 2012)

Com a promulgação da Lei 11.741/08 que alterou a LDBEN, a educação profissional técnica de nível médio foi incluída na Seção IV-A do Capítulo II da educação básica. (BRASIL, 2008). A inclusão dessa seção demonstra a ciência de que a educação profissional técnica de nível médio corresponde a uma das

oportunidades de desenvolvimento do segmento do Ensino Médio, mas não uma modalidade educacional. Segundo Pacheco (2012, p. 29), “a concepção de modalidade educacional é assumida para a Educação Profissional técnica em geral”,

Assim, o parágrafo 1º do Artigo 39 possibilita a organização da EPT em eixos tecnológicos, de formas diferentes dos itinerários formativos, organizados pelos catálogos nacionais dos cursos técnicos<sup>13</sup> e dos cursos superiores de tecnologia e pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Já o parágrafo 2º do Artigo 39 estabelece os tipos de cursos possíveis na EPT, sendo a:

- formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- educação profissional técnica de nível médio;
- educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

O pensamento apresenta um aparente consenso dos atores sociais quanto à importância da EPT para o desenvolvimento do país, uma vez que não há vinculação dos cursos de formação inicial e continuada a qualquer dos dois níveis de ensino.

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela forma social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Para Frigotto *et al.* (2005), trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, depurado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Para Frigotto e Ciavatta (2004), ao se propor a refletir sobre o que é ou que pode vir a ser a formação integrada, pergunta-se: o que é integrar? Os autores remetem ao termo no seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, o que implica tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os

---

<sup>13</sup> Instituídos pela Portaria Ministerial 870/08, aprovados pela Resolução CNE/CEB 3/08, com base no Parecer CNE/CEB 11/08.

processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enforçar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Nossa constituição batizada de Constituição Cidadã, garante ao cidadão a plenitude democrática, a livre iniciativa e com a promulgação da LDBEN 9.394/96, corrobora a centralidade da cidadania como valor.

Em uma profunda crise do ensino médio, em meados dos anos 2000, surge na realidade educacional brasileira o decreto 5.154/04 (BRASIL, 2004), segundo Pacheco (2012), em 2008, pouco mais de 51% da população entre 15 e 17 anos encontrava-se no ensino médio, correspondendo a 62,4% (cerca de 5,2 milhões) dos 8,3 milhões de estudantes matriculados na oferta dita regular que estavam nessa faixa etária. Neste mesmo ano, 21 milhões de pessoas com mais de 18 anos compunham a demanda potencial para ensino médio, porém, foram registradas apenas 1,6 milhão de matrículas na modalidade EJA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) que, segundo Pacheco (2012), surgiu na década de 1990 foi marcada por tensões entre o governo e os movimentos sociais. As políticas educacionais de trabalho e emprego impulsionaram a proliferação de cursos voltados ao atendimento da demanda de qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores, de baixa escolaridade, por meio de uma rede específica de cursos de curta duração, completamente dissociados da educação básica e de um plano de formação continuada. Isso resultou em notáveis perdas para os trabalhadores e num acentuado processo de exclusão social.

Em meio a debates de setores mais críticos, os quais reivindicavam a educação básica como elemento essencial da qualificação profissional dos trabalhadores, o desenvolvimento de experiências concretas de qualificações com elevação de escolaridade conduziu à aproximação com a EJA, apontando para a necessidade de implementar uma política pública de formação profissional integrada ao sistema público empregada na educação básica.



Assim, a aproximação entre a EJA e a educação profissional, em nível médio, materializa-se pela Portaria ministerial 2.080, de 13 de julho de 2005, que destina aos centros federais de educação tecnológica, às escolas técnicas federais, às escolas agrotécnicas federais, às escolas técnicas vinculadas às universidades federais, a incumbência de oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio na modalidade de EJA (PACHECO, 2012).

Desse modo, em uma sociedade com abertura de novos cursos, novos campos e oportunidades, esperava-se uma maior participação e inclusão deste jovem em um ambiente de formação e posterior inserção no mercado de trabalho.

Apesar dos investimentos e ações das escolas técnicas, tais como abertura de novos polos, salas dentro das escolas estaduais, os números apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) não sortiam um resultado que agradassem a sociedade em geral, tanto para a escola técnica como para a escola tida como regular. A desistência permanecia elevada, e não havia uma justificativa plausível para isso, antes sabia-se que os alunos deixavam seus estudos para trabalhar e ajudar no sustento das famílias. No entanto, agora simplesmente deixam e não trabalham e nem estudam, ficando conhecidos pela população em geral como geração “nem-nem”. Para tentar entender e melhorar esta situação surgiu uma série de discussões e alternativas com a intenção de atrair e acompanhar e estimular a formação deste jovem (de 15 a 19 anos). Esse debate ficou conhecido como reforma do Ensino médio que veremos com maior detalhe a seguir.

### **3.3 Reforma do Ensino Médio**

No início de 2017, no governo do presidente Michel Temer, foi realizada uma profunda reformulação no ensino médio brasileiro, por meio da Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017). O texto permitiu uma maior flexibilidade curricular, de modo que o estudante esteja assegurado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), podendo optar por um aprofundamento em uma área acadêmica ou pela sua formação técnica e profissional, de modo a atingir sua trajetória de vida bem como os seus projetos.

Com essa flexibilização, ocorre uma organização e uma autonomia do jovem estudante que pode escolher entre diversos percursos. Sobre isso, Kuenzer (2020)

discorre que corresponde a 1800 horas dedicadas à BNCC, considerando a parte diversificada. Segundo o autor, o jovem para atender seus objetivos e metas de vida pode selecionar qualquer uma das áreas oferecidas, sejam elas: linguagem e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências humanas e sociais, ciências da natureza e suas tecnologias, além da formação técnica e profissional.

Uma das críticas deste modelo é o de aligeiramento da formação, uma vez que a formação geral fica reduzida a 1.800 horas no máximo, ainda segundo Kuenzer (2020), por meio de apenas dois componentes curriculares obrigatórios ao longo do percurso, os demais componentes apresentam carga horária reduzida, uma contradição à proposta de educação integral.

Com a perspectiva de aligeiramento, a flexibilização na educação técnica e profissional retoma itens do Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997) revogado em 2004 pelo Decreto 5.154/2004, o qual determina que o currículo poderá ser organizado em módulos em um sistema de créditos e terminalidades específicas; essa flexibilização abre possibilidades, ao ser reincorporada pela Lei 13.415/2017, de que sejam firmados convênios com instituições de ensino reconhecidas, que ofereçam formação técnica e profissional de modo presencial e a distância, de modo que as competências e os cursos desenvolvidos em outros espaços sejam validados (KUENZER, 2020).

A justificativa desse cenário está relacionada ao crescimento do número de jovens que não trabalham, mas também dos que não estudam nem trabalham, conforme já mencionado, a geração “nem nem”.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2017 (IBGE, 2017), o número de pessoas entre 15 e 29 anos que não trabalham, não estudam e não se qualificam profissionalmente, cresceu 5,9% entre 2016 e 2017, o que equivale a mais de 619 mil pessoas. Em 2016, eram 10,5 milhões, número que cresceu para 11,2 milhões em 2017, de um contingente de 48,5 milhões de pessoas nessa faixa etária.

Ao se verificar os dados PNAD de 2019 (IBGE, 2019), observa-se que em comparação com os dados de 2017, manteve-se o percentual. Esse patamar coloca o Brasil entre os mais mal colocados, quando comparado com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outros que tiveram seus resultados divulgados pelo relatório *Education at a glance* (OCDE, 2018). A média para os países da OCDE foi 13,2% em 2018. Ao analisarmos os

dados por sexo no Brasil, verifica-se que os maiores percentuais eram de jovens mulheres (28,4%) contra o de homens (17,6%) que não estudavam e não estavam ocupadas em 2018.

Em pior situação encontravam-se as mulheres pretas ou pardas, que tinham o dobro de chances de estarem sem estudar e sem ocupação do que os homens brancos, enquanto entre os jovens homens que não estudavam e não estavam ocupados sobressaíam os desocupados (51,5%), entre as mulheres não estudantes e não ocupadas mais de 2/3 (67,7%) estavam fora do mundo do trabalho. Tendo em vista que 35,8% das jovens que não estudavam, não estavam ocupadas e não tomaram providências para conseguir trabalho, mas gostariam de começar a trabalhar.

Como observado nos parágrafos anteriores, as mulheres estão mais sujeitas à desocupação e, ao mesmo tempo, com mais intensidade, a estarem fora da força de trabalho. A maior diferença entre os sexos se dá justamente na faixa etária mais elevada, de 25 a 29 anos, apontando para a dificuldade das mulheres de se inserirem e permanecerem no mundo do trabalho após concluírem os estudos. Com efeito, a interrupção precoce dos estudos parece aumentar as chances do jovem com 18 anos ou mais de estar na situação de não estudar e nem estar trabalhando.

Em 2018, conforme dados da PNAD de 2019, entre os jovens com 18 a 24 anos que não estudavam e não estavam ocupados, 46,6% não tinham concluído o ensino fundamental e 27,7% tinham concluído apenas o ensino fundamental ou cursado até o médio incompleto.

Entre os jovens de 25 a 29 anos não estudantes e que não estão trabalhando, 44,1% não tinham finalizado o ensino fundamental e 31,2% tinham finalizado somente este nível de ensino ou alcançado o médio incompleto. Vale ressaltar que, entre os jovens de 18 a 24 e de 25 a 29 anos que concluíram o ensino médio, aqueles que se formaram na modalidade técnica estavam em menor proporção simultaneamente sem estudar e sem estar trabalhando, do que os que se formaram na modalidade regular. Estudos internacionais apontam que a conclusão do ensino médio na modalidade técnica implica em maior nível de ocupação para os jovens (ORTIZ, 2011) e que países com um sistema consolidado de educação e treinamento profissional têm menor taxa de desemprego juvenil e menor proporção de jovens que não estudam e nem estão trabalhando (QUINTINI; MARTIN; MARTIN, 2007). Por outro lado, existem evidências de que especialmente os jovens oriundos

de classes mais baixas teriam menos chances de prosseguir nos estudos, reduzindo a perspectiva de mobilidade social ascendente (FRESNEDA, 2009).

Uma das consequências de nossa política é que estudos da OCDE (2018) apontam o Brasil como um dos países com maior número de pessoas sem diploma de ensino médio: mais da metade dos adultos (52%) com idade entre 25 e 64 anos não atingiram esse nível de formação. Entre os jovens em idade escolar, embora a taxa de escolarização seja de 87,2%, a taxa ajustada de frequência escolar líquida foi de 68,4%, indicando a existência de quase dois milhões de estudantes atrasados e um milhão e trezentos mil fora da escola; os dados mostram que é no ensino médio que estão as taxas mais altas de atraso e evasão, indicando que os jovens se distanciam das possibilidades de acesso à educação, enquanto direito fundamental concedido pela constituição de 1988.

Essa tendência se reforça com os dados de Kuenzer (2020), no que se refere à redução, em 2017, de um milhão e trezentos mil matrículas na educação básica em comparação com o ano de 2014 (2,6) e, além disso, a taxa de distorção idade-série alcança 24,7% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 28,2% das matrículas do ensino médio. Um verdadeiro desastre, ao analisar estes números, apesar de termos ampliado a oferta de escolas, a permanência ou importância não tem atraído estes jovens, que deixam seus estudos ou que não se transforma em oportunidade tanto acadêmica quanto profissional.

Ainda segundo o relatório da OCDE (2018), a proporção de estudantes do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino. Com relação à cor/raça, percebe-se que as maiores proporções de estudantes de cor/raça branca são identificadas nas creches (54,7%) e na educação profissional concomitante ou subsequente (50,1%), representando mais da metade dos estudantes dessas etapas; pretos e pardos são maioria nas demais etapas de ensino, em especial na EJA, que representa 72,3% dos estudantes. Esses percentuais podem ser maiores, uma vez que a ausência da informação de cor/raça ainda alcança 23% em cada uma das etapas da educação básica. Esses dados demonstram uma parcela maior de alunos masculinos fora do ambiente escolar, o mesmo para pretos e pardos, o que ajuda a aumentar a desigualdade nas oportunidades de vagas, sendo assumidas pelas mulheres, com maior instrução ou uma classe branca, constituída por filhos de famílias burguesas.

Especificamente no ensino médio, em 2018, foram registradas sete milhões e setecentas mil matrículas, seguindo a tendência de queda nos últimos anos, nesse período, o número total de matrículas no ensino médio reduziu 7,1%. No sentido contrário, a matrícula integrada à educação profissional cresceu 24,9% no último ano, passando de 468.212, em 2014, para 584,564 matrículas, em 2018 (INEP, 2019). Esse dado corrobora a impressão de muitos professores das classes técnicas, entre os quais me incluo, de que a educação técnica com melhor preparo e foco em ciência e tecnologia passou a ter grande aceitação e a ser uma opção para os filhos das classes mais abastadas, e não apenas uma forma rápida de inserção no mundo do trabalho.

Com relação à localização, o número de matrículas do ensino médio concentra-se (95,3%) em escolas urbanas. Além disso, 96,1% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. A rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas localizadas na zona rural, tal fato se dá devido à longa jornada de alguns alunos da rede rural, que viajam para realizar seus estudos nas cidades, sendo um empecilho e estímulo para a desistência de muitos alunos.

A hipótese trabalhada por Kuenzer (2020), alicerçada nos dados supracitados, é a da inversão da proposta dual que até os primeiros anos da década de 1990, apresentava a escola média de educação geral para a burguesia e a escola profissional para os trabalhadores. E dadas as condições de precarização que as escolas médias públicas que atendem os que vivem do trabalho têm apresentado, a educação geral, antes reservada à elite, quando disponibilizadas aos trabalhadores, banalizou-se e desqualificou-se. Em outros termos, a burguesia, quando disponibiliza a versão geral para os trabalhadores, o faz de forma desqualificada, e o ensino médio de educação geral passou a ser escola para os filhos dos outros, enquanto a educação em ciência e tecnologia passou a ser a opção dos filhos da burguesia, mesmo que no ensino superior, para esses, o ensino médio é apenas um degrau necessário para o acesso aos cursos valorizados pelo mercado, no regime de acumulação flexível, que de modo geral é comprovado em nossas escolas, pelos professores e pelos alunos que a frequentam, com cursos tecnológicos e laboratórios aplicados a realidades dos alunos, e professores atuantes no mercado.

Apesar disso, as mudanças ocorridas no ensino médio proporcionaram que ele fosse interligado com a formação integral do estudante, exigindo inúmeras áreas de conhecimento para estabelecer a educação profissionalizante e a formação técnica. Com isso, direcionou as exigências do mercado com suas multitarefas que muitas vezes impossibilitava que esse aluno pudesse frequentar a sala e a partir disso se distanciasse de uma formação técnica de qualidade. Portanto, simplificando os processos, não necessitando de formação qualificada, valendo-se do menor esforço, nivelando por baixo o ensino técnico, simplificando demais os processos de ensino e banalizando a formação e por consequência a qualificação.

Segundo Kuenzer (2020), a tendência decrescente da matrícula no nível médio aliado ao fato de que as taxas de abandono e insucesso atingem predominantemente os filhos dos estratos mais baixos da classe trabalhadora, negros e pardos, reforça o caráter excludente do ensino médio que disponibiliza para o mundo do trabalho um grande contingente de trabalhadores desqualificados, que terão como opção trabalhos precários. Desse modo, fecha-se um ciclo .

Devido ao fato de que o trabalho é compreendido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção, da existência e objetivação da vida humana, ele é, portanto, um ponto de partida para a construção do conhecimento e de cultura pelos grupos sociais. Pacheco (2012, p. 67) preconiza que “nós somos produtores da nossa história enquanto sujeito, por isso, temos o dever de transformá-la”.

Desse modo, a educação profissional e técnica de nível médio tem um papel importante, para o início desta transformação, uma vez que as instituições públicas seguem com maior número de matriculados entre os discentes da educação técnica, como podemos observar na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentam curso técnico de nível médio, por sexo e instituição de realização do curso

Variável - Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentam curso técnico de nível médio (Mil pessoas) Brasil	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Instituição de realização do curso			
Total	2.696	1.293	1.403
Instituição pública	1.217	597	620
Instituição dos Serviços Nacionais de Aprendizagem	418	270	148
Outra instituição particular	1.061	426	635

Fonte: IBGE (2019).

Nota: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre 2019.

Na Tabela 2, é possível observar uma leve superioridade entre os matriculados discentes de escola pública, em relação à escola particular, o que não se repete entre os frequentadores do ensino médio convencional ou na modalidade EJA, como podemos observar com os dados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Estudantes, por curso frequentado e rede de ensino

Variável - Estudantes (Mil pessoas) no Brasil		
Curso frequentado		
Rede de ensino	Ensino Médio e EJA do Ensino Médio	Ensino Médio
Total	9.320	8.576
Pública	8.180	7.493
Privada	1.140	1.083

Fonte: IBGE (2019).

Nota: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2º trimestre 2019.

Apesar da maior quantidade numérica entre discentes do ensino médio regular em relação ao ensino técnico, se compararmos com os resultados estatísticos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica referente a 2019 (CPS, 2020a) para todo o Brasil, percebemos uma superioridade entre os discentes do ensino técnico, segundo o CPS Centro Paula Souza CPC (2020a), a média do IDEB das 166 Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) participantes é 6. Esse índice está acima da média das escolas de Ensino Médio do Brasil (4,2) e 4,6 das escolas do Estado de São Paulo, além de na cidade de São Paulo, a Capital do estado, entre as 20 melhores escolas públicas, 16 (80%) são Etecs.

Na cidade de Presidente Prudente, as Etecs obtiveram os melhores resultados entre as escolas públicas, desse modo, o CPS tem um papel importante neste processo, pois é um centro público que atua nas duas formas de Educação: Técnico e Superior. Sobre o detalhamento do perfil do discente ou egresso do curso técnico, o assunto será abordado a frente, ao detalhar os resultados da pesquisa,

### 3.4 Trajetória Histórica do Centro Paula Souza (CPS)

Com o crescimento industrial e a procura por mão de obra específica, o governo da época busca alternativas para desenvolver no Estado de São Paulo instituições para atender ao mundo do trabalho na capital e sua região

metropolitana, com isso cria-se a instituição denominada Centro Educacional Tecnológico de São Paulo (CEET/SP).

O centro foi criado em 1969, na gestão do então governador Roberto Costa de Abreu Sodré, a princípio com duas faculdades de tecnologia, instaladas nos municípios de Sorocaba e São Paulo, com três cursos na área de Construção Civil (Movimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficina), sempre apresentando sintonia com as exigências e as necessidades do país. À época, o país encontrava-se em uma situação de desenvolvimento e crescimento econômico. Dessa forma, restava formar profissionais para acompanhar esse movimento de expansão. (CPS, 2014b)

Em um primeiro momento, a instituição funcionou para a formação especializada visando a suprir as necessidades do mundo do trabalho, e aos poucos começam a surgir novas instituições na capital paulista e, a partir desse momento, passou a se chamar Centro de Educação Tecnologia Paula Souza (CEET/PS). A instituição recebeu o nome de Centro Paula Souza, em 10 de abril de 1971, para homenagear o engenheiro e Professor Antônio Francisco de Paula Souza, fundador da Escola Politécnica de São Paulo.

Criado em 1969, para instalar as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) do Estado, o Centro Paula Souza incorporou a partir dos anos de 1980 as escolas técnicas estaduais e conseqüentemente as escolas agropecuárias e agrícolas, em um total de 86 escolas ao longo de dez anos.

O CPS é uma autarquia do governo do Estado de São Paulo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. No ano de 2019, esteve presente em 322 municípios do Estado de São Paulo, administrando 223 Escolas técnicas (Etecs) e 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), sendo atendidos ao todo 291 mil alunos (CPS, 2021c) Na Figura 01, é possível observar a distribuição das Etecs e Fatecs no estado, demonstrando uma participação ampla por todo o estado de São Paulo, ampliando o acesso dos Jovens à Educação Profissional e Técnica.



Figura 1 – Mapa de localização de Etecs e Fatecs por Região administrativa.



Fonte: Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/etec/escolas/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

Os discentes são atendidos em 278 cursos organizados em 12 eixos de formação: 1. Ambiente e saúde; 2. Controle e Processos Industriais; 3. Desenvolvimento Educacional e Social; 4. Gestão e Negócios; 5. Informação e Comunicação; 6. Infraestrutura; 7. Produção Alimentícia; 8. Produção Cultural e Design; 9. Produção Industrial; 10. Recursos Naturais; 11. Segurança; e, 12. Turismo Hospitalidade e Lazer.

Nos cursos técnicos, são atendidos no eixo 4. Encontram-se cursos de Administração; Comércio; Contabilidade; Finanças; Logística; Marketing; Recursos Humanos; Secretariado; Serviços Jurídicos; Serviços Públicos e Transações Imobiliárias, oferecidos na modalidade semipresencial, técnicos integrados ao ensino médio e técnicos na modalidade de EJA e EaD *On-line*.

Direcionados aos setores industrial, agropecuário e de serviço, encontramos cerca de 290 mil alunos no ensino médio (Etec), dos quais, 24.611 de administração, especificamente, na modalidade pesquisada, ou seja, modular, com duração de 18 meses. Ao se pesquisar no eixo Gestão e Negócios, ao qual o curso está inserido, nas mais amplas modalidades do ensino técnico de nível médio, chegamos ao número de 89.249 estudantes, de acordo com o Centro Paula Souza CPS, (2020b).

O curso técnico em Administração em nível médio é um curso gratuito, mantido pelo governo do Estado de São Paulo, que se divide em três módulos semestrais, com duração total de um ano e seis meses. Sua principal característica é a formação de profissionais multidisciplinares, com conhecimentos e habilidades indispensáveis para o exercício de sua profissão, entre seus objetivos, segundo plano de curso (DEMAI; MEDEIROS, 2019, p.5) propõe:

formar profissionais com competências e habilidades em Administração que lhes possibilite enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho; □ formar técnicos conscientes de suas responsabilidades ética e social, que se comprometam com a aplicação de tecnologias politicamente corretas, prezando a qualidade de vida e promovendo o bem-estar da comunidade; □ compreender o contexto socioeconômico e humano, nos planos regional e global; □ aplicar nas diferentes realidades de trabalho, conhecimentos e atitudes favoráveis à transformação da realidade social, buscando construir uma sociedade mais justa, igualitária e ética;

Desse modo, entende-se uma formação ampla de modo a aliar seu conhecimento adquirido às práticas administrativas, e sua contextualização de mundo e momento, por meio de aulas que envolvam dinâmicas e desafios, de modo a levar o seu aluno ao pleno conhecimento. Assim, segundo o Centro Paula Souza, em seu plano de curso (DEMAI; MEDEIROS, 2019, p. 8), a função do curso é

Aliar a teoria e a prática para o desenvolvimento das competências e das habilidades dos estudantes é essencial para que aprendam: saber, poder e querer mudanças quanto à introdução de inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais, visando corrigir distorções nos elos da cadeia de negócios; formar profissionais com competências e habilidades em Administração que lhes possibilite enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho; formar técnicos conscientes de suas responsabilidades ética e social, que se comprometam com a aplicação de tecnologias politicamente corretas, prezando a qualidade de vida e promovendo o bem-estar da comunidade; compreender o contexto socioeconômico e humano, nos planos regional e global.

Assim como aplicar nas diferentes realidades de trabalho, conhecimentos e atitudes favoráveis à transformação da realidade social, enfim, todas as atividades são essenciais para a habilitação de curso técnico em Administração em nível médio.

Por se tratar de um curso de nível técnico, os estudantes interessados podem ingressar a partir da segunda série do Ensino Médio, além disso, não há restrição de idade para pessoas que já possuem o certificado de conclusão do

Ensino Médio. Seu ingresso se dá por meio de uma avaliação conhecida como “Vestibulinho” em que é realizada uma avaliação escrita, comum a todos os cursos. O processo seria classificatório para alunos que tenham concluído, no mínimo, a primeira série e estejam matriculados na segunda série do Ensino Médio ou equivalente. O processo classificatório é divulgado por edital publicado na imprensa oficial, juntamente com processo de número de vagas oferecidas.

As competências e habilidades exigidas são as previstas para a primeira série do Ensino Médio, nas quatro áreas do conhecimento: Linguagem; Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Matemática.

Após a listagem classificatória, é dado um prazo para a inscrição e o início das aulas. Definida a classificação, é dado acesso aos demais módulos que ocorrem por meio de avaliação de competências adquiridas no trabalho, por aproveitamento de estudos realizados ou por reclassificação.

A menção correspondente à nota não é em numeral, mas por classificação como: MB = Muito Bom; B = Bom; R = Regular; I = Insuficiente, sendo necessária a nota R para aprovação no módulo. Além disso, conta com a elaboração de um conselho intermediário e um conselho final para aprovação, retenção ou reclassificação do aluno, sendo observados casos pontuais e gerais de cada classe.

Também existem os polos e as cédulas de ensino, classificadas como polos alternativos, em cada cidade ou região, os quais proporcionam o ensino profissional aos estudantes. Tais polos foram implantados a partir de convênios com as prefeituras, no entanto, ainda não teve o alcance para toda a demanda necessária.

O CPS é reconhecido pela sua eficiência no que tange aos cursos e ao foco nas necessidades dos setores produtivos, tais como enfermagem, farmácia, meio ambiente, nutrição e dietética, automação industrial, eletroeletrônica, entre outros, assim preparam os egressos para o mundo do trabalho, mas com uma educação ampla e cidadã.

No decorrer de seus estudos, os estudantes participam de visitas técnicas, eventos acadêmicos e, ao final do período, devem realizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Nesse trabalho, os discentes escolhem e desenvolvem temas pertinentes a sua profissão, enfocando como beneficiar a comunidade ou estudando as necessidades escolares.

A instituição oferece vários cursos na área de gestão: Administração Empresarial, Secretariado, Logística, Recursos Humanos, Assessoria e Gestão de

Pequenas Empresas, entre outros. Os exames para ingresso ocorrem de maneira presencial por meio de Vestibulinho, semestralmente, bem como, o certificado abrange o diploma de técnico, ou seja, se o aluno concluir o primeiro semestre recebe o certificado de Auxiliar Administrativo, se concluir segundo semestre recebe o certificado de Assistente Administrativo e se terminar os três semestres recebe o de Técnico em Administração.

Na história do mundo, a administração, como técnica, tem sua origem situada, segundo o Conselho Federal de Administração (2015, p. 17), “por volta do ano 5 a.C. na região antiga da Suméria, ao criarem um processo prático de planejamento e para identificar problemas e encontrar soluções para as atividades comerciais”.

Quanto à cadeira acadêmica, foi criada no ano de 1881, nos Estados Unidos, a *Wharton School*, da Universidade da Pensilvânia, na Filadélfia. Esta é considerada a mais antiga escola de administração. Outro marco essencial, em 1908, foi a criação da *Harvard Business School*, focada em Administração de Empresas. Ela é considerada uma das principais escolas de pós-graduação em Administração do mundo.

Já no Brasil, a primeira vez que o termo foi utilizado foi na Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, que instituiu o código comercial do império do Brasil, assinada pelo Imperador Pedro II. Em seu capítulo V, o termo Administração é citado pela primeira vez de forma profissional, tratando dos deveres e obrigações “dos trapicheiros e administradores de armazéns de depósitos”. Do artigo 87 ao 98, são descritos seus deveres e obrigações, entre eles, segundo Brasil (1850):

DOS TRAPICHEIROS E ADMINISTRADORES DE ARMAZÉNS DE DEPÓSITO Art. 87 - Os trapicheiros e os administradores de armazéns de depósito são obrigados a assinar no Tribunal do Comércio ou perante o juiz de direito do comércio, nos lugares distantes da residência do mesmo tribunal, termo de fiéis depositários dos gêneros que receberem, e à vista dele se lhes passará título competente, que será lançado no Registro do Comércio. Enquanto não tiverem preenchido esta formalidade, não terão direito para haver das partes aluguel algum pelos gêneros que receberem, nem poderão valer-se das disposições deste Código, na parte em que são favoráveis aos trapicheiros, e aos administradores de armazéns de depósito.

A Lei Nº 556 e a criação do código comercial são reconhecidas como a primeira citação em solo Brasileiro da utilização do termo Administração, mas não

faz menção à escolaridade, por não haver, neste momento, qualquer curso ou formalidade, apenas posses para utilização do termo.

Alguns anos mais tarde, no Brasil, por meio do Decreto-Lei 579, de 1938, decretado pelo então presidente Getúlio Vargas, é criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cujo primeiro presidente foi Luís Simões Lopes e tendo como finalidade a assessoria técnica ao Presidente da República. Entre as atividades do DASP, estão agrupamento e distribuição orçamentária, processos de trabalho, seleção de candidatos ao trabalho público, elaboração do primeiro estatuto dos funcionários públicos federais do Brasil.

Quanto às instituições escolares no campo da administração, a Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN) é considerada a primeira escola de Administração do Brasil e da América Latina, fundada em 1941, pelo padre jesuíta Roberto Sabóia de Medeiros. O fundador buscou inspiração no modelo da *Graduate School of Business Administration* (Faculdade de Administração), da Universidade de Harvard. Inicialmente, o curso era de dois anos, com mais um ano de especialização, aberto a alunos possuidores ou não do certificado de conclusão do curso secundário.

Em 1944, houve a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo como objetivo principal estatutário empreender estudos e pesquisas no campo da administração pública e privada, bem como, promover a formação de pessoal para o exercício dessas atividades. Essa fundação viria a se tornar uma das mais importantes escolas de administração do Brasil ao longo dos anos vindouros.

Em 1946, foi criada, no Brasil, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), da Universidade de São Paulo (USP). Inicialmente, a nova Faculdade oferecia dois cursos: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais. Posteriormente, a FCEA foi reorganizada em cinco graduações distintas: Ciências Econômicas; Ciências Contábeis; Ciências Atuariais; Administração de Empresas; Administração Pública.

No decorrer da história, em 1958, com a eleição do Presidente Juscelino Kubitschek (JK) ocorre o início da construção da nova capital do Brasil, no planalto Central, a cidade de Brasília, dando assim início na ocupação do interior do Brasil. Com a demanda crescente por mão de obra e veículos para transporte, o Presidente JK autoriza o investimento estrangeiro, sobretudo, de empresa do setor automobilístico que segundo Caputo e Melo (2009):

valor dos investimentos diretos estrangeiros totalizou US\$ 497,7 milhões. A sua maior concentração ocorreu entre 1957 e 1960, com 73,0% do total do período (US\$ 363,1 milhões), explicado essencialmente pelo investimento direto no setor automobilístico, no contexto da implantação desta indústria no Brasil, uma das metas do plano governamental. No início dos anos de 1960, ocorreu uma queda bastante acentuada dos investimentos, que passaram de US\$ 107,2 milhões em 1960 para US\$ 39,2 milhões em 1961, US\$ 20,1 milhões em 1962 e US\$ 4,5 milhões em 1963, o último representando menos de 1% do valor total investido no período.

Antes do governo JK não se fabricavam veículos no Brasil, apenas eram montados com peças importadas. A Ford foi a primeira empresa de veículos a instalar-se no Brasil, em 1919, na cidade de São Paulo. Em um processo de ampliação e participação em todo território nacional, em 1927, adquiriu um novo imóvel para instalação de uma nova fábrica, assim, em 1953, realiza a inauguração desta nova fábrica, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, onde montava automóveis, americanos e europeus; caminhões; tratores e chassis de ônibus. No governo JK, começou a nacionalizar sua produção, o que trouxe a necessidade de profissionais para a execução desse trabalho, tanto braçal, sem qualificação, como com a necessidade de profissionais para áreas administrativas e especializadas.

Com essa demanda por profissionais, em decorrência da reivindicação levantada por um grupo integrado por profissionais dos setores público e privado, dirigentes de organizações, docentes e formandos das instituições de ensino da administração, entidades de classe e associações representativas da profissão, foi promulgada pelo Presidente Castello Branco a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Essa lei consolidou a profissão de técnico em administração. (BRASIL, 1965). O anteprojeto da lei, elaborado por um grupo de administradores, foi apresentado na Câmara dos Deputados pelo administrador Guerreiro Ramos. O anteprojeto estabelece que seus profissionais sejam profissionais liberais, regulados por um Conselho Federal de Administração (CFA), e entre suas funções originais, a mesma lei define:

Art 2º A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida, como profissão liberal ou não, VETADO, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração.

VETADO, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira,

relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos

a) dos bacharéis em Administração diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficiais oficializados ou reconhecidos, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961, bem como dos que, até a fixação referido currículo, tenham sido diplomados por cursos de bacharelado em Administração devidamente reconhecidos;

b) dos diplomados no exterior, em cursos regulares de Administração após a revalidação do diploma no Ministério da Educação e Cultura; (BRASIL, 1965)

Desse modo, o curso necessitava de registro em conselho de classe para exercício de sua profissão, também havia a necessidade de as escolas preparatórias apresentassem a devida certificação e o registro competente.

A que se mencionar o trabalho do conselho Federal de Administração e seus organizadores para um reconhecimento da profissão, mas voltada à educação Superior, não sendo atendido neste momento o curso técnico de nível médio. Esse trabalho contribuiu para que, em 1973, ocorresse a criação da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) e a Acadêmica Brasileira de Ciências da Administração (ABCA) para a organização da área acadêmica e científica de administração no Brasil, tendo assim maior rigor na avaliação de publicações científicas e atenção ética nas publicações científicas dos administradores.

Em 1985, por meio da Lei 7.321 deste ano, o então presidente José Sarney altera a denominação do Conselho Federal e Regionais de Técnicos em Administração para simplesmente Administração, que passa a ser denominado Conselho Federal de Administração (CFA) e seus órgãos regionais de Conselho Regional de Administração (CRA). (BRASIL, 1985).

O ensino das técnicas administrativas segue acompanhando as tendências globais de modo a transformar a realidade local. No ano de 1993, por meio da Resolução Nº 145 do CRA/SP-MS ocorre a reformulação do currículo mínimo de Administração com as diretrizes para seu ensino e posterior registro e exercício da profissão.

No ano de 2001, foi constituído o Fórum Nacional de Ensino de Administração (Fonead) para discutir as políticas de ensino de Administração no País e a sua inter-relação com o exercício profissional, normatizado e fiscalizado pelo Sistema CFA/CRA. O Fórum é integrado pelo CFA e as principais entidades

envolvidas com o ensino de Administração em nível de graduação e pós-graduação, sendo: Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Angrad); Inep; Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (Anpad); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes).

No ano de 2006, é aprovada pelo MEC, a primeira versão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, contendo 23 cursos superior na opção tecnológica, e seu registro junto ao sistema CFA foi regulamentado pela resolução normativa CFA nº 374 de 2009, autorizando o registro neste conselho de classe dos cursos abaixo, segundo o Conselho Federal de Administração CFA (2015, p. 46) :

Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Negócios Imobiliários; Curso Superior de Tecnologia em Logística; Curso Superior de Tecnologia em Marketing; Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer; Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Transportes; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Portuária; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo; Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria; Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais; Curso Superior de Tecnologia em Cooperativas; Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio e Gestão de Agronegócios; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Privada e Curso Superior de Tecnólogo em Administração Rural.

O Profissional técnico de nível médio permanece sem autorização para registro ou mesmo tendo sua profissão reconhecida pelos conselhos Federais ou Regionais de Administração. Apesar do Decreto 2.208 (BRASIL, 1997), que alterou a LDBEN 9.394/96, reconhecer as profissões de níveis médio regulamentadas pelas profissões através do Eixo de Negócios, o profissional permanece sem autorização de registro ou reconhecimento junto aos Órgãos CFA ou CRA.

Este fato começa a se alterar quando em 14 de Junho de 2017, o Conselho Federal de Administração, através da Resolução normativa CFA de nº 511, “CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o registro profissional dos egressos de cursos de educação profissional técnica de nível médio afetos à Administração, contemplados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)”.



Desse modo, autoriza-se o egresso dos cursos de educação de nível médio a realizar o registro e o eventual exercício de sua profissão, conforme o Art 1º dessa mesma resolução.

Art. 1º Os egressos dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, oficiais, oficializados ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, cujos eixos sejam voltados aos campos abrangidos pela Lei nº 4.769/1965, terão os seus registros e atribuições regulados por esta Resolução. Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se cursos de educação profissional técnica de nível médio conexos à Administração, os constantes do Anexo Único desta Resolução. (CFA, 2017).

Esperava-se com isso que os profissionais de nível técnico em administração pudessem exercer suas atividades administrativas, de coordenar a confecção de relatórios, planilhas, entre outras funções ligadas e aprendidas no curso técnico em administração de nível médio, com o auxílio e apoio de seu conselho federal ou regional. Entretanto, em reunião e, posterior parecer do Plenário do CRA-SP e Plenário do CFA, do dia 06 de setembro de 2017, através de ofício, considera-se a Resolução normativa de nº 511/16, em inconformidade com a Lei 4.769/1964, que regulamenta a profissão de Administrador e, portanto, não permite o registro do concluinte do curso técnico de nível médio em Administração, tal medida encontra-se sob judice, sem alteração no quadro até a presente data de encerramento ou publicação deste trabalho.

Razão esta que sempre intrigou este autor, sobre os motivos que levam estes jovens egressos do curso técnico a prosseguirem seus estudos a nível superior, e a contribuição deste curso para esta tomada de decisão, o que culminou nesta pesquisa. Na próxima seção, veremos a delimitação da pesquisa.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

### 4.1 Delineamento da Pesquisa

A abordagem da presente pesquisa é de caráter quanti-qualitativa, uma vez que o estudo será realizado utilizando elementos da pesquisa quantitativa por meio de métodos estatísticos para realizar uma análise de modo qualitativa, visando à compreensão do objeto pesquisa, já que pretende demonstrar as contribuições do curso técnico para o ingresso no ensino superior. Para Gamboa (2012, p. 24) “atrás das diferentes formas e métodos que abordam a realidade educativa estão implícitos diferentes pressupostos que precisam ser desvelados”.

Já a abordagem de caráter qualitativo leva em consideração a lição de Santos Filho e Sanchez Gamboa (2009) ao afirmar que este tipo de pesquisa “[...] prima pela compreensão dos fenômenos nas suas especificidades históricas e pela interpretação intersubjetiva dos eventos e acontecimentos” e ainda o que admitem Gerhardt e Silveira (2009), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Desse modo, fica evidente que se pretende através de métodos quantitativos, ou seja, métodos estatísticos, revelar as contribuições do ensino técnico de nível médio para o ingresso no nível superior; enquanto através do método qualitativo, expressar as compreensões deste grupo ora pesquisado de modo a esclarecer as contribuições da modalidade de ensino técnico de nível médio para o prosseguimento dos estudos de seus egressos.

Nessa perspectiva, na pesquisa qualitativa, o pesquisador participa, compreende e interpreta as informações disponibilizadas pelos entrevistados (MICHAEL, 2005). Assim, à medida que a pesquisa com formato qualitativo vai se desenvolvendo, o pesquisador percebe que seu conhecimento acerca do assunto passa a ser limitado; pois, com a progressão da prática, novas situações são construídas, desenvolvendo-se por meio de novas informações e demonstrando que, cada vez mais, os elementos da pesquisa tornaram-se mais aprofundados no contexto de seu propósito inicial, assim, presume-se ao utilizar este modo de pesquisa, aprofundar-se nos resultados de modo a investigar e demonstrar as contribuições do ensino técnico de nível médio que levam seus egressos a

prossequirem seus estudos a nível superior, e também a construção de uma formação cidadã.

Neste sentido, na pesquisa qualitativa, o autor afirma que ela não emprega elementos estatísticos e nem enumera os elementos pesquisados, pois a sua ênfase é dada para assuntos de amplitudes maiores, conforme o desenvolvimento da pesquisa e que envolve a aquisição de dados e processos entre o pesquisador e a realidade pesquisada, ou seja, atualmente, as pesquisas qualitativas fazem uso da triangulação de instrumentos e análises para dar maior rigor às interpretações do pesquisador e evitar que sejam muito subjetivas (GODOY, 1995). Com essa perspectiva, serão observados registros escolares realizados pelos professores, secretaria e demais formas de registro com a intencionalidade de realizar uma perspectiva que ultrapasse os limites da pesquisa quantitativa, ou seja, apenas as respostas ao questionário ou resposta de professores, sendo observados os meios oficiais no processo de investigação de modo a iluminar as contribuições do ensino técnico de nível médio.

Nessa pesquisa, serão coletados dados por meio de consultas aos documentos relacionados à secretaria escolar, para levantar possíveis anotações e ocorrências, junto à secretaria escolar, com a intenção de verificar a conduta estudantil ou anotações de professores e agentes escolares que demonstrem o perfil deste aluno egresso do curso técnico em administração. Para Severino (2009, p. 16):

Impõe-se, então, o desenvolvimento de fundamentação teórica, de reflexão sistemática, de levantamento de dados empíricos, documentais ou históricos, enfim de desvelamento dos sentidos da realidade. O que está, pois, em pauta, é a abordagem de prometeicas especiais. Mediante rigoroso trabalho de pesquisa e de reflexão, apoiado num esforço de fundamentação teórica.

Nesse sentido, espera-se que ao investigar tais documentos, possamos levantar fatos que corroboram a elucidar se o ensino técnico está de fato auxiliando em uma formação cidadã, estimulando para o ingresso no ensino superior.

Assim os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem, “os pesquisadores em educação fazem escolhas entre um dos múltiplos caminhos que os aproximam da compreensão desse fenômeno, escolhendo, também um ângulo de abordagem” (GATTI, 2007, p. 13). Desse modo, ampliam-se os olhares do

pesquisador, de modo a analisar não apenas os números em uma abordagem quantitativa, mas também fatos sensíveis como anotações em documentos oficiais.

Nessa perspectiva, tem-se como proposta explorar, a partir do presente texto, reflexões acerca da abordagem de pesquisa quanti-qualitativa, dando ênfase a suas aplicações no campo educacional, a fim de contribuir e instrumentalizar um debate cada vez mais amplo e necessário sobre a pesquisa em educação, afinal Flick (2009) salienta que a convergência dos métodos quantitativos e qualitativos proporciona mais credibilidade e legitimidade aos resultados encontrados, evitando o reducionismo a apenas uma opção, sendo observados os documentos e anotações de professores e agentes escolares, e por outro lado sendo realizado um questionário eletrônico enviado aos egressos do curso técnico de nível médio em administração egressos desta instituição por ora objeto da pesquisa, que de forma voluntária aceitaram participar desta pesquisa respondendo ao questionário.

Como requisito para participar nessa data, todos os participantes são egressos do curso técnico em administração, ligados à instituição por ora pesquisada, concluintes entre os anos de 2017 a 2019 e maiores de 18 anos e responsáveis no momento da pesquisa. Desse modo, serão pesquisados dados das respostas de modo quantitativo, de forma estatística, gerando assim relatórios quantitativos que serão analisados de forma qualitativa, com o intuito de investigar as contribuições desta modalidade de pesquisa com o foco da pesquisa, ou seja, as contribuições do ensino técnico para o ingresso no ensino superior.

Além de ser quanti-qualitativa, faz-se importante informar que a pesquisa se trata do tipo estudo de caso, que Trivinos (1987) define como:

Uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundamento. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência, da unidade. Esta pode ser um sujeito. Por exemplo, o exame das condições de vida (nível socioeconômico, escolaridade dos pais, profissão) [...] No estudo de uma turma, de uma comunidade de pescadores.

O estudo de caso se justifica na intencionalidade de analisar a condição de vida e perfil socioeconômico deste egresso e suas condições familiares. Desse modo, conhecendo o perfil deste egresso e contribuindo para uma melhor investigação da pesquisa qualitativa, de modo a conhecer a realidade de vida deste egresso.

Gil (2017) considera que sua finalidade “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. Nesse contexto, quando há uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Nesse sentido, acerca do estudo de caso, o pesquisador explora fenômeno limitado pela atividade e pelo tempo, seja um programa, seja um processo ou evento; e coleta dada informação, utilizando variedade de procedimentos de coleta de informações ao longo de um período de tempo estipulado (GIL, 2009). Assim, pretende-se observar com egressos que ingressaram no ensino superior, se ocorrem melhoras em suas vidas e como o ensino técnico contribuiu para esta melhora, utilizando-se das informações obtidas nas respostas do questionário, ou seja, do método quantitativo, analisadas de forma qualitativa.

A essência do estudo de caso está no fato de fazer a pesquisa com o público investigado e relatar informações sobre ele, além disso, a mesma é focada na possibilidade de aperfeiçoamento, pois os recursos se concentram no caso específico. Desse modo, ao longo da pesquisa, o pesquisador pode mostrar-se criativo, imaginativo, com tempo para se adaptar aos instrumentos da mesma.

Contudo, a proposta do estudo de caso, que foi adotado pelo pesquisador no presente estudo, analisa a contribuição do curso técnico em Administração em nível médio e o ingresso desses educandos em instituição de Ensino Superior.

O estudo de caso foi desenvolvido com educandos egressos do curso técnico em Administração no ensino médio, concluintes nos últimos três anos, e ademais foi comparado com atas e relatórios institucionais coletados junto à secretaria escolar sobre a vida acadêmica desse educando.

A seguir são apresentados a contextualização e o delineamento da pesquisa com os participantes, por isso, na sequência, detalharei e relacionarei cada um desses aspectos, a partir de seu desenvolvimento.

## **4.2 Participantes da Pesquisa**

O estudo de caso foi realizado em uma cidade do interior do estado de São Paulo, em uma escola técnica, com aproximadamente 80 alunos de diferentes

idades. Entretanto, todos maiores de 18 (dezoito) anos, sendo excluídos alunos egressos, que, no momento desta pesquisa, sejam menores de idade, assim como de diferentes cidades base. Todos os egressos são do curso técnico em Administração em nível médio, período noturno, no sistema modular, com duração de três semestres (um ano e meio). O intuito é analisar a ascensão acadêmica desses discentes após a conclusão do curso técnico em Administração em nível médio.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas verificações junto à base de dados da instituição desses egressos, no período máximo de três anos (ou seja, formados entre 2017 a 2019), e enviado aos mesmos um link de perguntas de formulários eletrônicos (Google Formulários), entre os meses de Janeiro a Abril de 2020. Vale esclarecer que antes do envio das perguntas, estava em anexo, cuja cópia encontra-se no Apêndice desse trabalho, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e somente após concordância, foi enviado o endereço eletrônico (*link*) com as questões que seriam respondidas para o fim da coleta de informações.

Após a análise das respostas, em casos pontuais de dúvida quanto ao preenchimento ou falhas dos meios eletrônicos, foi agendado horário entre pesquisador e entrevistado, para a realização do formulário por meio de entrevista. Assim, não foram alteradas as questões, apenas os meios, para fins de garantir a idoneidade da amostra. Com base nas respostas obtidas, por meio do formulário, foi realizada a investigação junto aos documentos da instituição quanto à conduta e à vida acadêmica desse educando. Sobre a utilização de documentos, Gil (2009) dispõe que:

[...] a consulta a fontes documentais é imprescindível em qualquer estudo de caso. Quando, por exemplo, o pesquisador analisa documentos elaborados no âmbito de uma organização, passa a ter informações que o auxiliam na coleta de dados mediante observação ou entrevista. É possível, com base em documentos, obter informações, critérios adotados.

Sendo assim, torna-se imprescindível a análise dos documentos administrativos, uma vez que, segundo Gil (2009), “[...] por documento entende-se qualquer fonte de documentação já existente, qualquer vestígio deixado pelo ser humano”. Assim sendo, foram analisados documentos administrativos em arquivos durante os períodos de março a maio de 2020. Os documentos eram relativos à vida

escolar, tais como: prontuários, atas de conselho de classe e de comportamento escolar.

A técnica de análise de dados denominada triangulação teve por objetivo, ampliar e explicitar o foco em estudo, Triviños (1987) defende a ideia de que a técnica da triangulação tem o intuito de abranger amplitude máxima no que diz respeito à descrição, à explicação e à compreensão do foco a ser observado. Além disso, parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a exigência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social (TRIVIÑOS, 1987). Esta técnica está detalhada no próximo item.

### **4.3 Técnica da triangulação na coleta de dados**

O Conceito de triangulação de dados é baseado na técnica de observar vários pontos diferentes, os quais precisam ser analisados segundo a perspectiva teórica e o próprio delineamento da pesquisa no qual é aplicada. Desse modo, assegura e confere significado às suas conclusões em determinado estudo de caso ou pesquisa. Sobre a metodologia, Flick (2009, p. 32) define a triangulação como:

a forma mais ampla, considerando ser uma combinação de metodologias diferentes para analisar o mesmo fenômeno, de modo a consolidar a construção de teorias sociais. Para os autores, trata-se de uma alternativa qualitativa para a validação de uma pesquisa que, ao utilizar múltiplos métodos de pesquisa, assegura a compreensão mais profunda do fenômeno investigado.

Com uso dessa técnica, foi realizada a triangulação entre questionários respondidos por egressos do curso de técnico em Administração em nível médio e documentos suportes coletados junto à secretaria da instituição, tais como: boletins, atas de conselhos, apontamentos de professores, para fins de comparação entre a vida acadêmica, com a intenção de ampliar o foco do estudo no que tange ao objetivo específico deste trabalho, observando os dados de forma quanti-qualitativa. Assim, utilizando a técnica de triangulação de dados, serão analisados os dados quantitativos, ou seja, números e percentuais obtidos através dos questionários, e levantamentos realizados juntos aos documentos oficiais. Por outro lado, serão observados os dados qualitativos, respostas, análises dos relatórios e dados

subjetivos e sensíveis ao trabalho, de modo a garantir uma triangulação e maior significado às conclusões alcançadas, com o objetivo de obter mais segurança para as respostas obtidas, a fim de investigar o objeto desta pesquisa.

#### **4.4 Local da realização e participantes da pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma Escola Técnica Estadual do interior do Estado de São Paulo, na cidade de Presidente Prudente, que possui aproximadamente (800) oitocentos estudantes, distribuídos em sete cursos técnicos noturnos: administração, agrimensura, informática, meio ambiente, no sistema modular de um ano e meio de duração; e três cursos técnicos integrados ao ensino médio, Agropecuária e Florestas, misto no sistema integral com o Ensino Médio, e apenas no período da tarde de forma modular; além de contar aos sábados com o curso a distância de Técnico em administração ou Secretariado. A escola ainda conta com três salas descentralizadas, ou seja, fora da unidade central, presencial, com aulas realizadas no período noturno, nas dependências de escolas municipais, mas ligadas e totalmente dependentes da mesma, dentre os quais o curso de Técnico em Administração, corresponde ao público-alvo da pesquisa, que são realizados nas cidades de Anhumas, Narandiba e Estrela do Norte, os quais não farão parte da pesquisa em razão do curso técnico escolhido ser o de Técnico em Logística.



Figura 2 - Concluintes 2019-2.

<b>Etec Professor Doutor Antonio Eufrásio Toledo - 032</b>	<b>Município</b>	<b>Presidente Prudente</b>
Rodovia Raposo Tavares, Km 561 - Antigo Colégio Agrícola - Caixa Postal 3099 - CEP 19053-205	<b>Região de Governo</b>	<b>Presidente Prudente</b>
Tel.: 18 3221-1665 18 3222-8466	<b>Região Administrativa</b>	<b>Presidente Prudente</b>
<a href="mailto:e032acad@cps.sp.gov.br">e032acad@cps.sp.gov.br</a>		

**Resultados Finais - 2.º Semestre 2019**

Eixos Tecnológicos, Cursos e quantidade de alunos por série (Etim) ou módulo (Ensino Técnico Concomitante ou Subsequente)						
Eixos Tecnológicos	Cursos	Duração	Período	Alunos Ingressantes	Alunos Concluintes (#)	Percentual de Concluintes
Gestão e Negócios	Administração	3 Módulos (**)	Noite	39	23	<b>58,97%</b>
Infraestrutura	Agrimensura	3 Módulos (**)	Noite	40	22	<b>55,00%</b>
Recursos Naturais	Agropecuária	4 Módulos (*)	Tarde	40	22	<b>55,00%</b>
	Agropecuária (Etim)	3 Séries (***)	Integral	80	77	<b>96,25%</b>
	Florestas (Etim)	3 Séries (***)	Integral	40	31	<b>77,50%</b>
<b>Totais</b>				<b>239</b>	<b>175</b>	<b>73,22%</b>

Observação 1: (#) Alunos aprovados nos últimos módulos ou séries dos cursos realizados.

Observação 2: (\*) - Cursos de 4 Módulos (Início 1.º Sem/2018 - Término 2.º Sem/2019); (\*\*) - Cursos de 3 Módulos (Início 2.º Sem/2018 - Término 2.º Sem/2019);

(\*\*\*) - Cursos de 3 Séries (Início 1.º Sem/2017 - Término 2.º Sem/2019).

Fonte: Maia (2020, p.92)

Com base nesta apresentação geral, pensou-se em realizar a pesquisa com a intenção de investigar as contribuições do ensino técnico em administração para ingresso de seus egressos em cursos de nível superior. Para tal, foram escolhidos egressos do curso Técnico em Administração, concluintes entre os anos de 2017 a 2019, maiores de 18 anos de idade, para os quais foi enviado um questionário *on-line* (Google Forms). Na próxima seção, veremos com mais detalhes os resultados apresentados.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a finalidade de levantamento de dados sobre os egressos para o trabalho, foram realizadas visitas à secretaria da escola. Inicialmente, observou-se que 202 discentes concluíram o curso técnico de Ensino Médio. Para fins da análise de que se trata este trabalho, foi verificado o número de egressos do curso de Técnico em Administração em nível médio, concluintes nos últimos três anos, por semestre. Também foi levantada uma mostra total de formandos, conforme segue na Tabela 4:

Tabela 4 – Total de formandos curso técnico em Administração.

<b>Ano</b>	<b>Formados 1º Semestre</b>	<b>Formados 2º Semestre</b>	<b>Total de Formados no Ano</b>
<b>2017</b>	26	50	76
<b>2018</b>	27	24	51
<b>2019</b>	52	23	75
<b>Total</b>	105	97	202

Fonte: O autor.

Ao analisar os dados da Tabela 4, observa-se que nos últimos três anos foram formados 202 discentes no curso Técnico em Administração de nível médio, modalidade presencial, duração de três semestres, distribuídos entre a unidade sede, ou seja, a própria instituição e duas salas descentralizadas, ou seja, mantidas pela unidade sede, mas com aula em suas cidades, em escolas do município, em parceria com a instituição, neste caso específico, nas cidades de Anhumas e Narandiba.

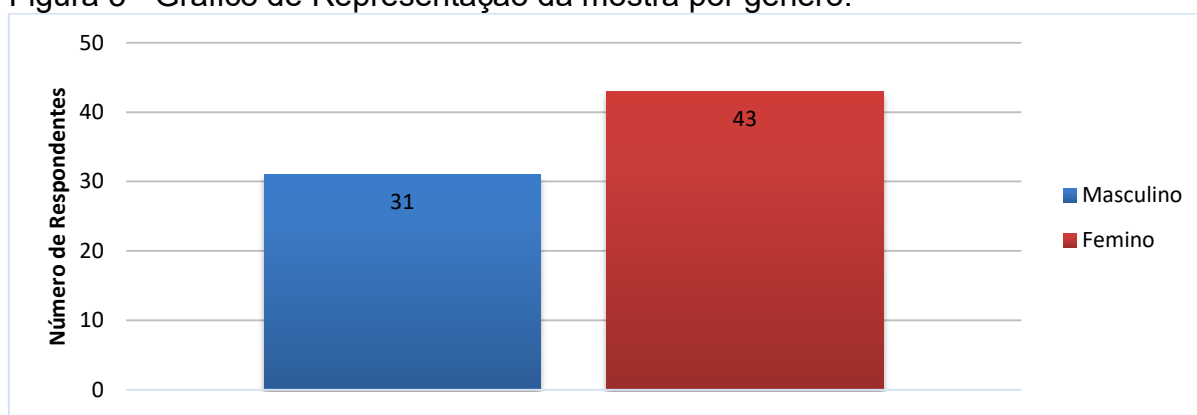
Ao realizar este trabalho, buscou-se levantar dados dos estudantes egressos, na tentativa de obter uma amostra que representasse a situação de forma adequada. Para tanto, foram aplicados cálculos de estatística básica. Desse modo, inicialmente, tentou-se calcular o Desvio Padrão, um parâmetro muito usado em estatística que indica o grau de variação de um conjunto de elementos, utilizando-se do número de formando por semestre, o padrão variou de forma que o mínimo foi de 23 estudantes concluintes no final do segundo semestre de 2019 e um máximo foi de 52 estudantes concluintes no primeiro semestre, coincidentemente, no mesmo ano de 2019.

Ao realizar o cálculo médio, total de discente dividido pelo período pesquisado, ou seja, 202 formados divididos pelo período de três anos, chegou-se a uma média de estudantes de 67,333 ao ano, somados os dois semestres.

Para fins de base estatística, foi colhida uma amostra que representasse de forma adequada, ou seja, o mais representativa do todo. Desse modo, através dos resultados obtidos, posso demonstrar estatisticamente a realidade da qual esta amostra representa sua população. Assim, espera-se que de fato esta represente uma parcela significativa dos egressos pesquisados. Para tanto, buscou-se conseguir uma média superior a 67 alunos egressos do curso Técnico em Administração nível médio, formados entre o período de 2017 a 2019. Assim, buscaram-se formandos maiores de 18 anos para responder ao questionário realizado eletronicamente, aplicado entre os meses de março a junho de 2020, ao qual se chegou a um número de 74 pessoas, número suficiente, já que a média desejada deveria ser superior a 67 egressos.

Inicialmente, pretendeu-se levantar o perfil dos estudantes egressos do curso técnico de nível médio, eixo de Gestão de Negócios, especificamente, em Administração, concluintes entre os anos de 2017 a 2019. Após o levantamento, foram encontrados os seguintes perfis desses egressos, dos 74 egressos que representam a amostra, foco desta pesquisa, encontramos 31 estudantes do sexo masculino e 43 estudantes do sexo feminino, conforme pode ser observado na Figura 03.

Figura 3 - Gráfico de Representação da mostra por gênero.



Fonte: O autor.

Ao analisarmos o perfil dos participantes, observa-se uma maioria do sexo feminino, isto é, 43 participantes, em comparação ao sexo masculino com 31

participantes, o que demonstra uma maior participação feminina entre os participantes da pesquisa, uma mudança histórica, uma vez que inicialmente o curso técnico foi pensado de forma a ingressar jovens ao mercado de trabalho, em sua maioria do sexo masculino. As lutas de classe por uma maior participação feminina, e uma maior taxa de nascimento feminino pode explicar esta mudança no perfil destes participantes.

Tal fato pode ter uma justificativa, pois ao compararmos o número de habitantes por sexo no Brasil de acordo com a PNAD, observamos uma maior taxa de população do sexo feminino conforme pode ser visto na Tabela 5. Ao observar a Tabela 5, verifica-se um número de 64.916 mil pessoas do sexo feminino, o que representa um percentual 51,95% da população entre 18 e 59 anos, o mesmo ocorre na medição geral da população Brasileira, independente de idade, observa-se um total de 209.276 milhões de habitantes, sendo que 108.510 são do sexo feminino, ou seja, um percentual de 51,85%.

Tabela 5 - População residente no Brasil, por sexo e grupo de idade

Variável - População (Mil pessoas)			
Grupo de idade	Total	Ano x Sexo	
		Homens	Mulheres
Total Brasil	209.276	100.767	108.510
18 a 24 anos	22.447	11.385	11.063
Brasil 25 a 29 anos	14.909	7.236	7.674
30 a 39 anos	32.714	15.703	17.011
40 a 59 anos	54.886	25.718	29.168
Total 18 a 59 anos	124.956	60.042	64.916

Fonte: IBGE (2019).

Nota: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre 2019.

Aliado ao número maior de pessoas do sexo feminino, temos ainda, segundo a pesquisa PNAD, realizada no segundo trimestre de 2019, uma maior permanência nas instituições escolares, conforme demonstrado na Tabela 6.

Ao analisar a Tabela 6, é possível verificar um maior tempo de permanência nas instituições escolares por parte das pessoas do sexo feminino em relação às pessoas do sexo masculino, historicamente, temos uma mudança de comportamento, uma vez que mulheres deveriam dedicar-se apenas aos afazeres domésticos, mas com busca por igualdade de oportunidades, temos um fato que justifica a maior permanência das mulheres nos bancos escolares ao compararmos

com os homens, esta diferença se agrava com o passar da idade, conforme demonstrará a Tabela 6 abaixo.

Tabela 6 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 59 anos, por sexo e grupo de idade.

Variável - Número médio de anos de estudo de idade (%)				
	Grupo de idade	Média	Ano x Sexo	
			Homens	Mulheres
Brasil	18 a 29 anos	11,4	11,1	11,7
	18 a 24 anos	11,6	11,2	11,9
	25 a 39 anos	11,4	11	11,8
	40 a 59 anos	9,4	9	9,7

Fonte: IBGE (2019).

Nota: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre 2019.

Este fato se repete ao analisarmos o número de estudantes por categoria, conforme podemos observar na Tabela 7

Tabela 7 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram escola, por sexo e curso mais elevado que frequentou.

Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram escola (Mil pessoas)				
	Curso mais elevado que frequentou	Ano x Sexo		
		Total	Homens	Mulheres
Brasil	Total	139.129	66.027	73.103
	Ensino Médio, EJA do Ensino Médio ou curso equivalente	53.625	25.477	28.147
	Ensino Médio ou curso equivalente	51.116	24.323	26.793
	Superior - graduação	20.048	8.719	11.329

Fonte: IBGE (2019).

Nota: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre 2019.

Desse modo, justifica-se uma maior participação de pessoas do sexo feminino em minha pesquisa, não sendo o foco desta pesquisa fatores que levam a uma maior permanência ou tempo de estudos neste trabalho, ou ainda nos cursos de pós-graduação. Alguns pensadores justificavam a permanência maior das mulheres nos bancos escolares na tentativa de uma ascensão social e econômica, para Lisboa (2008, p. 7), “empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”. Assim, espera-se ter demonstrado um fenômeno social,

entretanto, que fique bem claro, esse não é o objeto desta pesquisa e sim uma tentativa do autor de entender fatos ocorridos.

Tabela 8 - Pessoas que frequentaram ensino superior, por sexo e tipo de ensino superior

Tipo de ensino superior	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	20.048	8.719	11.329
Graduação tecnológica	1.835	933	902
Graduação não tecnológica	18.213	7.786	10.426

Fonte: IBGE (2019).

Nota: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre 2019.

A idade média dos que responderam a pesquisa ficou entre 26 e 27 anos, apresentando idade mínima de 18 anos e máxima de 47 anos, tendo como moda, ou seja, a idade que teve maior repetição, entre 18 a 22 anos, com a quantidade de 34 indivíduos, especificamente, a idade de 18 anos com 14 indivíduos conforme pode ser observada na Tabela 9, considerando um período de cinco anos para cada faixa etária.

Tabela 9 - Idade dos respondentes.

Classe de Idade	Número de Respondentes	% do número de respondentes
<b>18 a 22 anos</b>	34	45,95%
<b>23 a 27 anos</b>	7	9,46%
<b>28 a 32 anos</b>	13	17,57%
<b>33 a 37 anos</b>	10	13,51%
<b>38 a 42 anos</b>	3	4,05%
<b>43 a 47 anos</b>	7	9,46%
<b>Total</b>	74	100,00%

Fonte: O autor.

Com relação à idade, no questionário de pesquisa, foi perguntada a idade, ocorrendo a resposta de forma livre, com objetivo de demonstrar a idade dos participantes e o percentual adequado a cada classe de idades.

Em pesquisa junto a sites relacionados entre eles, PNAD e Censo da educação superior, não há questões detalhadas sobre o tema, uma vez que demonstrado nos relatórios, os mesmos mostram a idade superior a 14 anos como pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 - Pessoas de 14 anos ou mais que frequentam curso técnico de nível médio, por sexo e instituição de realização do curso.

Variável - Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentam curso técnico de nível médio (Mil pessoas)

Brasil

Instituição de realização do curso	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	2.696	1.293	1.403
Instituição pública	1.217	597	620
Instituição dos Serviços Nacionais de Aprendizagem	418	270	148
Outra instituição particular	1.061	426	635

Fonte: IBGE (2019).

Nota: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre 2019.

Em relação ao estado civil, na Tabela 11 pode se observar que a grande maioria, ou seja, 47 indivíduos são solteiros, o que representa 63,51% da mostra. Com relação ao estado civil, não há nos órgãos de pesquisa oficiais, questionamentos sobre tal ponto. No entanto, neste sentido, tentou-se investigar junto ao perfil deste egresso, justificativas ao comportamento do egresso enquanto estudante, comparando com relatórios da secretaria, anotações de professores, assim como explorar sua rotina enquanto estudante (trabalho, vida escolar, viagens para estudar, afazeres domésticos, entre outros) na tentativa de observar justificativas para questões de sobrecarga de trabalho deste egresso.

Tabela 11 - Estado civil dos respondentes.

Estado Civil	Número de Respondentes	% do Número de Respondentes
Casado	25	33,79%
Divorciado	2	2,70%
Solteiro	47	63,51%
Viúvo	0	0%

Fonte: O autor.

Tal fato se repete na questão observada pela Tabela 12, quando verificado o número de filhos, pois uma vez perguntado sobre o número de filhos e tendo em vista que a grande maioria, 45 indivíduos, responderam não terem filhos, representando 60,81% da amostra. Ao analisarmos a taxa de natalidade, percebe-se uma taxa de 1,72 filhos em média, tendo egresso com um filho ou mesmo quatro ou

mais filhos, entretanto, esta média está abaixo do último censo demográfico de 2010 (MUNDO EDUCAÇÃO, 2021), onde se obtém uma média de 1,9 filhos.

Percebe-se um padrão geral de diminuição no número de filhos por habitante a nível Brasil, o que fica demonstrado por meio da Tabela 12. A intencionalidade desta pergunta era investigar possíveis rotinas que pudessem contribuir para o acúmulo de tarefa durante o tempo que este egresso esteve junto à instituição, enquanto discente do curso Técnico em Administração.

Tabela 12 - Número de filhos dos respondentes.

<b>Número de Filhos</b>	<b>Número de Respondentes</b>	<b>% do Número de Respondentes</b>
Nenhum	45	60,81%
1	16	21,62%
2	8	10,81%
3	2	2,70%
Mais de 4	3	4,06%

Fonte: O autor.

Com relação à questão socioeconômica, foi perguntado aos egressos qual a renda familiar, notando-se que as famílias têm uma renda entre 1 a 3 salários mínimos, sendo 53 formandos, em uma porcentagem de 71,62%, conforme demonstrado na Tabela 13. Ao analisar percebe-se em comparação com a renda per capita 2019 uma similar realidade, onde a média dos brasileiros do estado de São Paulo consiste em uma renda de R\$ 1.945,73, segundo (IBGE, 2020), a qual transformada em salário mínimo federal no ano de 2019, estabelecido por meio do decreto nº 9.661, de 01 de janeiro de 2019, (BRASIL, 2019), correspondente ao valor de R\$ 998,00, temos a média de 1,95 salários mínimos, sendo a grande classe respondida, entre 1 a 3 salários mínimos. Este levantamento tentou observar o perfil socioeconômico deste egresso, a fim de observar possíveis dificuldades por parte dos egressos.

Tabela 13 - Renda familiar dos respondentes.



<b>Renda Familiar</b>	<b>Número de Respondentes</b>	<b>% do Número de Respondentes</b>
Até de 1 salário mínimo	15	20,27%
De 1 até 2 salários mínimos	27	36,49%
De 2 até 3 salários mínimos	26	35,13%
De 3 até 4 salários mínimos	4	5,41%
De 4 até 5 salários mínimos	1	1,35%
Mais de 5 salários mínimos	1	1,35%

Fonte: O autor (2020).

Por meio da Tabela 14, é possível verificar que a grande maioria, aproximadamente 41 alunos, ou seja, 55,40% das respostas, trabalhavam e estudavam durante o período em que realizava seus estudos. Assim como um percentual de 9,46% realizava concomitantemente Ensino Médio e/ou Técnico e o trabalho, somado ao dado anterior, onde trabalham e estudam, teríamos um percentual de 64,86% de pessoas ocupadas.

Tabela 14 - Rotina durante o curso técnico dos respondentes.

<b>Rotina</b>	<b>Número de Respondentes</b>	<b>% do Número de Respondentes</b>
Apenas Ensino Técnico	13	17,57%
Ensino Técnico e Ensino Médio	13	17,57%
Ensino Técnico e Trabalho	41	55,40%
Ensino Técnico, Ensino Médio e Trabalho	7	9,46%

Fonte: O autor (2020).

Ao comparamos com a média nacional, onde se observa estudantes de 15 anos ou mais em situação de ocupação, ou seja, dentro da força de trabalho, temos um número de 8.710 indivíduos, em uma população total de 21.885, o que representa um percentual de 39,8% de pessoas ocupadas, como podemos observar na Tabela 15.

Tabela 15 - Estudantes de 15 anos ou mais de idade, a nível Brasil por sexo e situação de ocupação.

Variável - Estudantes de 15 anos ou mais de idade (Mil pessoas)			
Situação de ocupação na semana de referência	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total	21.885	10.386	11.498
Ocupados	8.710	4.245	4.465
Não ocupados	13.175	6.142	7.034

Fonte: IBGE (2019).

Nota: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre 2019.

Ao comparamos com a média nacional, onde temos um percentual de 39,8% de pessoas ocupadas, observa-se um número maior nos participantes da pesquisa, ou seja, 55,40% de indivíduos que trabalham e estudam, conforme pode ser observado na Tabela 14.

Com relação à rotina do estudante, houve uma preocupação em perguntar ao egresso sobre o quanto ele se sentiu sobrecarregado durante a realização do curso, em uma escala de 1 a 5, sendo 1 nada sobrecarregado e 5 muito sobrecarregado. Como pode ser observado na Tabela 16, foi obtido como resposta com maior frequência um grau médio - 3 (27 respostas – 36,49%) ou alto – 4 (25 respostas – 33,78%), totalizando 52 respostas (70,27%).

Tabela 16 - Impacto das atividades profissionais no decorrer do Curso Técnico.

Escala	Número de Respondentes	% de Número de Respondentes
1	5	6,76%
2	9	12,16%
3	27	36,49%
4	25	33,78%
5	8	10,81%

Fonte: O autor.

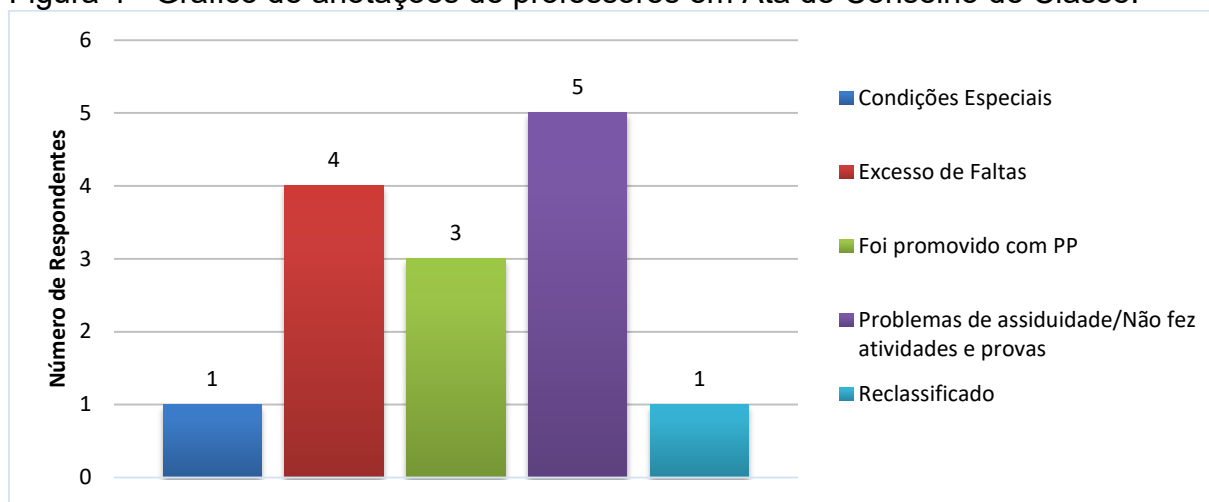
Posteriormente, foi realizada uma análise triangular entre as respostas obtidas pelos egressos por meio do questionário e as atas de conselhos de classe junto à secretaria da escola, diante da análise evidencia-se a dificuldade dos estudantes em sua jornada entre trabalho e escola. Dos 74 estudantes, 14, ou seja, 18,91% tiveram algumas anotações realizadas por seus professores na ata do conselho, enquanto cursaram o Curso Técnico, conforme pode ser visto na Figura 4, sendo:

- 5 (6,76%) por problema de assiduidade e falta da execução de atividades e provas;
- 4 (5,40%) por excesso de faltas;
- 3 (4,05%) foram promovidos por Progressão Parcial (PP), ou seja, promovido ao próximo termo, mas levando consigo dependências de até três componentes curriculares, desde que seja preservada a sequência do currículo, não sendo permitido no último módulo ou série;
- 1 (1,35%) por condições especiais, ou seja, estudantes enfermos, gestantes ou afastados por serviços militares;
- 1 (1,35%) por ter sido reclassificado, ou seja, em conselho ou por solicitação do aluno através de requerimento teve suas notas/frequências alteradas, sendo seu desempenho reavaliado e sua situação reclassificada, de retido para promovido, por exemplo.

Para que melhor compreensão, foi elaborado um gráfico com as anotações em ata, conforme demonstrado na Figura 4 abaixo. Ao analisarmos os dados apresentados na Figura 4, observa-se que os maiores problemas evidenciados pelos professores são relacionados a faltas e a não entrega de atividades avaliativas, uma vez que o CPS não trabalha com “provas” tida como convencionais. Os alunos são avaliados de forma ampla, levando em consideração habilidades e competências, e estes trabalhos avaliativos, podem ser atividades práticas, seminários, pesquisa de campo entre outros. Não foram anotados ou encontrados problemas graves de conduta, tais como indisciplina, agressões entre outros.

Com relação às faltas, muitas se justificam pela instituição escolhida abranger estudantes de cidades próximas e muitos dependerem de transporte público.

Figura 4 - Gráfico de anotações de professores em Ata de Conselho de Classe.



Fonte: O autor.

Apesar das dificuldades vivenciadas, o curso, de modo geral, é muito bem avaliado pelos egressos respondentes, uma vez que ao perguntar sobre o grau de interesse no curso, a partir de uma escala de 1 a 5, sendo 1 nenhum interesse e 5 muito interesse, conforme pode ser observado na Tabela 17, uma grande maioria (67,57%), ou seja, 50 estudantes, avaliou o curso com grau máximo - 5. Os demais 20 (27,2%) responderam com um bom grau de interesse – 4 e 4 (5,41%) com médio.

Ao observar a Tabela 17, os jovens têm muito interesse no curso Técnico em Administração, por se tratar de uma das grandes carreiras em termos de Brasil, atendendo ou muitos casos superando suas expectativas de aprendizado ou colocação no mundo do trabalho. Assim, como ingresso no ensino superior, este dado, especificamente, não foi encontrado em plataformas oficiais para comparação. No entanto, observa-se que o curso de Bacharel em Administração tem grande procura.

Tabela 17 - Grau de interesse dos respondentes pelo Curso Técnico.

Grau de interesse	Número de Respondentes	% de Número de Respondentes
1	0	0%
2	0	0%
3	4	5,41%
4	20	27,02%
5	50	67,57%

Fonte: O autor.

Conforme podemos observar na Tabela 18, a Administração figura na segunda posição entre os 5 cursos de maiores números de matrículas do Brasil, perdendo somente para o curso de Pedagogia. Em relação ao ingresso no ensino superior, dentre os 74 egressos que responderam ao questionário, cerca de 50%, ou seja, 37 egressos estão cursando ou já cursaram ensino superior.

Tabela 18 – Os 05 maiores Cursos de Graduação em Relação ao Número de Ingressantes (Classificação Cine Brasil) – Brasil – 2019.

Ano	Posição	Ingressantes	
		Curso/Cine Brasil	Número
2019	1	Pedagogia	378.078
2019	2	Administração	298.003
2019	3	Direito	254.867
2019	4	Contabilidade	155.259
2019	5	Enfermagem	138.449

Fonte: (INEP, 2019).

Ao analisar os dados obtidos na Tabela 19, observa-se que 64,87% ingressam no nível superior posteriormente a conclusão do ensino técnico, dando prosseguimento aos seus estudos de forma contínua.

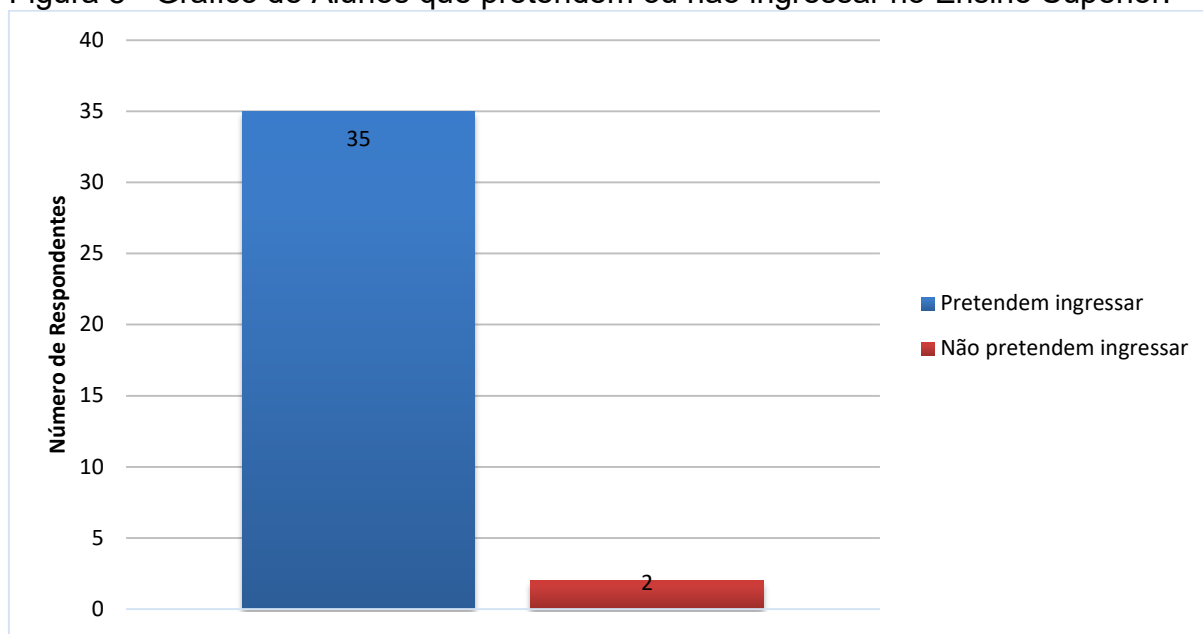
Tabela 19 - Tempo após o término do Ensino Técnico ingressou no Ensino Superior.

Tempo após o término	Resposta dos alunos	Resposta dos alunos
No ano seguinte	24	64,87%
Após 2 anos	4	10,81%
Após 3 anos	0	0%
Mais de 4 anos	0	0%
Fez Ensino Superior antes do Ensino Técnico	9	24,32%

Fonte: O autor.

Contudo, 37 egressos, ou seja, 50% não cursaram e nem estão cursando o ensino superior, ademais dentre esses estudantes, 94,59% ainda pretendem ingressar no ensino superior e apenas 2, ou seja, 5,41% não pretendem ingressar no ensino superior, conforme pode ser observado na Figura 5.

Figura 5 - Gráfico de Alunos que pretendem ou não ingressar no Ensino Superior.



Fonte: O autor.

Ao analisarmos este quadro, percebemos uma demanda por egressos que desejam realizar o ensino superior. Como demonstra o Griguc (2020, p. 21), os cursos de Negócios, Administração e Direito, em sua maioria, 87,73%, são oferecidos em instituições privadas na modalidade presencial e, 95,47%, quando comparados à Educação a distância (EaD), o que muitas vezes se torna um item de dificuldade ao egresso, o fator financeiro.

Com base na Tabela 20, sobre a influência do curso técnico na decisão para ingresso no ensino superior, obteve-se um índice de 64,87% dos egressos respondendo em uma escala superior à nota 8. Já a nota máxima foi citada por 29,73% dos egressos respondentes, ou seja, 11 discentes, denotando, portanto, que o Curso técnico influenciou na sua decisão de ingressar no ensino superior. Entre os maiores fatores de influência, segundo os egressos, demonstrado na Tabela 23, fica evidenciado o papel do professor como crucial para motivação e influência aos discentes desta instituição pesquisada para a continuidade dos estudos destes egressos a nível superior.

Em relação à forma de custeio para frequentar o ensino superior, na Tabela 20, observa-se que 13 egressos (35,14%) estudaram em instituição pública e 24,32% em uma instituição privada financiada por programas do governo ou pela própria instituição escolar, 10 egressos (27,03%) estudaram em uma instituição

privada financiada pelos responsáveis e, ainda, 13,51% em uma instituição privada financiada pelo próprio aluno.

Ao analisar a Tabela 20, percebe-se a importância de políticas públicas de inclusão deste jovem no ensino superior, seja por meio do aumento de vagas por instituições públicas ou por meio de financiamentos, uma vez que ao analisarmos a renda das famílias destes jovens que cursam o ensino superior egresso do curso de Técnico em Administração percebe-se pouca mobilidade social.

Tabela 20 - Forma de custeio para frequentar o Ensino Superior.

<b>O que fazem atualmente</b>	<b>Número de Respondentes</b>	<b>% do Número de Respondentes</b>
Instituição Pública	13	35,14%
Instituição Privada financiada por programas do governo ou pela própria instituição escolar	9	24,32%
Instituição Privada financiada pelos responsáveis	10	27,03%
Instituição Privada financiada pelo próprio aluno	5	13,51%

Fonte: O autor.

Para um melhor levantamento dos dados, foi realizado o cruzamento de informações para testar a existência de padrões e associações entre as variáveis. Com este padrão de variações, foi possível verificar que está bem próximo o número dos que ingressaram e dos que não ingressaram. Além do mais, os egressos foram classificados de acordo com sua renda familiar e, posteriormente, houve uma verificação dentro de cada classe a fim de verificar quais estudantes ingressaram ou não no ensino superior. Foram levantados dados descritos Tabela 21 cujos resultados estão representados, por meio da renda familiar em intervalos recebidos por Salários Mínimos (SM).

Observamos, então, um leve aumento na renda familiar destes egressos que estudam, em comparação aos que não estudam o nível superior, pois de acordo com a Tabela 19, podemos analisar que entre os egressos que nunca cursaram o ensino superior a renda média seria entre um e três salários mínimos com a classe maior entre um e dois salários mínimos, enquanto que entre os egressos que cursam ou concluíram o ensino superior existe renda superior a cinco salários

mínimos e uma classe maior entre dois e três salários mínimos. Desse modo, evidencia-se uma melhor oportunidade de trabalho elevando seus rendimentos e, por consequência, a qualidade de vida.

Tabela 21 - Renda Familiar comparada com ingresso no curso Superior.

Renda Familiar	Situação do aluno referente ao ensino superior			
	Já cursou/Está cursando		Nunca cursou	
Até 1 SM	8	10,81%	7	9,46%
De 1 a 2 SMs	10	13,51%	17	22,97%
De 2 a 3 SMs	14	18,92%	12	16,22%
De 3 a 4 SMs	3	4,06%	1	1,35%
De 4 a 5 SMs	1	1,35%	0	0%
Mais que 5 SMs	1	1,35%	0	0%

Fonte: O autor.

Após a análise socioeconômica dessa população pesquisada, retorna-se ao ponto dessa pesquisa sobre as contribuições do ensino técnico no ingresso desses egressos a nível superior. Ao perguntar aos alunos que ingressaram no ensino superior se o curso técnico influenciou de alguma maneira na continuação dos estudos, em uma escala de 1 a 10, sendo 1 não influenciou nada e 10 influenciou muito, o resultado obtido foi um índice de 64,87%, ou seja, 24 dos egressos responderam em uma escala superior à nota 8. Destes, 11 egressos atribuíram a nota máxima (10), com um percentual de 29,73% dos egressos respondentes. Estes dados denotam, portanto, que o curso técnico influenciou na sua decisão de ingressar no ensino superior. Assim, como pode ser observado na Tabela 22, temos uma evidência de que o Curso técnico de ensino médio, de um modo geral, influencia na continuidade de seus egressos a prosseguirem seus estudos no ensino superior.

Vale ressaltar que esta questão foi aplicada a alunos que responderam e que estão cursando ou cursaram o ensino superior, resultando como amostra a quantidade de 37 estudantes. Entretanto, é possível observar que a maioria dos discentes que não ingressaram no ensino superior ainda mantém o desejo de



prosseguir os estudos, possibilitando inferir que o Curso Técnico influenciou positivamente nessa decisão.

Tabela 22 - O curso Técnico influenciou na decisão para ingressar no Ensino Superior.

<b>Escala</b>	<b>Número de Respondentes</b>	<b>% de Número de Respondentes</b>
1	1	2,70%
2	0	0%
3	0	0%
4	0	0%
5	1	2,70%
6	3	8,11%
7	8	21,62%
8	9	24,33%
9	4	10,81%
10	11	29,73%

Fonte: O autor.

Diante da expectativa desta resposta, os alunos foram questionados sobre quais fatores acreditam que teve maior influência e se obteve os resultados apresentado na Tabela 23. Pode-se notar que os fatores como: professores (83,8%); métodos de ensino; didática das aulas (81,1%), foram os que mais influenciaram, sendo que as visitas técnicas (64,9%) foi o fator que menos influenciou. Diante do resultado obtido pelas repostas dos egressos, fica evidente que o papel do professor, tanto nos modelos de ensino, quanto nas formas de dar as aulas, são pontos que influenciam para o estímulo do ingresso no ensino superior.

Com base nas respostas da Tabela 23 é possível perceber que os professores do ensino técnico de nível médio em administração vem cumprindo o que propõe Singer (1996, p. 5) “O grande propósito da educação seria proporcionar ao filho das classes trabalhadoras a consciência, portanto, a motivação (além de instrumentos intelectuais), que lhe permita o engajamento em movimentos coletivos visando tornar a sociedade mais livre e igualitária”, uma vez que percebe-se por meio da Tabela 23 o papel crucial do professor motivador, que além de cumprir o seu papel com relação ao ensino de seu conteúdo programático, indo além de uma preparação didática, utilizando-se de dinâmicas e ensino proativo e novas

tecnologias, realiza um papel motivador e transformador ao ponto de influenciar e motivar os seus egressos a continuarem seus estudos no nível superior.

De modo a evidenciar as questões perguntadas aos alunos que geraram a Tabela 23, seguem estes dados ilustrados nas Figuras 6 a 8 para maior visualização das respostas para cada item apontado.

Durante o período em que os egressos frequentaram o curso na instituição, foram realizadas palestras com “exposição oral sobre tema cultural, científico, etc., ministrada a público”, segundo Ferreira (2009, p. 558). Os palestrantes eram profissionais convidados dos mais diversos setores, agrupados por área, e com assuntos pertinentes ao contexto social e uma formação cidadã, tratando de temas transversais como: Ética; Meio Ambiente; Pluralidade Cultural; Saúde; Orientação Sexual; bem como temas Locais ou conteúdo técnico específico, a fim de auxiliar seus egressos a construírem conhecimentos pertinentes a assuntos sejam transversais, com conhecimentos de vida como o maio amarelo relacionado ao trânsito; Outubro rosa, relacionado ao câncer de mama, entre outros temas possíveis de serem propostos em redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou de particular relevância no momento, como por exemplo *Bullyng* ou *Cyberbullying* ou conhecimentos específicos e técnicos com palestras voltadas a cada área do conhecimento de cada curso, organizada por professores e a instituição com base na grade curricular de cada curso.

Ações de estimulação ao uso da biblioteca, tais como Sarau de leitura, dia de pesquisa, participação em eventos sociais organizados pelos alunos como Festa Junina ETEC, com barracas típicas organizadas e gerenciadas pelos próprios alunos ou outro evento organizado em parceria com outra Etec de nossa cidade, o GEEk Etec, evento voltado ao mundo dos *games* e mundo *Nerd*, onde alunos se fantasiam com seus personagens favoritos de desenhos, trocam revistas em quadrinhos, e vários jogos organizados pelos alunos em cooperação com os professores.

Há ainda projetos esportivos como o Interclasse, uma semana de eventos competitivos entre as classes da própria escola, envolvendo a todos em uma série de atividades físicas de modo a despertar a participação e união entre os alunos, assim como eventos multidisciplinares entre os cursos, como o projeto Árvore Digital, onde alunos de Floresta em conjunto com alunos de Informática, mapearam árvores dentro do colégio e os alunos do curso Técnico em Informática elaboraram o

código digital para que quaisquer alunos, através do celular, acessem informações sobre a árvore pesquisada.

No caso do curso Técnico em Administração de nível médio, há entre os alunos e a comunidade, a participação com a consultoria para abertura de empresas e auxílio de plano financeiro, o que levou à abertura da sala da administração junto à escola, para melhor atender aos demais alunos e voltados à organização de eventos da área aos demais alunos, entretanto, em razão da pandemia do COVID 19 e o fechamento das aulas presenciais, o evento encontra-se paralisado.

A técnica didática para a apresentação de palestras é considerada de suma importância, uma vez que proporciona aos discentes momentos de reflexão ou discussão sobre determinado tema, como apontam Garcia, Garcia e Paula (2010, p. 20):

O conteúdo a ser ministrado ao abranger questões sociais como temas integrantes da realidade de todo ser humano deixa de transmitir conceitos abstratos e sem relação com o dia-a-dia de cada um, mas tornam-se instrumentos de reflexão. A escola pode não mudar a sociedade, porém é um ambiente que articulando-se com essas questões, torna-se um espaço não somente de reprodução, mas de transformação.

Desse modo, percebe-se que as palestras apresentadas, seja com temas transversais ou conteúdos técnicos específicos, tendem a proporcionar aos discentes, este momento de transformação e uma formação cidadã.

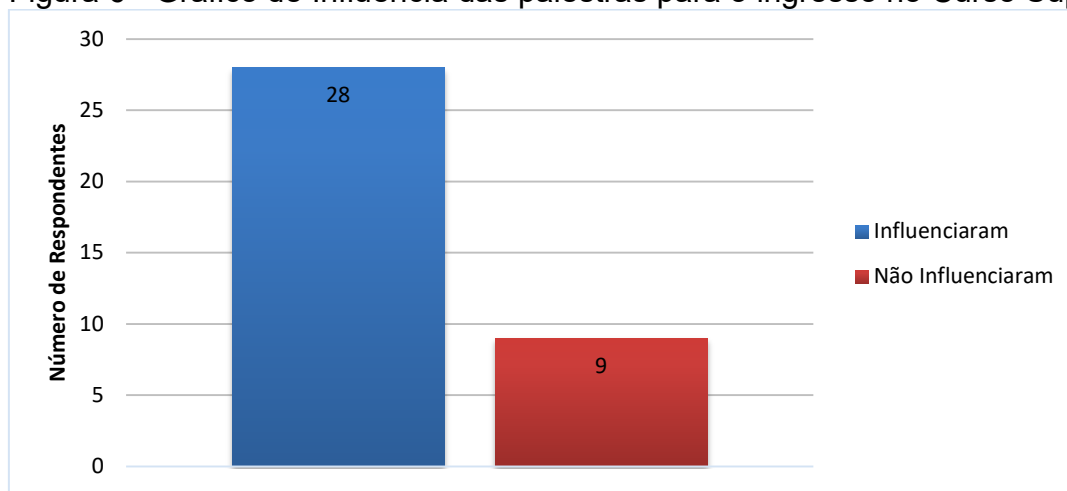
Tabela 23 - Fatores considerados pelos estudantes que influenciaram no ingresso do Ensino Superior.

Fatores	Resposta dos alunos	
	Consideraram	Não Consideraram
Professores	83,8%	16,2%
Métodos de Ensino	81,1%	18,9%
Didática das aulas	81,1%	18,9%
Aulas Práticas	78,4%	21,6%
Palestras	75,7%	24,3%
Visitas Técnicas	64,9%	35,1%

Fonte: O autor.

O resultado dessa questão apresenta que dos 37 respondentes, 28 afirmaram que influenciaram e nove disseram que não houve influência, conforme pode observado na Figura 06.

Figura 6 - Gráfico de Influência das palestras para o ingresso no Curso Superior.

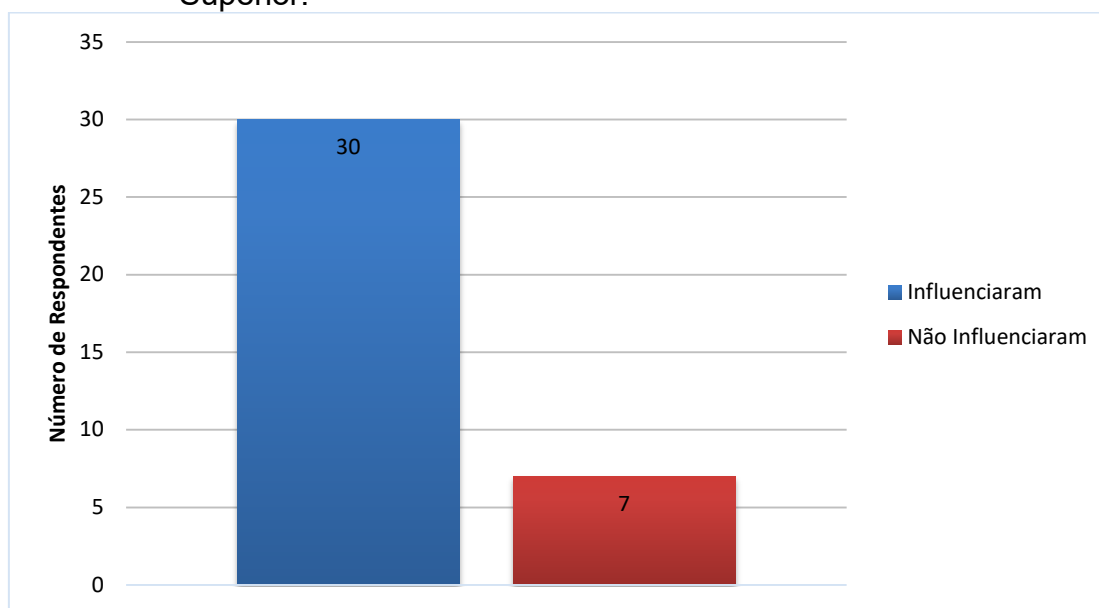


Fonte: O autor.

Ao se falar em didática, temos como base um método universal de ensinar a todos, para tal é de suma importância que o professor, para realizar satisfatoriamente o seu trabalho docente, crie sua própria forma de ensinar, observando seu contexto social e suas especificidades, com base neste pensamento Libâneo (2013, p. 13) define didática como “[...] uma disciplina que estuda os objetivos, os conteúdos, os meios e as condições do processo de ensino tendo em vista finalidades educacionais, que são sempre sociais, ela se fundamenta na pedagogia; é, assim, uma disciplina pedagógica.”

Percebe-se através das respostas obtidas e demonstradas na Figura 7 que os professores através de sua forma de ensinar, cada qual em suas particularidades, têm atingido os discentes ao ponto de atingir sua realidade. Outro ponto a ser observado na Figura 7, demonstrado pelos egressos, é em relação à didática das aulas, pois dados obtidos a partir da resposta de 30 egressos apontaram que durante o Curso Técnico a didática foi um fator que os influenciaram no ingresso no Curso Superior.

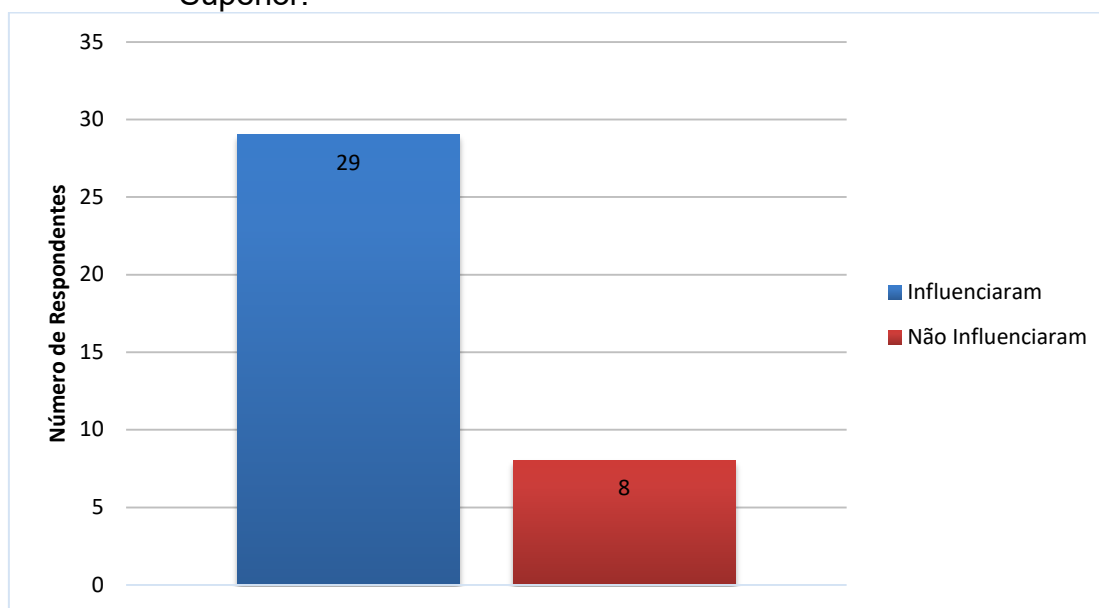
Figura 7: Gráfico de Influência da didática das aulas para o ingresso no Curso Superior.



Fonte: O autor.

Ao analisar os dados da Figura 8, observou-se alto grau de influência das aulas práticas, novamente demonstrando a importância do papel do professor. Com a utilização de novas tecnologias, com aulas em laboratórios de informática, e atividades multidisciplinares organizadas entre os professores, de modo a criar projetos práticos, aliados a conteúdo programático e tecnologias da informação e liberdade aos professores para criação e desenvolvimento de projetos em cooperação mútua, garante-se um bom retorno e o crescimento dos discentes. Portanto, o papel do professor com as suas aulas práticas é importante para o egresso no seu desenvolvimento e na motivação para prosseguir seus estudos a nível superior. Assim, 29 egressos apontaram que essa atividade prática foi um fator que os influenciaram no ingresso no Curso Superior.

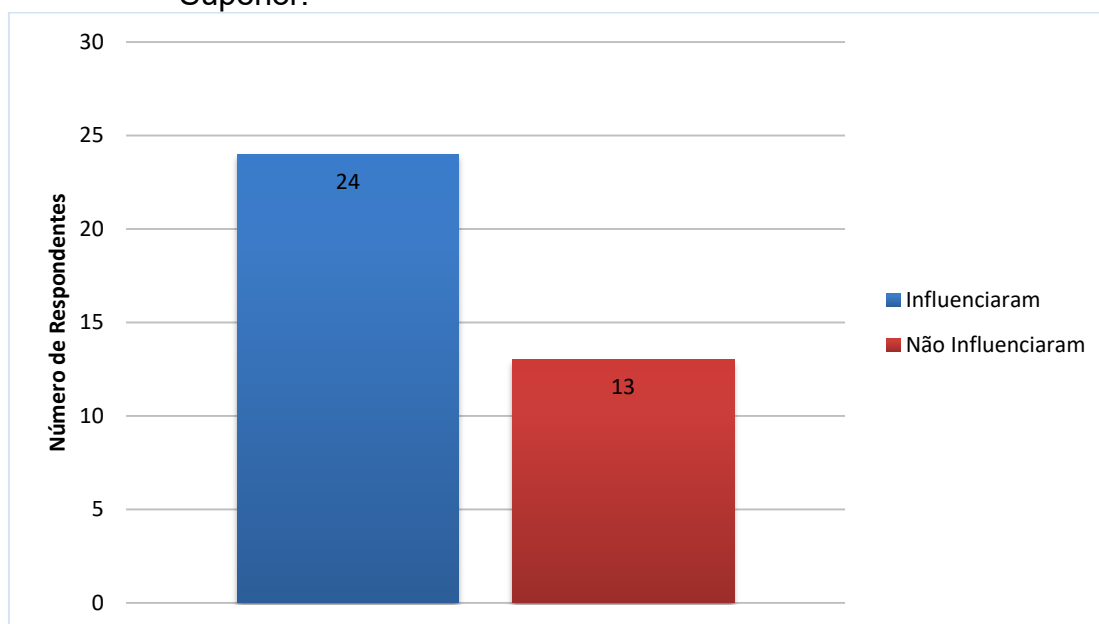
Figura 8 - Gráfico de Influência das aulas práticas para o ingresso no Curso Superior.



Fonte: O autor.

Outra técnica abordada entre os discentes são as visitas técnicas, em relação a esta prática docente, os dados obtidos a partir da resposta que os alunos apontaram traz a informação de que um fator que os influenciaram no ingresso no Curso Superior, conforme pode ser analisado através na Figura 9, na qual, percebe-se que esta técnica teve menor aceitação entre os egressos participantes da pesquisa, pois somente 24 apontaram a influência da visita. Tal fato pode ser justificado por uma menor participação em virtude de que muitas visitas ocorrem em empresas ou instituições durante o período diurno em horário comercial, e como já demonstrado na Tabela 12, 55,4% dos egressos trabalhavam e estudavam, fato que provavelmente tenha inviabilizado esta técnica organizacional estudantil, justificando a baixa influência aos egressos.

Figura 9 - Gráfico de Influência das visitas técnicas para o ingresso no Curso Superior.

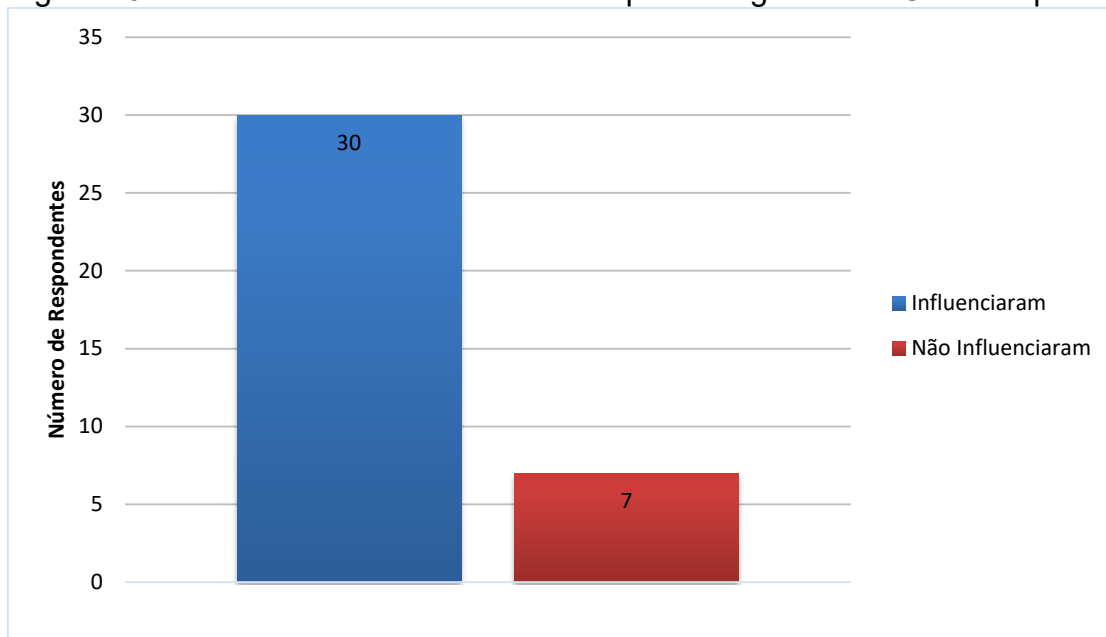


Fonte: O autor.

Em relação ao método de ensino, os dados obtidos a partir da resposta que os alunos apontaram, foi um fator que os influenciaram no ingresso no Curso Superior, como pode ser analisado na Figura 10.

Apesar das perguntas demonstradas por meio das Figuras 10 e 11 apresentarem certo grau de redundância, uma vez que também foram questionados sobre a didática do professor conforme dados da Figura 7, tivemos a intencionalidade de realizar uma triangulação e, por consequência, uma maior exatidão nas análises sobre o papel do professor como influenciador e motivador aos discentes em seu processo formação e posterior avanço em seus estudos a nível superior, por isso realizamos questionamentos sobre a didática, demonstrado através na Figura 7, métodos de ensino, demonstrado na Figura 10 e motivação demonstrado na Figura 11.

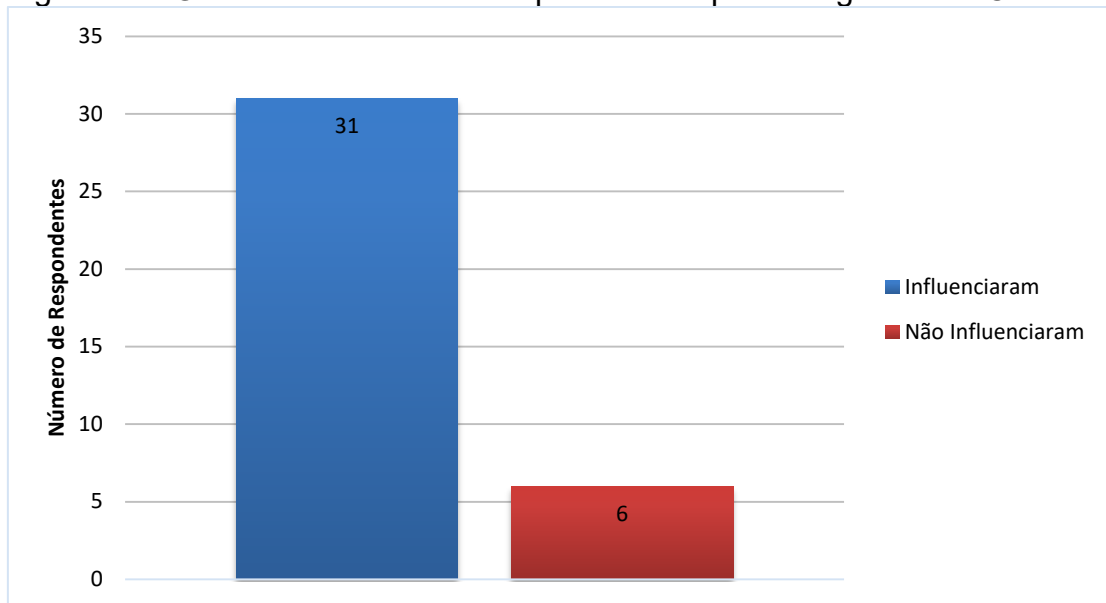
Figura 10 - Influência do método de ensino para o ingresso no Curso Superior.



Fonte: O autor.

Em relação aos professores, os dados obtidos mostram que 30 egressos apontaram que durante o Curso Técnico, os docentes foram um fator que os influenciaram no ingresso no Curso Superior, como pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 - Gráfico de Influência dos professores para o ingresso no Curso Superior.



Fonte: O autor.



Ao analisar a Figura 11 acima, percebemos um alto índice de 83,78% dos egressos respondentes que foram influenciados por seus professores a continuarem seus estudos a nível superior. Percebe-se por meio dos dados da Tabela 24 um número favorável (54,05%), que seguiram seus estudos, ao que dito no item anterior, influenciados pelos professores ou ainda pelo curso técnico. Ao analisarmos os dados anteriormente apresentados, verifica-se a importância do trabalho e das práticas docentes. Diante do exposto, foi perguntado aos egressos se eles estão trabalhando ou estudando ou fazendo ambas as atividades após a conclusão do curso técnico, cujas respostas podem ser verificadas na Tabela 24.

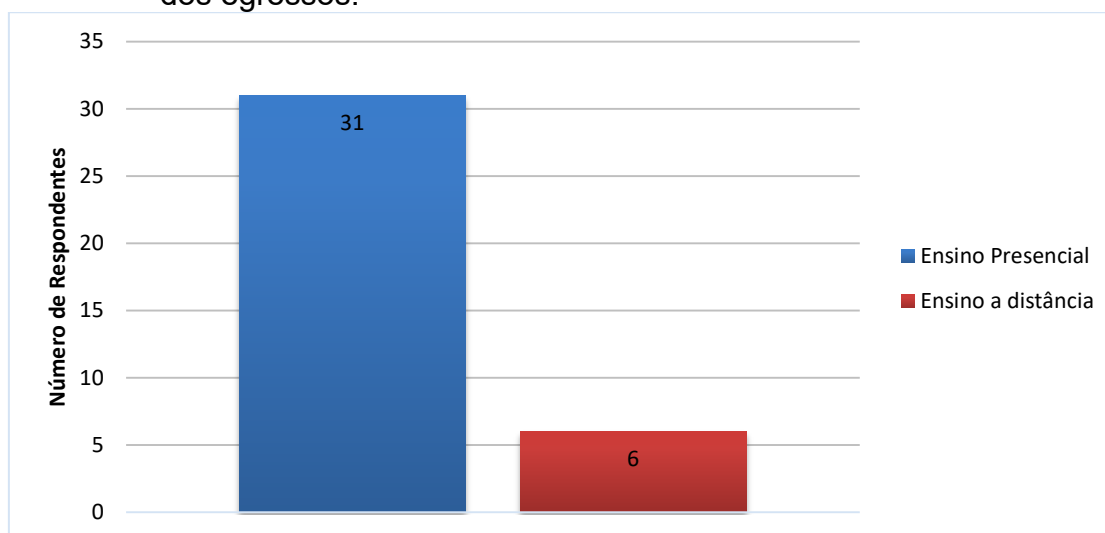
Tabela 24 - O que os egressos respondentes fazem atualmente.

O que fazem atualmente	Número de Respondentes	% do Número de Respondentes
Estudo	14	18,92%
Trabalho	26	35,13%
Estudo e Trabalho	26	35,13%
Nenhuma das anteriores	8	10,82%

Fonte: O autor.

Dentre os 74 respondentes, 37 estudantes (50%) estão cursando ou já cursaram ensino superior, dentre esses 37 estudantes, 83,78% fizeram curso de ensino presencial e 16,22% fizeram curso na modalidade a distância (EaD), conforme pode ser observado na Figura 12 abaixo .

Figura 12 - Gráfico de Forma (presencial ou a distância) do curso de Ensino Superior dos egressos.



Fonte: O autor.

Nos últimos anos temos um aumento considerável no número de instituições de nível superior a distância (EaD) como podemos observar na Tabela 23 abaixo:

Tabela 25 - Número de Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino e por Grau Acadêmico no Brasil entre 2009-2019.

Ano	Total Geral	Cursos de Graduação					
		Modalidade de Ensino/Grau Acadêmico				A distância	
		Presencial		A distância		A distância	
	Total	Bacharelado	Tecnológico	Total	Bacharelado	Tecnológico	
2009	28.671	27.827	15.663	4.491	844	157	200
2010	29.507	28.577	16.401	4.775	930	185	224
2011	30.420	29.376	16.832	5.192	1.044	199	286
2012	31.866	30.718	17.486	5.619	1.148	217	350
2013	32.049	30.791	17.665	5.798	1.258	240	426
2014	32.878	31.513	18.319	5.933	1.365	290	480
2015	33.501	32.028	18.938	6.086	1.473	316	532
2016	34.366	32.704	19.795	6.216	1.662	387	612
2017	35.380	33.272	20.578	6.193	2.108	525	812
2018	37.962	34.785	21.882	6.484	3.177	855	1.326
2019	40.427	35.898	23.083	6.424	4.529	1.319	1.976

Fonte: O autor.

Nota: Adaptado de Mec/Inep. Tabela elaborada por Inep/Deed (2019).

Nota: Não constam dados de cursos de Área Básica de ingressantes.

Ao analisarmos a Tabela 25 acima, observamos um aumento exponencial na oferta de cursos a distância nos últimos 10 anos, enquanto os cursos presenciais aumentaram 3,20% em 2018, passando de 34.785 cursos para 35.898 em 2019. Nos cursos a distância, o aumento foi de 42,56% no mesmo período, demonstrando que a EaD é uma realidade. Entre os diferenciais dessa modalidade estão a flexibilidade de horário de estudo, os valores de mensalidade mais acessíveis, entre outros.

Entretanto, ao analisarmos a Figura 12, percebemos que a grande maioria dos egressos pesquisados desta instituição (83,78%) frequentam a modalidade presencial, sendo que 64,86% dos egressos pesquisados estudam em instituição privada. Para custear seus estudos, alguns recorrem a financiamento dos governos, federal, estadual ou municipal, da própria instituição em que estudam, ajuda dos pais, além de trabalhar para ajudar neste custeio.

Uma outra informação que foi analisada em relação ao quanto o egresso respondente se sentiu sobrecarregado durante o período em que foi discente no curso técnico de nível médio ou em sua graduação de nível superior, em uma escala de 1 a 5, em que 1 indica nada sobrecarregado e 5 muito sobrecarregado e, posteriormente, classificados de acordo com o nível de quão sobrecarregado ele se sentia durante o curso técnico e, na sequência, dentre cada nível, quais estudantes ingressaram ou não no ensino superior. Para a visualização desses dados, foi elaborada a Tabela 26, com os seguintes resultados.

Tabela 26 - Relação do sentimento de sobrecarga do egresso no Curso Técnico comparado com ingresso no Curso Superior.

Escala	Situação do aluno referente ao Ensino Superior			
	Já cursou/Está cursando		Nunca cursou	
1	2	2,70%	3	4,06%
2	3	4,06%	6	8,11%
3	14	18,92%	13	17,56%
4	13	17,56%	12	16,22%
5	5	6,75%	3	4,06%

Fonte: O autor.

Como já afirmado anteriormente, muitos discentes desta instituição residem em cidades próximas e necessitam viajar diariamente para realizarem seus estudos, aliado ao fator conhecido de todos referente à rotina de estudo, tais como trabalhos, pesquisas, avaliações, etc., buscou-se nesta questão observar se esta rotina diária não seria um estímulo à desistência ou ao abandono desse egresso a prosseguir seus estudos tanto no nível técnico de nível médio com em nível superior.

Diante dos resultados obtidos na Tabela 26, é possível identificar que o nível de sobrecarga do aluno não teve influência no seu ingresso no ensino superior, pois a porcentagem de ingressantes e não ingressantes são pareadas em cada nível. Porém, observa-se que os níveis 3 e 4 possuem os maiores índices percentuais.

Outro fator analisado na tentativa de observar padrões de comportamentos ou dificuldades para a não continuidade destes egressos a nível superior, são relacionados aos discentes, de acordo com a existência de anotações feitas por professores ou funcionários de secretaria durante o período em que eles estiveram cursando o técnico de nível médio. Posteriormente, foram classificados de acordo com a existência de anotações e, verificou-se entre cada classe, quais estudantes

ingressaram ou não no ensino superior. Logo após, para a análise descritiva desses dados, foi montada a Tabela 27, onde estão representados esses resultados. Por último, foi colocada a porcentagem baseada no número total de respondentes.

De acordo com os dados da Tabela 27, é possível notar que 5 dos 14 estudantes que tiveram alguma observação, realizada por professores, e relacionada a alguma dificuldade, conseguiram ingressar no Ensino Superior, superando suas dificuldades. Segundo dados da Figura 04, as maiores anotações são relacionadas a faltas e a assiduidade na entrega de atividades, algumas vezes, justificadas em razão do trabalho e do transporte; outras, pela imaturidade da adolescência.

Tabela 27 - Comparação sobre Egresso com anotação do professor no Curso Técnico e com ingresso no Curso Superior.

<b>Observação do professor no Ensino médio</b>	<b>Situação do aluno referente ao ensino superior</b>	
	Já ou está cursando	Nunca cursou
<b>Teve alguma observação</b>	5	9
<b>Não teve alguma observação</b>	32	28

Fonte: O autor.

Todas as análises foram feitas a respeito dos 74 estudantes de Curso Técnico que responderam ao questionário por meio eletrônico através da plataforma Google Forms. Após as demonstrações desta seção, realizadas através de tabelas e figuras gráficas, na próxima seção serão apresentados os resultados e as discussões acerca das análises obtidas neste trabalho.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A origem desta pesquisa partiu de uma inquietação pessoal deste autor no que diz respeito aos resultados do ensino técnico de nível médio em Administração da instituição em que leciona. Ao saber quais caminhos estes egressos tomam após a conclusão do curso técnico de nível médio, tive uma conversa com meu orientador, o Prof. Dr. Cristiano, o qual me provocou a levantar de fato estes resultados. Então, aceitei o desafio com certo entusiasmo.

Tendo como base a inquietação deste autor, aliada à provocação de meu orientador, foi apresentado a proposta desse trabalho, a qual foi desenvolvida com o objetivo geral de investigar se a educação profissional e técnica de nível médio está adequada à Lei n. 9.394/96 (LDBEN), cuja modalidade tem a intenção de contribuir com os futuros egressos a prosseguirem seus estudos a nível superior?

Iniciou-se, então, a pesquisa em banco de dados bibliográficos, para demonstrar a relevância da pesquisa. Durante essa fase, observou-se que todos os trabalhos, apesar de certa semelhança nas conclusões, uma vez demonstrado um desejo dos egressos em prosseguirem seus estudos a nível superior, não teriam relação ao trabalho proposto já que o objetivo do estudo diante do que foi apresentado evidencia compreender o perfil e as contribuições do egresso do curso técnico de nível médio, eixo de Gestão de Negócios, suas motivações e contribuições para o ingresso destes educandos a nível superior ou, ainda, as contribuições que a modalidade de ensino técnico oferta para o auxílio desse estudante quanto ao ingresso no ensino superior.

Após realização do mapeamento, deu-se início à busca de referenciais bibliográficos, legislação e documentos suportes para o embasamento teórico pertinente a este trabalho. Após essa etapa, tivemos como base as leituras de Acácia Kuenzer, Eliezer Pacheco, Silvia Maria Manfredi e Simon Schwartzman, como principais autores seguidos.

Após o levantamento de referenciais bibliográficas, deu-se a investigação junto à secretaria escolar da ETEC, na cidade de Presidente Prudente, com busca de documentos bibliográfico e documentos em secretaria, a fim de coletar informações que contribuíssem para a investigação dos objetivos gerais, ou seja, analisar as implicações da trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes do curso

técnico em Administração em nível médio para a formação cidadã e para o prosseguimento dos estudos no Ensino Superior.

Após a análise dos dados levantados, observou-se que o egresso do curso Técnico em nível médio em Administração, de modo geral, é do sexo feminino, tem idade média entre 26 e 27 anos, solteira e sem filhos, com renda média entre 1 e 3 salários-mínimos e, durante o período de estudo, trabalha e realiza o curso técnico.

Em relação aos objetivos específicos, o trabalho propunha:

1) Identificar as percepções dos estudantes no que se refere aos processos de ensino como formação cidadã, consciente de seus direitos e obrigações. Percebe-se através da pesquisa, alto grau de interesse dos egressos sobre o curso, demonstrando que suas palestras, os eventos organizados, as visitas técnicas, bem como o alto grau de influência sobre estes egressos, leva-os a prosseguir seus estudos a nível superior. Portanto, o curso cumpre sua proposta, pois ao analisar a trajetória do perfil dos estudantes do curso técnico de nível médio, percebemos que os jovens desejam inicialmente ingressar no mundo do trabalho, entretanto, ao se deparar com atitudes em ambiente escolar, tais como palestras com temas técnicos e transversais, visitas técnicas, trabalho de conclusão de curso, que possibilita ao aluno desenvolver atividades práticas e inovadoras, transformando sua realidade com a utilização das técnicas aprendidas e de sua comunidade, elevando sua participação em projetos e conhecimentos, práticos e deparando-se com a realidade proposta e além de projetos multidisciplinares ou individual realizados por diversos professores, além de atividades estudantis como semana esportiva, eventos sociais (teatro na escola, festa junina, etc) nota-se uma formação cidadã e o preparo não somente para o mundo do trabalho, mas, também, para seu papel no contexto contemporâneo de mundo, de suma importância para que o egresso compreenda seu papel de cidadão responsável pelas mudanças contemporâneas em sua realidade assim de sua comunidade.

2) Verificar e descrever as contribuições e os desafios da articulação entre instituições e estudantes que levem a despertar um anseio à formação no Ensino Superior. Com relação a este quesito, investigou-se através dos meios comuns a todos na instituição, formas de descrever estas contribuições, sendo palestras, visitas técnicas, a atuação do professor, a didática de aula, as aulas práticas e os métodos de ensino, e após a análise dos resultados observou-se como principal meio de despertar a formação superior como protagonista: o professor, resposta

dada pela maioria dos egressos pesquisados, assim como a didática e o método de ensino, demonstrando o papel crucial do professor como influenciador e motivador de seus discentes para o prosseguimento de seus estudos.

Com relação à proposta desse trabalho, podemos dizer que o ensino técnico de nível médio, neste momento, está cumprindo, por meio de ações, o despertar para o anseio da formação em nível superior, cuja relevância para o cidadão é crucial, haja vista que o conhecimento superior aumenta o domínio sobre as principais teorias da área, oferece conhecimento de técnicas e práticas, capacidade de reconhecimento de fatos e atos históricos e atuais que modificaram ou demonstram o momento atual que nos encontramos, levando o discente do curso superior a reconhecer e modificar situações futuras, através de vivências transformadoras, oportunidades profissionais, entre outras

Nesse trabalho não se aprofundou as técnicas ou padrões de anotações dos relatórios escolares obtidos junto à secretaria escolar ou, ainda, sobre a prática docente enfocando as técnicas utilizadas pelos professores, mas obtivemos alguns resultados. Da mesma forma, não se procurou observar o papel da formação continuada dos professores, por entender não ser o objeto da pesquisa, mas podendo ser alvo de futuras investigações.

Procurou-se investigar sobre as contribuições do ensino Técnico de nível médio em Administração que levem os egressos a prosseguir seus estudos a nível superior. Sobre essa questão, ficou evidenciado o forte papel do professor, assim como a necessidade de políticas públicas de inclusão no ensino superior, seja em razão do aumento de vagas em universidades públicas ou por meio de financiamento estudantil, sendo este o apontamento dessa pesquisa, conforme apontado pela maioria dos estudantes que ainda não ingressaram no ensino superior.

Como egresso de curso técnico de nível médio, hoje professor do ensino médio técnico, a experiência vivenciada na realização desta pesquisa, além de gratificante, veio confirmar algo que sinceramente já acreditava, na eficiência do ensino técnico de nível médio. Sua eficiência como ensino público, gratuito e de qualidade, apesar das dificuldades vivenciadas, e comum a todos os professores, cumpre o seu papel social na transformação de vidas e motiva e encaminha egressos na jornada do ensino superior.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. C. **A contribuição do ensino técnico na formação e educação profissional do curso de administração**. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2013.

ALMEIDA, N. M. P **O ensino profissional técnico de nível médio no Brasil e no Chile**. 2010. 257 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BERTOONA, V. **A Educação Profissional no Brasil: a Questão do Dualismo Ainda Permanece?** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850**. Código Comercial. Brasília, 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim556.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim556.htm). Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Brasília, 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4769.htm). Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 7.321, de 13 de junho de 1985**. Altera a Denominação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração, e dá outras Providências. Brasília, 1985. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7321.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7321.htm). Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. emendas constitucionais de revisão. Brasília, 1988a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados 1990. **Projeto de Lei nº 1.258, de 1988. Relatório do Deputado Jorge Hage**. Brasília, 1988b . Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=189757>. Acesso em: 30 dez. 2020

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 abr. 2020.



BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm). Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154_04.pdf). Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. Presidência da República. Resolução n. 2, de 30 de Janeiro de 2012. Dispões sobre as Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Edição Extra, 23 set. 2016, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **História**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BRASIL. Poder executivo. Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019.

Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

**Diário Oficial da União**, Brasília, 01 jan., 2019. Disponível em:

[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510734](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510734). Acesso em: 18 jan. 2021.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. DE. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513–538, set. 2009.

CFA. Conselho Federal de Administração. **50 anos que fizeram história: jubileu de ouro**. 2. ed. Brasília: CFA, 2015.

CFA. Conselho Federal de Administração. **Resolução normativa CFA nº 511, de 14 de junho de 2017**. Dispõe sobre o registro no Conselho Regional de

Administração, dos egressos de cursos de educação profissional técnica de nível médio conexos à Administração. São Paulo, 2017. Disponível em:

[https://documentos.cfa.org.br/arquivos/resolucao\\_511\\_2017\\_22.pdf](https://documentos.cfa.org.br/arquivos/resolucao_511_2017_22.pdf). Acesso em: 14 nov. 2019.

CPS. Centro Paula Souza. **Perfil e Histórico**. 2014a. Disponível em:

<http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>. Acesso em: 9 jan. 2021.

CPS. Centro Paula Souza. **Centro Paula Souza completa 45 anos**. 2014b.

Disponível em: [https://www.cps.sp.gov.br/centro-paula-souza-completa-45-anos/#:~:text=Criado%20por%20um%20decreto%2Dlei,de%20cursos%20superiores%20de%20tecnologia.&text=Era%20o%20in%C3%ADcio%20das%20Faculdades%20Estaduais%20de%20Tecnologia%20\(Fatecs\)](https://www.cps.sp.gov.br/centro-paula-souza-completa-45-anos/#:~:text=Criado%20por%20um%20decreto%2Dlei,de%20cursos%20superiores%20de%20tecnologia.&text=Era%20o%20in%C3%ADcio%20das%20Faculdades%20Estaduais%20de%20Tecnologia%20(Fatecs)). Acesso em:

15. jun. 2020.

CPS. Centro Paula Souza. **Etecs têm ótimos resultados no Ideb de 2019,**

**segundo o MEC**. 2020a. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/etecs-tem-otimos-resultados-no-ideb-de-2019-segundo-dados-do-mec/>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CPS. Centro Paula Souza. **Centro Paula Souza**. 2020b. Disponível em:

<http://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/centro-paula-souza/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CPS. Centro Paula Souza. **Banco de dados CETEC**. 2021c. Disponível em:

<http://www.cpscetec.com.br/bdctec/index.php>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CPS. Centro Paula Souza. **Etecs têm ótimos resultados no Ideb de 2019,**

**segundo o MEC. 2020**. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/etecs-tem-otimos-resultados-no-ideb-de-2019-segundo-dados-do-mec/>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, 2005a.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2005b.

DEMAI, F. M.; MEDEIROS, M. DA C. (eds.). **Plano de curso atualizado de acordo com a matriz curricular homologada para o 2º semestre de 2019**. 20. ed. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2019.

ELLIS, M. *et al.* **O Brasil monárquico: Declínio e queda do império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ENQUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, G. (ed.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez editora, 1987.

FRIGOTTO, G. *et al.* **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1129–1152, out. 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. [s.l.] Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRESNEDA, B. Transição da Escola para o Trabalho e Estratificação Social. **Revista Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara-SP, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/seguranca/issue/view/383>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GARCIA, M. H. C.; GARCIA, M. N.; PAULA, R. L. DE. Temas transversais: a abordagem pelos professores de língua materna no ensino fundamental em sala de aula. **Revista Eletrônica de Letras**, Franca-SP, v. 3, n. 1, jan./dez. 2010.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GARCIA, S. R. O. **Fio da história**: a gênese da formação profissional no Brasil. 2009. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GATTI, B. A. **A Construção da pesquisa em educação no Brasil**. Porto Alegre: Liber Livro, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57–63, abr. 1995.

GRIGUC, C. **Números do ensino superior privado no Brasil 2020**: ano base 2019. Brasília: Abmes Editora, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Nupcialidade e fecundidade. 2021. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1472-nupcialidade-e-fecundidade.html?Itemid=6160>. Acesso em: 18 jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2019**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26956-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2019>. Acesso em: 18 jan. 2021.

IDEB. **Resultados e Metas**. 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 28. out. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Brasília: INEP**, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 10 abr. 2020

KUENZER, A. Z. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 851–873, set. 2010.

- KUENZER, A. Z. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 57–66, jan. 2020.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LISBOA, T. K. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, 8., 2008, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis, 2008.
- LOPES, E. M. T.; VEIGA, C. G.; DE FARIA, L. M. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MAIA, L. C. Z. **Mapeamento das Escolas Técnicas: eixos tecnológicos e cursos oferecidos, inscrições, vagas e relação inscritos/vagas**. São Paulo: CEETEPS, 2020.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016.
- MATOS, E. G. **Uma análise da educação profissional de nível médio no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Rio de Janeiro, 2012.
- MICHAEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento e trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MOURA, D. H. (ed.). **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: documento base**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 28 dez. 2020.
- MOTTA, P. T. R. O ensino técnico como alternativa de acesso ao mercado de trabalho: um estudo do perfil do aluno da escola técnica estadual de Assis-SP. Assis, SP. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, 2012.
- MUNDO EDUCAÇÃO. **Taxa de fecundidade no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/taxa-fecundidade-no-brasil.htm#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20divulgados,para%20compe nsar%20os%20indiv%C3%ADduos%20que>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico **Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018 : um olhar sobre a educação**. Paris: OCDE, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- OECD ilibrary. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Education at a Glance**. 2019. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019\\_f8d7880d-en](https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en). Acesso em: 23 jan 2020.

ORTIZ, I. Situación ocupacional de los jóvenes egresados de la educación media: comparación entre los egresados de la formación técnico-profesional y la humanista-científica. **Estudios pedagógicos**, Valdivia, v. 37, n. 2, p. 181–196, 2011.

PACHECO, E. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012.

QUINTINI, G.; MANFREDI, T. **Going Separate Ways? School-to-Work Transitions in the United States and Europe**: OECD ilibrary . Paris, 2009. DOI <https://doi.org/10.1787/1815199X>. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/going-separate-ways-school-to-work-transitions-in-the-united-states-and-europe\\_221717700447](https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/going-separate-ways-school-to-work-transitions-in-the-united-states-and-europe_221717700447). Acesso em: 10 abr. 2020.

QUINTINI, G.; MARTIN, J. P.; MARTIN, S. **The Changing Nature of the School-to-Work Transition Process in OECD Countries**. 2007. Disponível em: <https://www.oecd.org/employment/emp/38187773.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS FILHO, J. C.; SANCHEZ GAMBOA, S. A. **Pesquisa educacional : quantidade-qualidade**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SALM, C. L.; FOGAÇA, A. **PACTI: Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria subcomissão de educação e gestão tecnológica do PACTI**. [2019]. p. 48, Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ci000131.pdf>. Acesso em 23 de ago. 2019.

SÃO PAULO (Estado).. **Resolução SE n. 78, de 07 de novembro de 2008**. Dispõe sobre delegação de competência para exercer supervisão de ensino em instituições que especifica. São Paulo: Secretaria de Educação, 2008.

SARINGER, G. Brasil fecha 2018 com 12,2 milhões de desempregados, diz IBGE. **R7**, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/brasil-fecha-2018-com-122-milhoes-de-desempregados-diz-ibge-31012019>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131–152, mar. 2003.

SCHWARTZMAN, S. **Educação média profissional no Brasil : situação e caminhos**. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SEVERINO, A. J. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 13, jul., 2009.

SINGAL, B. J. R. **Mercados de trabalho e empregabilidade na atual crise econômica**. São Paulo: Mackenzie, 2009. Disponível em: [http://www.mackenzie.br/13911.html&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=23&tx\\_ttnews%5backPid%5D=13896&cHash=5ed8fb894d](http://www.mackenzie.br/13911.html&tx_ttnews%5Btt_news%5D=23&tx_ttnews%5backPid%5D=13896&cHash=5ed8fb894d). Acesso em: 17 jun. 2019.

SINGER, P. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 1 p. 5-15, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZIBAS, D. A reforma do ensino médio no Chile: vitrina para a América Latina? **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 233–262, mar. 2002.

## APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DA ETEC

Questionário acessível pelo link

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeF6fGxMnnkwDBY-QEI9Kw1Lax-P99R4CsXsBg0ZrV2-ztdHQ/closedform>



31/01/2020

Questionário

## Questionário

Questionário sobre a influência do Ensino Técnico de nível médio e seus egressos para o ingresso a nível Superior.

**\*Obrigatório**

1. 1- Nome: \*

---

2. 2- E-mail: \*

---

3. 3-Idade \*

---

4. 4- Sexo: \*

Masculino

Feminino

5. 5- Estado civil \*

Solteiro

Casado

Divorciado

Viúvo

31/01/2020

Questionário

6. 6-Quantos filhos possui? \*

- Nenhum
- 1 filho
- 2 filhos
- 3 filhos
- 4 ou mais filhos

7. 7-Qual a sua renda familiar? \*

- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 3 salários mínimos
- De 3 a 4 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- Mais que 5 salários mínimos

8. 8- Você está ciente de que esses dados serão utilizados de forma anônima em uma pesquisa de mestrado? \*

- Sim, estou ciente.
- Não, não estou ciente.

9. 9- Seu grau de interesse pelo curso técnico: \*

	1	2	3	4	5	
Nenhum interesse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito interesse

31/01/2020

Questionário

10. 10- Como era sua rotina durante o curso? \*

- Apenas Ensino Técnico
- Ensino Médio e Ensino Técnico
- Ensino Técnico e Trabalho
- Ensino Técnico, Trabalho e Ensino Médio

11. 11- O quão sobrecarregado você se sentiu durante o curso Técnico? \*

- |                     | 1                     | 2                     | 3                     | 4                     | 5                     |                      |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| Nada sobrecarregado | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Muito sobrecarregado |

12. 12- O que você faz atualmente? \*

- Estudo *Pular para a pergunta 13*
- Trabalho *Pular para a pergunta 27*
- Estudo e trabalho *Pular para a pergunta 13*
- Nenhuma das anteriores *Pular para a pergunta 27*

**Seção estudo**

13. 13- Em qual o nível de ensino você está estudando atualmente? \*

- Ensino Superior *Pular para a pergunta 14*
- Outro curso técnico na mesma instituição *Pular para a pergunta 24*
- Qualquer outro tipo de ensino *Pular para a pergunta 24*

**Seção ensino superior**

31/01/2020

Questionário

14. 14- Qual o formato do seu curso de Ensino Superior? \*

- Curso de ensino presencial
- Curso de ensino a distância

15. 15- Qual a forma da instituição que você cursou o Ensino Superior? \*

- Instituição pública.
- Instituição privada, financiada por programas do governo ou própria instituição escolar
- Instituição privada, financiada pelos responsáveis.
- Instituição privada, financiada pelo próprio aluno.

16. 16- Em que medida o Curso Técnico influenciou o seu ingresso na faculdade? \*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não influenciou	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Influenciou muito

17. 17- As palestras do Curso Técnico te influenciaram a ingressar no Ensino Superior? \*

- Sim
- Não

18. 18- A didática das aulas durante o Curso Técnico te influenciaram a ingressar no Ensino Superior? \*

- Sim
- Não

31/01/2020

Questionário

19. 19- As aulas práticas durante o Curso Técnico te influenciaram a ingressar no Ensino Superior? \*

- Sim  
 Não

20. 20- As visitas técnicas durante o Curso Técnico te influenciaram a ingressar no Ensino Superior? \*

- Sim  
 Não

21. 21- O método de ensino do Curso Técnico te influenciou a ingressar no Ensino Superior? \*

- Sim  
 Não

22. 22- Os professores do Curso Técnico te influenciaram a ingressar no Ensino Superior? \*

- Sim  
 Não

23. 23- Quanto tempo após o término do ensino Técnico demorou para o seu ingresso no Ensino Superior? \*

- No ano seguinte  
 Após dois anos  
 Após três anos  
 Mais de quatro anos

31/01/2020

Questionário

## Seção algum outro tipo de estudo

24. 14- Você pretende ingressar no Ensino Superior? \*

 Sim Não

25. 15- Indique o quanto o Curso Técnico influenciou na decisão de ingressar futuramente no Ensino Superior \*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não influenciou	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Influenciou muito

26. 16- Apresente qual(ou quais) o(s) motivo(s) do Curso Técnico ter influenciado na sua decisão de ingressar ou não no Ensino Superior \*

---

## Seção nenhuma das anteriores

27. 13- Você já cursou alguma graduação? \*

 Sim *Pular para a pergunta 14* Não *Pular para a pergunta 28*

## Nenhuma das anteriores

28. 14- Você pretende ingressar no Ensino Superior futuramente? \*

 Sim Não

31/01/2020

Questionário

29. 15- Indique o quanto o Curso Técnico influenciou na sua decisão de ingressar futuramente no Ensino Superior \*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não influenciou	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Influenciou muito

30. 16- Qual o motivo do Curso Técnico ter influenciado na sua decisão de ir ou não para o Ensino Superior? \*

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO: CONTRIBUIÇÕES PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR”

Nome do (a) Pesquisador (a): Nilton Antonio Torres

Nome do (a) Orientador (a): Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi

1. **Natureza da pesquisa:** o sra (sr.) está sendo convidada (o) a autorizar a participação de seu filho nesta pesquisa que tem como finalidade analisar as implicações da trajetória acadêmica e perfil dos estudantes do curso técnico em administração para a formação cidadã e para o prosseguimento dos estudos em nível superior.
2. **Participantes da pesquisa:** Serão analisados cerca de 80 alunos egressos do curso técnico em administração idades variadas.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao permitir a participação de seu filho neste estudo a(o) sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) Nilton Antonio Torres, A(O) sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) (...). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa, que é o órgão que avalia se não há problemas na realização de uma pesquisa com seres humanos.
4. **Sobre as entrevistas:** Serão enviados formulários de pesquisa eletrônico (Google formulários) e entrevistas aqueles que desejarem maiores informações ou necessitarem de ajuda para responder este formulário.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas tais como vazamentos de informações, comunicação equivocada entre egressos e instituições, garantido o sigilo necessário. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa seu filho não terá benefícios direto sobre o resultado, uma vez que o foco é analisar o curso quanto ao estímulo do aluno ainda como estudante a prosseguir seus estudos a nível superior. *Esperamos* que este estudo traga informações importantes sobre as formas de estímulos aos alunos egressos do



curso técnico de nível médio a prosseguir seus estudos a nível superior, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir com a instituição a adquirir novas técnicas ou ainda melhorar as já existentes, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

8. **Pagamento:** a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para que seu filho participe desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que seu filho participe desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para que meu filho ou menor do qual sou responsável participe desta pesquisa.

---

Nome do Participante da Pesquisa

---

Nome do responsável pelo Participante da Pesquisa

---

Assinatura do responsável pelo Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Orientador

**Pesquisador:** Nilton Antonio Torres – (18) 98140.0937

**Orientador:** Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi – (18) 99701.1784

**CEP/UNOESTE - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNOESTE:**

Coordenadora: Profa. Me. Aline Duarte Ferreira/ Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Gisele Alborghetti Nai. Endereço do CEP: Coordenadoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (CPDI) UNOESTE - Campus II - Bloco B2 - 1º andar Rodovia Raposo Tavares, Km 572 - Bairro Limoeiro Presidente Prudente, SP, Brasil, CEP 19067-175 - Telefone do CEP: (18) 3229-2079 - E-mail: cep@unoeste.br - Horário de atendimento do CEP: das 8 as 12h e das 13:30 as 17:30h.